

UFRRJ

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

TESE

**Políticas Públicas para as Juventudes Rurais:
Impactos na Vida das Juventudes do Rio de Janeiro**

Shirlene Consuelo Alves Barbosa

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-
REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES RURAIS: IMPACTOS
NA VIDA DAS JUVENTUDES DO RIO DE JANEIRO**

SHIRLENE CONSUELO ALVES BARBOSA

*Sob a Orientação da Professora
Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto*

*e Coorientação da Professora
Lúcia Helena Cunha dos Anjos*

Tese submetida como requisito parcial
para a obtenção do grau de Doutora, no
Programa de Pós-Graduação em
Ciência, Tecnologia e Inovação em
Agropecuária, Área de Concentração em
Políticas Públicas.

Seropédica, RJ
Novembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
Com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B238p	<p>Barbosa, Shirlene Consuelo Alves, 1974- Políticas públicas para as juventudes rurais: impactos na vida das juventudes do Rio de Janeiro / Shirlene Consuelo Alves Barbosa. – Seropédica, 2023. 136 f. : il.</p> <p>Orientadora: Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto. Coorientadora: Lúcia Helena Cunha dos Anjos. Tese (Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, 2023.</p> <p>I. Agroecologia. 2. Participação. 3. Protagonismo juvenil. I. Benevenuto, Mônica Aparecida Del Rio, 1964-, orient. II. Anjos, Lúcia Helena Cunha dos, 1957. III. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Agronomia-Ciência do Solo IV. Título.</p>
-------	---

É permitida a cópia parcial ou total desta Tese, desde que seja citada a fonte.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA



HOMOLOGAÇÃO DE TESE DE DOUTORADO Nº 22 / 2023 - PPGCTIA (12.28.01.84)

Nº do Protocolo: 23083.078247/2023-69

Seropédica-RJ, 28 de novembro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM
AGROPECUÁRIA

SHIRLENE CONSUELO ALVES BARBOSA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Área de Concentração em Políticas Públicas Comparadas.

TESE APROVADA EM 28/11/2023

Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto. Dra., UFRRJ
(Orientadora)

José Antônio Azevedo Spindola. Dr., Embrapa Agrobiologia

Lílian Perdigão Caixêta Reis. Dra., UFV

Luciane da Costa Barbé. Dra., UFVJM

Renato Linhares de Assis. Dr. Embrapa Agrobiologia

(Assinado digitalmente em 28/11/2023 19:09)
MONICA APARECIDA DEL RIO BENEVENUTO
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matrícula: ####73#8

(Assinado digitalmente em 12/12/2023 11:27)
JOSÉ ANTONIO AZEVEDO SPINDOLA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ####.###.757-##

(Assinado digitalmente em 04/12/2023 9:47)
RENATO LINHARES DE ASSIS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ####.###.667-##

(Assinado digitalmente em 28/11/2023 16:56)
LÍLIAN PERDIGAO CAIXÊTA REIS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ####.###.586-##

(Assinado digitalmente em 30/11/2023 11:04)
LUCIANE DA COSTA BARBÉ
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ####.###.567-##

A EstradaCidade Negra (1998)

Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aquiPercorri milhas e milhas antes de dormir
Eu nem cochileiOs mais belos montes escalei Nas noites escuras de frio chorei
A vida ensina e o tempo traz o tom
Pra nascer uma cançãoCom a fé o dia-a-dia encontro solução
Encontro a solução...

A vida é desafioRacionais MC's (2012)

“...É necessário sempre acreditar que o sonho é possívelQue o céu é o limite e você, trata, é
imbatível Que o tempo ruim vai passar, é só uma fase Que o sofrimento alimenta mais a sua
coragemQue a sua família precisa de você
Lado a lado se ganhar pra te apoiar se perderFalo do amor entre homem, filho e mulher
A única verdade universal que mantém a fé...”

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese às juventudes rurais do Rio de Janeiro que fizeram parte deste trabalho, compartilhando suas histórias de vida, experiências, lutas e sonhos.

Muito Obrigada!

AGRADECIMENTOS

“Aprendi que se depende sempre, de tanta, muita, diferente gente”.
(Gonzaguinha)

Uma tese, nunca é construída isoladamente, não é somente o esforço daquele que detém a autoria formal. Sendo assim, somente agradecer, às várias pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para que este trabalho pudesse ser concluído, não revela por completo a amplitude do sentimento que expressa a intensidade das verdadeiras emoções que marcaram minha vida durante esse processo. E correndo o risco de esquecer algum nome, desejo incluir aqueles que foram fundamentais para o cumprimento desta jornada.

Inicialmente, gostaria de agradecer a Deus guiando-me e protegendo-me sempre.

A minha orientadora Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto, por sua competência, paciência, capacidade e discernimento no acompanhamento do trabalho. Fundamental para organizar minhas ideias e enxergar nos desafios oportunidades de crescimento. Agradeço também, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, em especial, aos professores Mauro Antônio Homem Antunes e Lúcia Helena Cunha dos Anjos e a técnica Renata.

Um agradecimento especial à equipe executiva e às juventudes participantes do projeto “Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”, pelas trocas de experiências que permitiram contribuir com um ambiente solidário e de companheirismo.

Não poderia deixar de destacar meu eterno carinho e gratidão à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por ser pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada que proporcionou-me descobertas e um grande aprendizado pessoal e profissional por meio de um olhar diferente acerca das questões sociais e ambientais, além de poder compartilhar conhecimentos, sonhos, esperanças, desafios, inquietudes, saberes com os amigos e amigas que lá conquistei.

Por último, mas não menos importante, um agradecimento especial aos meus pais Luiz da Silva Barbosa e Maria da Conceição Alves Barbosa, meu marido Paulo Mauricio Vieira Freitas, meus filhos Murilo Alves Freitas e João Lucas Alves Freitas, minhas irmãs Schirley Conceição Alves Barbosa, Sheyla Christina Alves Barbosa e Shirlayne Carolina Alves Barbosa, sobrinhos Guilherme Augusto Alves, Gustavo Luiz Alves e Geovanna Carolina Alves, meus cunhados Luiz Xisto Alves e João Barbosa, às minhas filhas de quatro patas Pérola (in memorian) e Nina, pela lealdade canina onde construímos um sentimento de amor, companheirismo, cumplicidade, o meu carinho e amor por sempre estarem ao meu lado, me apoiando nas decisões mais difíceis da vida, meu muito obrigada.

RESUMO

BARBOSA, Shirlene Consuelo Alves. **Políticas públicas para as juventudes rurais: impactos na vida das juventudes do Rio de Janeiro.** 2023. 136 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2023.

A diversidade das condições de vida e trabalho no meio rural se torna um grande desafio para vivenciar a agricultura familiar e, a partir dela, tentar viabilizar sua autonomia social e econômica. Mesmo diante dessas dificuldades, as juventudes rurais precisam ser compreendidas como um importante personagem na elaboração e implementação de políticas públicas para o campo. A tese busca analisar as políticas públicas para as juventudes rurais, sua abrangência e impactos provocados na vida desses jovens. A experiência do projeto “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro” foi o lócus desta tese, que alcançou dois territórios e duas regiões do Estado do Rio de Janeiro. Os territórios são localizados nos extremos do Estado, o Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG) localizado ao sul do estado, fazendo divisa com o estado de São Paulo e o Território da Cidadania – Norte Fluminense fazendo divisa com o estado do Espírito Santo. As outras duas regiões alcançadas são as regiões da Baixada Fluminense e a região Serrana. Os instrumentos metodológicos utilizados foram: i) aplicação de questionário através de formulário no Google Forms, com quinze jovens rurais participantes do projeto “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio Janeiro” que objetivou promover iniciativas para o fortalecimento da inclusão social e produtiva e o acesso a mercados; ii) análise documental do relatório do projeto, das anotações pessoais construídas ao longo do projeto e das demais atividades realizadas durante o projeto; iii) entrevistas semiestruturadas com oito dos quinze jovens participantes da pesquisa a fim de identificar e analisar o desdobramento e o impacto do projeto na vida destes jovens. Buscamos analisar como as juventudes rurais eram percebidas nas políticas públicas federais nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. As políticas públicas no período analisado tiveram mudanças significativas, passando de uma percepção de uma juventude homogênea até a compreensão das juventudes como sujeitos de direitos. Os dados revelaram que a experiência vivida pelos jovens gerou impactos na vida das juventudes, na vida das famílias e nas comunidades, evidenciando a contribuição da Formação para a Cidadania e da Formação Social. Concluímos que a partir da experiência do projeto podemos ampliar o debate para as políticas públicas futuras e que essas políticas precisam estar conectadas com o contexto social das juventudes, com as políticas que já estão em andamento, mas que podem ser intensificadas com propostas mais participativas, emancipatórias e inclusivas, através de uma visão crítica da realidade e com envolvimento das famílias. É importante, também, que as políticas estejam alinhadas às demandas dos movimentos sociais de juventudes, pois as juventudes estão organizadas e se organizando nestes movimentos. Concluímos, ainda, que mesmo as políticas que tiveram avanços na representação de juventudes ainda não foram suficientes para dar conta de atender todas as demandas, mas contribuíram para que as juventudes pudessem buscar maior participação, autonomia e protagonismo em suas localidades.

Palavras- chave: Agroecologia. Participação. Protagonismo Juvenil.

ABSTRACT

BARBOSA, Shirlene Consuelo Alves. **Public policies for rural youth: impacts on the lives of youth in Rio de Janeiro.** 2023. 136 p. Thesis (Doctorate in Science, Technology and Innovation in Agriculture). Dean of Research and Graduate Studies, Federal Rural University of Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2023.

The diversity of living and working conditions in rural areas becomes a great challenge for experiencing family farming and, from there, trying to make social and economic autonomy viable. Even in the face of these difficulties, rural youth need to be understood as an important character in the development and implementation of public policies for the countryside. The thesis seeks to analyze public policies for rural youth, their scope and impacts on the lives of these young people. The experience of the project “Agroecological training for young citizens of Rio de Janeiro” was the locus of this thesis, which reached two territories and two regions of the State of Rio de Janeiro. The territories are located at the extremes of the State, the Rural Territory of Baía da Ilha Grande (BIG) located to the south of the state, bordering the state of São Paulo and the Território da Cidadania – Norte Fluminense bordering the state of Espírito Santo. The other two regions reached are the Baixada Fluminense regions and the Serrana region. The methodological instruments used were: i) application of a questionnaire using a form on Google Forms, with fifteen rural young people participating in the project “Agroecological training for young citizens of Rio Janeiro” which aimed to promote initiatives to strengthen social and productive inclusion and access to markets; ii) documentary analysis of the project report, personal notes created throughout the project and other activities carried out during the project; iii) semi-structured interviews with eight of the fifteen young people participating in the research in order to identify and analyze the development and impact of the project on the lives of these young people. We sought to analyze how rural youth were perceived in federal public policies during the governments of Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer and Jair Messias Bolsonaro. Public policies in the period analyzed underwent significant changes, moving from a perception of homogeneous youth to the understanding of youth as subjects of rights. The data revealed that the experience lived by young people generated impacts on the lives of young people, the lives of families and communities, highlighting the contribution of Training for Citizenship and Social Training. We conclude that based on the project experience we can expand the debate to future public policies and that these policies need to be connected with the social context of young people, with policies that are already in progress, but that can be intensified with more participatory proposals, emancipatory and inclusive, through a critical view of reality and with the involvement of families. It is also important that policies are aligned with the demands of youth social movements, as youth are organized and organizing themselves in these movements. We also conclude that even the policies that made progress in youth representation were still not enough to meet all demands, but they contributed to youth being able to seek greater participation, autonomy and protagonism in their localities.

Key words: Agroecology. Participation. Youth Protagonism.

RESUMEN EXTENDIDO

BARBOSA, Shirlene Consuelo Alves. **Políticas públicas para la juventud rural: impactos en la vida de los jóvenes de Río de Janeiro.** 2023. 136 p. Tesis (Doctorado en Ciencia, Tecnología e Innovación en la Agricultura). Decano de Investigación y Posgrado de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2023.

1. Introducción

Históricamente, la formación social en Brasil tiene sus raíces marcadas por una sociedad patriarcal donde las relaciones sociales se daban a través de la obediencia, el coronel era la figura central para definir estas relaciones específicamente en las zonas rurales, donde predominaba la relación de mando y obediencia y, además, Se hizo dentro de un modelo de “sometimiento”, la no aceptación de normas que trascendían el deseo del amo.

La importancia y las consecuencias del coronelismo en la construcción de la estructura social y política brasileña muestran que nuestra historia está estrechamente ligada a la importancia del coronel en el interior del país. Mantuvo una relación personal, con privilegios individuales y concesión de favores a sus “colaboradores”. Las relaciones sociales en las zonas rurales se daban bajo el supuesto de que la gente del campo era ignorante, es decir, la imagen que se atribuía a las zonas rurales era que eran incivilizados, tradicionales, atrasados, etc. (LEAL, 1975).

Nos damos cuenta de que, incluso hoy, encontramos prácticas de este tipo heredadas del pasado en las zonas rurales. Estas prácticas siguen arraigadas, reforzando y reproduciendo la centralización del autoritarismo, con énfasis en las relaciones familiares donde los miembros de la familia están subordinados a las órdenes y la autoridad del cabeza de familia. En el caso de los jóvenes rurales, ellos, en general, pueden ser considerados meros ayudantes en la unidad de producción, resaltando la falta de autonomía y reforzando la invisibilidad que caracteriza a esta categoría social. Para Stropasolas (2002), la autonomía de los jóvenes dentro de la familia es todavía muy precaria, es decir, pocos cuentan con recursos, iniciativas propias e incluso una cuenta bancaria. En el caso de las niñas, a esta falta de autonomía se suma la constatación de una total falta de horizontes para asumir responsabilidades en la gestión del establecimiento.

Asociado a esto, la falta de oportunidades de empleo e ingresos, la falta de algunos servicios sociales (educación, acceso a tecnologías de la información y la comunicación, carreteras, transporte, entre otros), pueden contribuir al desinterés de estos jóvenes por las zonas rurales y sus salida a núcleos urbanos. Los reflejos del descontento de los niños se manifiestan, en las gestiones formuladas al respecto, por el rechazo de la condición de agricultor, expresado por el movimiento de los jóvenes hacia las sedes de los municipios de la región. Otra cuestión que puede estar relacionada con la sucesión en la agricultura familiar se refiere al envejecimiento de la población rural, es decir, las formas de transferencia de activos a las nuevas generaciones, así como los diferentes tratamientos y oportunidades que se ofrecen a los jóvenes de diferentes sexos. (ABRAMOVAY, 1998; CARNEIRO, 2001; STROPASOLAS, 2002; CASTRO, 2013). A pesar de la inversión en políticas públicas para la juventud rural, la salida de los jóvenes de las zonas rurales implica la desintegración del tejido social de las comunidades rurales.

La elección del tema respecto a la juventud rural está relacionada con el reconocimiento de cómo esta categoría social se ha organizado en los últimos años, en partidos políticos, ONG, movimientos sociales, etc. Todo un movimiento de la sociedad para colocar en las agendas sus demandas, agendas y banderas, demostrando así que es un actor político importante. Sin embargo, la falta de perspectiva en las zonas rurales marca la vida de los jóvenes rurales. Esta situación refuerza la necesidad de reflexionar sobre las políticas públicas, entendiendo a esta

categoría social como “sujetos de derechos”. Como destaca Novaes (2012), la cuestión de los “derechos” comenzó a guiar las demandas y agendas de los jóvenes en las agendas políticas.

Siguiendo la perspectiva de derechos, los jóvenes rurales han logrado un papel importante en la reproducción del modelo de desarrollo basado en la agricultura familiar, la seguridad alimentaria, la producción de alimentos saludables, la preservación de los conocimientos y la cultura tradicionales, entre otros. También permitieron un amplio campo de investigación que involucra a diferentes actores sociales: políticos, agentes sociales, universidades, movimientos sociales, etc. Esta investigación se alinea con este contexto, teniendo como telón de fondo una experiencia de extensión universitaria vinculada a una convocatoria pública dirigida a jóvenes rurales y la agroecología para analizar si y cómo esta experiencia impactó la vida de los jóvenes que participaron en ella.

2. Procedimientos Metodológicos

La investigación se desarrolló en seis momentos: i) identificación de políticas públicas federales para la juventud rural en el período de 1995 a 2022; ii) creación de categorías analíticas; iii) análisis de políticas públicas federales para jóvenes rurales; iv) envío del formulario Google Forms a los jóvenes participantes del proyecto; v) entrevista a los jóvenes que respondieron el formulario; vi) análisis del impacto del proyecto en la vida de los jóvenes rurales participantes del proyecto de Formación Agroecológica para jóvenes ciudadanos de Río de Janeiro.

La experiencia del proyecto de Formación Agroecológica para jóvenes ciudadanos de Río de Janeiro fue el locus de esta tesis, que alcanzó dos territorios y dos regiones del Estado de Río de Janeiro. Os territórios são localizados nos extremos do Estado, o Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG) localizado ao sul do estado, fazendo divisa com o estado de São Paulo e o Território da Cidadania – Norte Fluminense, que faz divisa com o estado do Espírito Santo. Las otras dos regiones alcanzadas son la Baixada Fluminense y la Serrana. Los instrumentos metodológicos utilizados fueron: i) aplicación de un cuestionario mediante formulario Google Forms, con 15 jóvenes rurales participantes del proyecto de Formación Agroecológica para jóvenes ciudadanos de Río de Janeiro; ii) análisis documental del informe del proyecto, de las notas que hice a lo largo del proyecto y de las actividades realizadas, tales como: vidas, videos, que están disponibles en las redes sociales (YouTube, Facebook, Instagram), así como círculos de conversación, talleres, etc.

También se realizaron entrevistas semiestructuradas, con un guion previamente elaborado, a ocho jóvenes con el fin de identificar y analizar el desarrollo e impacto del proyecto en la vida de estos jóvenes. La entrevista se realizó con cada joven de manera individual para valorar y privilegiar la diversidad de conocimientos, percepciones y entendimientos sobre la juventud rural en sus territorios/regiones. Cada entrevistado fue contactado mediante cita previa.

Para analizar la información de las entrevistas, se recogieron los contenidos y temas que más aparecieron en las respuestas para crear las categorías analíticas. Luego de estos pasos se realizó el análisis de contenido de la información obtenida.

Considerando la relación de confianza establecida con los jóvenes a lo largo del proyecto, se evitaron situaciones que pudieran causar malestar o vergüenza a los jóvenes investigados, especialmente en entrevistas que requieran declaraciones personales, cumpliendo con los criterios éticos de la investigación.

Como criterio para mantener la confidencialidad de las respuestas y de los encuestados, se sugirió que los jóvenes elijan expresiones, términos y/o palabras que estuvieran relacionados con la juventud, la agroecología, el entorno social, las políticas públicas, etc. para su identificación se pudo utilizar nombres ficticios de los participantes, evitando así su ex-

posición.

3. Resultados y Discusión

Reflexionar sobre la construcción de la categoría juventud rural apunta a una complejidad permeada por diferentes espacios, identidades, disputas, tensiones, conflictos, etc., pero también deja claro que no podemos reflexionar sobre esta categoría sin tener en cuenta la realidad de vida en el campo, es decir, temas ligados a la agricultura familiar, como: ATER, crédito, producción, comercialización, entre otros, afectan directamente a la juventud rural. En este sentido, es necesario entenderlos como un personaje importante en la elaboración e implementación de políticas públicas para las zonas rurales en su conjunto. Notamos que las políticas públicas en el período 1995 a 2022 sufrieron cambios significativos en relación a la comprensión de la categoría social de los jóvenes, pasando de una percepción homogénea de los jóvenes a entenderlos como sujetos de derechos.

En los gobiernos de FHC encontramos una percepción de la juventud en las políticas públicas de los gobiernos federales como una categoría social homogénea, donde las políticas públicas estaban orientadas a superar y contener a estos jóvenes, acercando la juventud como un período preparatorio y/o problemático y rural. Los jóvenes se volvieron invisibles en este proceso.

Durante los gobiernos de Lula, el debate sobre la juventud avanzó, ganando espacio en la agenda política y reconocimiento social, reconocimiento de la juventud en su diversidad. La juventud rural no aparece en términos generales, sino dentro de la diversidad de esta categoría. Durante este gobierno también se creó la Política Nacional de Juventud: Programa Nacional de Inclusión Juvenil (ProJovem); el Consejo Nacional de la Juventud (CNJ) y la Secretaría Nacional de la Juventud, que permitieron la elaboración e implementación de políticas públicas específicas para la juventud rural y, también, la inclusión de la juventud como meta del Plan Plurianual 2008-2011 (Meta 14), donde los jóvenes rurales están incluidos en este objetivo.

Los gobiernos de Dilma continuaron las políticas de su antecesor, logrando importantes logros para la juventud rural, con: la realización del I Seminario Nacional “Juventud Rural y Políticas Públicas”, 2012; aprobación del Estatuto de la Juventud, 2013, donde los jóvenes rurales fueron incluidos en el estatuto en seis de los 11 derechos; aprobación del Plan Nacional de Juventud y Sucesión Rural. Sin embargo, tras su impeachment en 2016, el gobierno de Temer comenzó a desmantelar políticas públicas, especialmente políticas sociales, en las que la juventud en su conjunto, así como la juventud rural, se veía directamente afectada. Este gobierno ha impuesto una lógica conservadora de gobernar, debilitando nuestra democracia.

El gobierno de Bolsonaro continuó con el desmantelamiento de las políticas públicas, con banderas neoliberales. Consolidó una agenda conservadora, con remoción de derechos; promovió ataques a universidades y centros de investigación mediante recortes de financiación, así como el retroceso de los derechos laborales, con la reforma de las pensiones; extinguidas y/o vaciadas políticas públicas dirigidas a la juventud, como, por ejemplo, la extinción del Plan Nacional de Juventud y Sucesión Rural.

Uno de los obstáculos encontrados es el hecho de que las políticas públicas específicas para la juventud rural no llegan a todos sus beneficiarios, pero también por temas condicionantes y estructurantes para el desarrollo de las zonas rurales, tales como: reforma agraria popular, crédito, carreteras, educación de el campo, el transporte, el agua, el saneamiento, entre otros. Lo que podría ser una estrategia para superar obstáculos termina convirtiéndose en un obstáculo más por la mala calidad de los servicios, tales como: acceso a educación, cultura, transporte, carreteras, salud, saneamiento, etc., provocando que recurran a otros municipios.

La experiencia analizada destacó una orientación de política pública que entendía a los

jóvenes como personas activas, participativas, poseedoras de derechos y centradas en la agroecología, brindando oportunidades para un proceso de formación con participación efectiva de los jóvenes rurales en la planificación y ejecución de las actividades del proyecto, donde desde el inicio, los jóvenes se mostraron interesados en aprender, disponibles y dispuestos a colaborar con la construcción de conocimientos agroecológicos. El proyecto permitió preparar a estos jóvenes para buscar autonomía y protagonismo en sus regiones/territorios. Se trabajó en enfoques de agroecología a lo largo de todo el proceso de formación, lo que demuestra que responde a las agendas de los jóvenes y puede desempeñar un papel importante para garantizar que los jóvenes permanezcan en el campo. Entendemos que la agroecología se presenta como una forma posible y necesaria de transformar la sociedad y enfrentar la crisis socioambiental.

El proyecto generó impactos significativos y duraderos tanto en la vida de los jóvenes como en la vida de las familias y comunidades que estuvieron directamente involucradas con las actividades del proyecto, provocando un despertar en las personas y la creación de nuevas dinámicas de organización social y perspectivas de vida. de toda la comunidad que siguen presentes hoy, incluso después de cinco años de implementación del proyecto. Esto ocurrió en la comunidad de São Gonçalo, en Paraty, y también en Teresópolis, donde hoy las dos comunidades trabajan con turismo rural: turismo de base comunitaria (TBC) y turismo de experiencias, respectivamente. También se notaron otros impactos significativos, como: una joven siendo la primera mujer elegida por la comunidad para asumir la presidencia de la Asociación de Vecinos y Productores de São Gonçalo; jóvenes que cursan estudios superiores; nombramiento de una joven para formar parte del Frente Parlamentario de Agroecología; el emprendimiento de dos jóvenes con Rancho Ayres; participación en movimientos sociales juveniles; aprobación de convocatoria de selección para Movilidad Académica Internacional; participación y presentación de trabajos en el Congreso Brasileño de Agroecología, entre otros.

Concluimos que el proyecto permitió a los jóvenes buscar formas de construir sus proyectos de vida a través de la educación superior y esto tiene relación con la Formación para la Ciudadanía, con mayor impacto en la vida de estos jóvenes. La Formación Social permitió a los jóvenes buscar ocupar espacios de toma de decisiones, liderazgo y participación en los movimientos sociales, específicamente, los movimientos que representan su categoría social. La Formación Técnica contribuyó al conocimiento y uso de tecnologías agroecológicas en la producción de alimentos. De ahí la importancia de las políticas públicas para la juventud rural, dentro de la perspectiva de la agroecología y enfocadas en procesos de formación que propugnen tres tipos de formación: Técnica, Social y para la Ciudadanía.

A partir de la experiencia del proyecto podemos ampliarlo a futuras políticas públicas. Es importante resaltar que las políticas de juventud rural deben estar conectadas con el contexto social en el que se insertan los jóvenes, que estas políticas pueden tener una mirada más amplia a las realidades de las regiones/territorios, ya que los datos revelaron que la infraestructura en las comunidades fue considerada un obstáculo para los jóvenes. Prestar atención también a la diversidad de la juventud rural, así como a las políticas que ya están en marcha, pero que pueden intensificarse con propuestas más participativas, emancipadoras e inclusivas, a través de una visión crítica de la realidad y con la implicación de las familias. Además, es importante que las políticas estén alineadas con las demandas de los movimientos sociales juveniles, los datos revelaron que los jóvenes rurales se organizan y organizan en movimientos sociales, planteando sus agendas, agendas y demandas.

En materia de políticas públicas de formación, es importante promover procesos de formación que promuevan el empoderamiento de la juventud, a través de la construcción de conocimientos, incentivando a la juventud rural a ocupar espacios de liderazgo y toma de decisiones respecto de estas políticas públicas. Además de asegurar la presencia de los jóvenes rurales en los espacios de toma de decisiones, es necesario brindar condiciones para que puedan seguir y fijar sus agendas, es decir, garantizar que los jóvenes rurales tengan condiciones de

representación. Para ello, el intercambio generacional es importante, pero asegurar la participación efectiva de estos jóvenes es central para que sus demandas, necesidades, anhelos y anhelos estén en la agenda en los espacios de toma de decisiones y sirvan de base orientadora y orientadora para decisiones públicas específicas para esta categoría social.

La experiencia analizada contribuyó a reflexionar sobre las políticas públicas en general, donde nos dimos cuenta de que se han producido avances significativos en la comprensión de los jóvenes como sujetos de derechos, sin embargo, incluso las políticas que han logrado avances en la representación de los jóvenes aún no han sido suficientes para dar cuenta de satisfacer todas las demandas, anhelos, anhelos y necesidades, pero aún así, contribuyeron para que los jóvenes buscaran la participación, la autonomía y el protagonismo en sus localidades y en la elección de caminos. En el caso de los jóvenes rurales, notamos que las políticas públicas para esta categoría presentaron un diálogo y acercamiento con la agroecología, destacando su contribución al mantenimiento de los jóvenes en el campo.

Palabras-claves: Agroecología. Participación. Protagonismo Juvenil.

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BIG	Baía da Ilha Grande
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – Paulo Dacorso Filho
CASTE	Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Território e Educação Popular
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CCS	Conselho Comunidade Solidária
CEDERJ	Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEDRO	Cooperativa de Consultoria Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
COVID-19	Corona Vírus Disease – 2019
CNATER	Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
CNPPJ	Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEMAR	Companhia de Desenvolvimento de Maricá
CONAB	Companhia nacional de Abastecimento
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CVT	Centro Vocacional de Tecnologia
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DECAMPD	Departamento em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade
DST	Doença Sexualmente Transmissível
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNS	Fundação Nacional de Saúde
FOR-PROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públcas de Educação Superior Brasileiras
GAE	Grupo de Agricultura Ecológica
GTJR	Grupo de Trabalho da Juventude Rural

IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDACO	Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária
IFECT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IFES	Instituições de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPACS	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERJ	Instituto de Terras do Rio de Janeiro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEC	Licenciatura em Educação do Campo
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexuais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MP	Medida Provisória
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIJ	Organização Ibero-Americana de Juventude
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PAJUR	Programa Autonomia e Emancipação Econômica e Social da Juventude Rural
PCME	Programa de Cesta de Material Escolar
PCS	Programa Comunidade Solidária
PCSE	Programa de Cesta de Saúde do Escolar
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PEC-G	Programa de Estudantes em convênio de Graduação
PEPEDT	Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial
PESAGRO-RIO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PIBEX	Institucional de Bolsas de Extensão
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PJR	Pastoral da Juventude Rural
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PMDE	Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDL	Programa Nacional do Livro Didático
PNDRSS	Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PNI	Programa Nacional de Imunização
PNJ	Política Nacional da Juventude
PNTE	Programa de Transporte Escolar
PPA	Plano Plurianual
PPGCTIA	Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
PRA	Programa de Residência Agrária
PRO-CAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRODEA	Programa de Distribuição de Alimentos
PROFESP	Programa Forças no Esporte
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PROJO-VEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONA-CAMPO Programa Nacional de Educação do Campo

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONA-TEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REAF	Reunião Especializada da Agricultura Familiar
SAF	Sistema Agroflorestal
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SECS	Secretaria Executiva do Comunidade Solidária
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERFAL	Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SISU	Sistema de Seleção unificado
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SPG	Sistema de Certificação por Garantia
TC	Tempo Comunidade
TE	Tempo Escola

TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNACCOP	União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade do Estado de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Construção social da categoria juventude.....	11
Quadro 2. As juventudes rurais nos movimentos sociais.	16
Quadro 3. Dimensões da agroecologia.....	28
Quadro 4. Definições de Políticas Públicas.	31
Quadro 5. Ações da agenda básica do programa Comunidade Solidária.....	35
Quadro 6. Síntese dos programas para as juventudes no governo FHC.	37
Quadro 7. Síntese das ações para as juventudes rurais no governo Lula.	44
Quadro 8. Síntese das iniciativas para as juventudes rurais no governo Dilma.....	50
Quadro 9. Iniciativas do Programa Brasil Mais Jovem.....	55
Quadro 10. Ações do governo Bolsonaro para as juventudes.....	60
Quadro 11. Marco Legal da Extensão Universitária.....	64
Quadro 12. Abrangência do projeto.	68
Quadro 13. Critérios de seleção das juventudes participantes do projeto.	70
Quadro 14. Origem das juventudes participantes do projeto.	70
Quadro 15. Formação social – temas abordados.....	76
Quadro 16. Formação para a cidadania – temas abordados.	77
Quadro 17. Formação técnica: temas abordados e carga horária.	80
Quadro 18. Títulos dos textos do Caderno de Discussão: agroecologia e juventudes.....	81
Quadro 19. Instituições parceiras do projeto durante os TC's.	84
Quadro 20. Títulos dos projetos de viabilidade econômica sustentável.	88
Quadro 21. Motivação e inspiração para a escolha dos nomes fictícios.....	94
Quadro 22. Ocupação atual dos(as) jovens que estão no mercado de trabalho.	94
Quadro 23. Síntese dos impactos do projeto na vida das juventudes rurais.	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização dos municípios participantes do Projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro. Fonte: http://arquivos.proderj.rj.gov.br . Adaptada pela Pesquisadora, 2023.....	7
Figura 2. Evolução da desigualdade (Gini) de Renda Individual do Trabalho. Fonte: Atlas das Juventudes (2022).....	15
Figura 3. Linha do tempo com o recorte temporal para a análise das políticas públicas para as juventudes rurais. Fonte: Elaborada pela Pesquisadora, 2021.....	30
Figura 4. Etapas das conferências nacionais de políticas públicas de juventude. Fonte: Manual orientador. Conferências Livres, 2011, p. 04.	43
Figura 5. Frequência dos eixos do Estatuto da Juventude nos objetivos dos PPA's. Fonte: Relatório: Evidencias sobre as políticas federais de juventude no Brasil: mapeamento dos investimentos de 2012 a 2020 (CONJUVE, 2021).....	61
Figura 6. Tipos de público nos objetivos PPA. Fonte: Relatório: Evidencias sobre as políticas federais de juventude no Brasil: mapeamento dos investimentos de 2012 a 2020 (CONJUVE, 2021).	62
Figura 7. Arquitetura do projeto de Formação Cidadã de Jovens Rurais. Fonte: Chamada Pública: Formação agroecológica e cidadã para juventude rural (MDA, 2017).	67
Figura 8. Reunião da equipe executiva para planejamento dos tempos formativos. Fonte: Relatório do projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro, 2020.	69
Figura 9. Distribuição dos Tempos de Formação – Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). Fonte: Projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2017). Adaptada pela Pesquisadora, 2022.....	74
Figura 10. Atividades realizadas na formação social: Foto 1: Aula expositiva dialogada, com produção de material. Foto 2: Roda de conversa sobre Construção do conhecimento agroecológico. Fonte: Relatório do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2020).....	77
Figura 11. Atividades realizadas na formação para a cidadania: Foto 1: Vivência – Plantio de árvore. Foto 2: Oficina sobre Equoterapia. Fonte: Relatório do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2020).....	79
Figura 12. Atividades realizadas na Formação Técnica: Foto 1: Oficina sobre Sistema Agroflorestal (SAF). Foto 2: Aula prática sobre processamento de alimentos. Fonte: Relatório do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2020).....	81
Figura 13. Formação com tutores(as) do projeto e pesquisadores da Embrapa-agrobiologia. Fonte: Relatório do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro, 2020.....	84
Figura 14. Momentos mobilização e formação dos(as) jovens de base. Foto 1: Formação dos(as) jovens de base em Paracambi. Foto 2: Encontro para formação política, Campos dos Goytacazes. Fonte: Relatório do projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2020).....	86
Figura 15. Escolaridade das juventudes participantes da pesquisa. Fonte: Formulário <i>Google forms</i> . Elaborado pela Pesquisadora, 2023.....	95
Figura 16. Políticas públicas que as juventudes já acessaram. Fonte: Formulário <i>Google Forms</i> . Elaborado pela Pesquisadora, 2023.....	97

- Figura 17.** Avaliação da qualidade dos serviços prestados nas comunidades/assentamentos. Fonte: Entrevistas com as juventudes rurais participantes da pesquisa. Elaborado pela Pesquisadora, 2023.....99
- Figura 18.** Participa de entidade ou associação. Fonte: Formulário *Google forms*. Elaborado pela Pesquisadora, 2023.....101
- Figura 19.** Expressões que representam a percepção das juventudes sobre a temática da participação. Fonte: <https://www.wordclouds.com/>. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.....101
- Figura 20.** Expressões que representam como percebem as juventudes da sua localidade. Fonte: Formulário do *Google Forms*. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.....102
- Figura 21.** Expressões que representam as atividades realizadas pelas juventudes no tempo livre. Fonte: Formulário do *Google Forms*. Fonte: Elaborada Pela Pesquidora, 2023..104
- Figura 22.** Expressões que representam as atividades de cultura, esporte e lazer que existem ou que gostariam que tivesse em sua comunidade. Fonte: Formulário do *Google Forms*. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.....105
- Figura 23.** Expressões que representam como os participantes tomaram conhecimento do projeto. Fonte: Formulário do Google Forms. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.....106
- Figura 24.** Expressões que representam a motivação para participar do projeto. Fonte: Formulário do *Google Forms*. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.....106
- Figura 25.** Expressões que representam situações que impactaram o participante durante execução do projeto. Fonte: Formulário do *Google Forms*. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.....107
- Figura 26.** Expressões que representam a percepção sobre agroecologia. Fonte: <https://www.wordclouds.com/>. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.....109
- Figura 27.** Expressões que representam a percepção sobre juventude. Fonte: <https://www.wordclouds.com/>. Elaborada pela Pesquisadora, 2027.....110
- Figura 28.** Expressões que representam a experiência do projeto. Fonte: <https://www.wordclouds.com/>. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.....110
- Figura 29.** Expressões que representam o impacto do projeto na vida das juventudes rurais. Fonte: Formulário Google forms e entrevista. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.....113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Situação das juventudes na ocasião do projeto.....	72
Tabela 2. Fontes de renda das famílias das juventudes na ocasião do projeto.....	72
Tabela 3. Identificação racial das juventudes participantes do projeto	73
Tabela 4. Avaliação do processo pedagógico dos TE's.	83
Tabela 5. Avaliação do processo pedagógico do TC1.....	85
Tabela 6. Perfil dos(as) participantes da pesquisa.....	93
Tabela 7. Serviços públicos existentes nas comunidades/assentamentos.....	98
Tabela 8. Obstáculos encontrados para acessar os serviços públicos existentes nas comunidades/assentamentos.....	98

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: SOBRE O PENSAR E O FAZER A PEQUISA	3
2.1 De Onde Parte o Tema e Aonde Chega a Pesquisa: o Lugar de Falar.....	4
2.2 O Caminho Percorrido: Como a Pesquisa Foi Realizada	6
2.3 O Universo de Investigação	6
2.4 Os Instrumentos Metodológicos	8
3. JUVENTUDES E JUVENTUDES RURAIS: UM OLHAR ACERCA DACATEGORIA ..	9
3.1 A Construção da Categoria Juventude.....	9
3.2 Juventudes Rurais: uma Categoria Dentro da Própria Categorial Social	15
3.3 A Importância do Debate sobre Participação Social e Juventudes Rurais	20
3.4 A Centralidade das Juventudes para o Desenvolvimento Rural	23
3.4.1. O desenvolvimento na perspectiva de Amartya Sem.....	25
3.5. A aproximação da Agroecologia com as Juventudes Rurais	27
4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES RURAIS.....	30
4.1 O Debate Conceitual sobre a Temática das Políticas Públicas	30
4.2 A Emergência das Juventudes na Agenda Política	32
4.2.1 As juventudes rurais na agenda política do governo Fernando Henrique Cardoso	34
4.4.2 As juventudes rurais na agenda política do governo Luiz Inácio Lula da Silva	40
4.2.3 As juventudes rurais na agenda política do governo Dilma Rousseff.....	46
4.2.4 As juventudes rurais na agenda política do governo Michel Temer	53
4.2.5 As juventudes rurais na agenda política do governo Jair Messias Bolsonaro.....	58
5. UMA EXPERIÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA AS JUVENTUDES RURAIS NO RIO DE JANEIRO: O CASO DO PROJETO FORMAÇÃO AGROECOLÓGICA PARA JOVENS CIDADÃOS DO RIO DE JANEIRO	63
5.1 Resgatando o Compromisso da Extensão Universitária	63
5.2 Revisitando o Projeto “Formação Agroecológica para Jovens Cidadãos do Rio de Janeiro”	66
5.2.1. Perfil das juventudes participantes do projeto “Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”	70
5.2.2 Organização dos tempos formativos do projeto.....	74
5.2.3 O processo formativo durante o Tempo Escola	75
5.2.4 Avaliação dos Tempos Escola	83
5.2.5 O processo formativo durante o Tempo Comunidade	84
5.2.6 Análise crítica sobre o projeto: desafios encontrados e resultados alcançados.....	89
6. OS IMPACTOS DO PROJETO “FORMAÇÃO AGROECOLÓGICA PARA JOVENS CIDADÃOS DO RIO DE JANEIRO” NA VIDA DAS JUVENTUDES RURAIS	93
6.1 As Juventudes Rurais Participantes da Pesquisa.....	93
6.2 O projeto “Formação Agroecológica para Jovens Cidadãos do Rio de Janeiro” na Perspectiva das Juventudes Rurais	105
6.3 Impactos na Vida das Juventudes Rurais.....	112
7. CONCLUSÕES	117

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
9. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
10. APÊNDICES	130
11. ANEXOS	136

1. INTRODUÇÃO

Historicamente a formação social no Brasil tem suas raízes marcadas por uma sociedade patriarcal em que as relações sociais se davam por meio da obediência, o coronel era a figura central para definir essas relações especificamente no meio rural, onde predominava a relação de mando e obediência e, ainda, se fazia dentro de um modelo de “sujeição”, a não aceitação de normas que transcendessesem o desejo do senhor.

O impacto e as consequências do coronelismo na construção da estrutura social e política brasileira mostram que nossa história está intimamente ligada à importância do coronel no interior do país. Este mantinha relação de cunho pessoal, com privilégios individuais e concessão de favores para seus “colaboradores”. As relações sociais no meio rural se davam com o pressuposto de que o homem do campo era um ignorante, ou seja, a imagem atribuída ao meio rural era de que este era um incivilizado, tradicional, atrasado, etc. (LEAL, 1975).

Para Leal (1975), o coronelismo é concebido como um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido e os chefes locais. O coronel podia exercer, extraoficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes. Dessa maneira, o sistema de reciprocidade entre o Estado e os “caciques locais” é um aspecto que se destaca no coronelismo. Este tipo de relação política se aproxima do que Weber (1991) caracterizou como um tipo de dominação tradicional, que tinha sua base de sustentação nos poderes senhoriais tradicionais. A obediência aos senhores se dava em virtude da dignidade pessoal que lhes atribui à tradição. Esses senhores mantinham uma relação com seus dependentes, servidores pessoais, não uma relação de funcionários dentro de um quadro administrativo. O que é decisivo nesta relação é a fidelidade pessoal do servidor. O senhor dominava com um quadro administrativo de pessoas, tradicionalmente ligadas a ele por vínculos de dependência e lealdade. Isso mostra que nossa história política é marcada por um Estado autoritário, com característica centralizadora e resistente à participação da sociedade civil, principalmente, quando se refere à população do interior do país, mais especificamente, a população rural.

Percebemos que, ainda hoje, encontramos no meio rural tais práticas herdadas do passado. Essas práticas continuam enraizadas, reforçando e reproduzindo a centralização do autoritarismo, com destaque para as relações familiares em que os membros da família são subservientes aos mandos e a autoridade do chefe da família. No caso dos(as) jovens rurais, de forma geral, podem ser considerados meros ajudantes na unidade de produção, evidenciando a falta de autonomia e reforçando a invisibilidade que marca essa categoria social. Para Stropasolas (2002), ainda é muito precária a autonomia dos jovens no interior da família, isto é, poucos têm recursos, iniciativas próprias e até uma conta bancária. No caso das moças, essa falta de autonomia é acrescida a constatação de uma completa ausência de horizonte quanto a assumir responsabilidades na gestão do estabelecimento rural.

Associadas a isso, a falta de oportunidades de emprego e renda, a carência de alguns serviços sociais (educação, acesso às tecnologias da comunicação e informação, estradas, transportes entre outros), podem contribuir com desinteresse desses jovens pelo meio rural e com sua saída para os centros urbanos. Os reflexos do descontentamento dos(as) filhos(as) são manifestos, nas representações formuladas a este respeito, pela recusa da condição de agricultor(a), expressa pelo movimento dos jovens em direção às cidades. Outra questão que pode estar relacionada à sucessão na agricultura familiar é referente ao envelhecimento da população do meio rural, ou seja, as formas da transferência patrimonial às novas gerações, assim como os diferentes tratamentos e oportunidades oferecidos a jovens de sexos distintos

(ABRAMOVAY, 1998; CARNEIRO, 2001; STROPASOLAS, 2002; CASTRO, 2009;). Apesar do investimento em políticas públicas para as juventudes rurais, a saída dos(as) jovens do meio rural implica a desagregação do tecido social das comunidades rurais.

A escolha do tema acerca das juventudes rurais para esta tese está relacionada ao reconhecimento de como essa categoria social vem se organizando, em partidos políticos, ONG's, movimentos sociais¹, etc. Toda uma movimentação na sociedade para colocar suas reivindicações, pautas e bandeiras nas agendas mostrando, com isso, que é um importante ator político. Entretanto, a falta de perspectiva no meio rural marca a vida das juventudes rurais. Essa situação reforça a necessidade de realizar uma reflexão sobre as políticas públicas, compreendendo essa categoria social como “sujeitos de direitos”². Conforme destaca Novaes (2012), a questão dos “direitos” passou a nortear as demandas e pautas das juventudes nas agendas políticas.

Seguindo a perspectiva dos direitos, as juventudes rurais conquistaram um importante papel na reprodução do modelo de desenvolvimento baseado na agricultura familiar, segurança alimentar, produção de alimentos saudáveis, na preservação dos saberes e da cultura tradicionais, entre outros. Possibilitaram, também, um vasto campo de pesquisas evolvendo diferentes atores sociais: políticos, agentes sociais, universidades, movimentos sociais, etc. Esta pesquisa se alinha a este contexto, tendo uma experiência de extensão universitária articulada a uma chamada pública voltada para a juventude rural e agroecologia como pano de fundo para analisar se esta experiência impactou a vida das juventudes que dela participaram e como isso ocorreu.

Além desta introdução, a tese está organizada em mais cinco capítulos. O capítulo **“Considerações iniciais: sobre o pensar e o fazer a pesquisa”** traz o caminho percorrido para chegar às questões que norteiam a tese. O capítulo **“Juventudes e juventudes rurais: um olhar acerca da categoria”** faz uma abordagem acerca do olhar sobre a construção da categoria social juventudes, com ênfase nas juventudes rurais como uma categoria dentro da própria categorial social. Apresenta aspectos importantes que ajudam a elucidar a construção da categoria social, além de concepções e aspectos teóricos sobre a temática das juventudes, sobretudo das juventudes rurais, com destaque para os significados de ser jovem rural e as relações sociais que permeiam tanto no ambiente familiar quanto nos espaços coletivos de tomadas de decisões e de organização da comunidade. O capítulo **“políticas públicas para as juventudes rurais”** faz um debate sobre a compreensão acerca das políticas públicas, discorrendo sobre como as juventudes entram na agenda política e uma análise sobre como as juventudes rurais eram percebidas nas políticas públicas federais nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. O capítulo **“Uma experiência de políticas públicas para as juventudes rurais no rio de janeiro: o caso do projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”** apresenta um estudo de caso sobre uma experiência de uma política pública para as juventudes rurais no estado do Rio de Janeiro que foi executada pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o capítulo **“O impacto do projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro na vida das juventudes rurais”** faz uma análise destacando o desdobramento e impacto do referido projeto na vida das juventudes participantes.

¹ Castro (2009) faz uma análise de juventude como categoria social imersa em uma complexa configuração social e aborda os movimentos de construção de um ator político.

² As aspas, no texto serão utilizadas nas citações e para destacar determinados sentidos de palavras ou para indicar expressões de autores citados no decorrer do texto.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: SOBRE O PENSAR E O FAZER A PEQUISA

Este capítulo apresenta o caminho percorrido no desenvolvimento da pesquisa que resultou na presente tese. Apresentamos reflexões iniciais que desencadearam nas questões norteadoras da pesquisa e, também, minha trajetória acadêmica e profissional para ilustrar a interface com a temática das juventudes rurais, além da metodologia utilizada.

Ao analisarmos a história brasileira compreendemos que o direcionamento para a inclusão das juventudes, entre elas as juventudes rurais, na agenda das políticas públicas se construiu tardivamente. Foi a partir de 2003 que as políticas públicas para o meio rural sinalizaram interesse em reconhecer a necessidade de programas para segmentos específicos das categorias sociais do campo, como mulheres e jovens. Essa reflexão se aproxima de Barcellos e Mansan (2014) e Brumer (2014) quando discorrem acerca da constituição de diversos espaços de discussão e formulação de ações políticas direcionadas para as juventudes rurais, bem como sobre as causas do desinteresse dos(as) jovens em permanecer no meio rural.

Acreditamos que o protagonismo juvenil ainda pode ser fragilizado devido a sua pouca participação em espaços de tomadas de decisões em seus territórios e na formulação e implementação de políticas públicas que visem o desenvolvimento rural, sustentável e solidário. Isso mostra que é urgente a construção de programas e projetos para as juventudes rurais que contemplam os anseios deste grupo social, que possibilitem a autonomia e a emancipação desejada para a construção de seus projetos de vida.

A diversidade das condições de vida e trabalho no meio rural se torna um grande desafio para vivenciar a agricultura familiar e, a partir dela, tentar viabilizar sua autonomia social e econômica. Mesmo diante dessas dificuldades, as juventudes rurais precisam ser compreendidas como um importante personagem na elaboração e implementação de políticas públicas para o campo. Assim, esta tese poderá contribuir, de forma efetiva, com a busca pela emancipação e autonomia das juventudes, contribuindo, também, para nortear a construção de políticas públicas para essa categoria social.

Foi neste contexto que surgiram alguns questionamentos que nortearam a construção da tese. Acreditamos que tais questionamentos contribuem para elucidar os impactos das políticas públicas nas vidas das juventudes rurais, bem como para colocar seus anseios, demandas e desejos nas agendas políticas:

- As políticas públicas para as juventudes, especialmente para as juventudes rurais, estão associadas à compreensão dessa categoria como sujeitos de direitos e oportunidades?
- Essas políticas públicas são construídas a partir dos anseios, necessidades e desejos das juventudes e garantem, de fato, a participação, autonomia e o protagonismo dos(as) jovens em espaços decisórios?
- Como a agroecologia pode se aproximar das juventudes e desempenhar um papel relevante para a permanência das juventudes no campo?

Tomamos como hipótese passível de responder que a possibilidade de permanência das juventudes rurais no campo pode ser incentivada pela efetivação de políticas públicas específicas para esse grupo social e que a perspectiva da agroecologia pode ser um dos direcionamentos para a eficácia dessas políticas públicas.

Para alcançar essa proposição, buscamos analisar as políticas públicas para as juventudes rurais, sua abrangência e impactos provocados na vida desses jovens. Especificamente, delineamos: i) identificar e analisar as políticas públicas para as juventudes rurais no recorte temporal de 1995 a 2022; ii) analisar os possíveis obstáculos encontrados pelas juventudes rurais para acessarem as políticas públicas e as estratégias utilizadas por elas para

superarem os obstáculos; e, iii) compreender como a agroecologia pode ser potencializadora de políticas públicas para as juventudes rurais a partir das experiências locais.

2.1 De Onde Parte o Tema e Aonde Chega a Pesquisa: o Lugar de Falar

A escolha do tema da pesquisa tem uma interface com os caminhos percorridos por mim, desde a graduação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde as temáticas das juventudes, da agroecologia, da participação, da extensão, entre outras, sempre fizeram parte da minha trajetória pessoal e formação profissional.³

Tanto a experiência no curso anteriormente realizado pelo Programa de Pós- Graduação do curso de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, em 2007⁴, quanto no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 2016⁵, pesquisando sobre a incorporação dos princípios democráticos em instituições – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Conselho Escolar, respectivamente, foi enriquecedor, principalmente por ter trabalhado com a temática da participação e da gestão democrática em conselhos, foi possível compreender um campo de possibilidades na construção e implementação das políticas sociais, enfatizando a participação da sociedade civil em processos decisórios.

Como técnica concursada da UFRRJ, o interesse pelas temáticas da agroecologia, da participação social, do desenvolvimento rural e local, etc. vem se ampliando, como por exemplo, a experiência vivenciada na Casa da Agroecologia/Reitoria⁶, articulando, organizando e realizando diversas atividades em prol da agricultura familiar dentro da perspectiva da agroecologia e como fruto deste trabalho destaco o projeto de Criação e Implantação do “Centro Tecnológico Inova Agroecologia Maricá”⁷, o projeto “Desafios e oportunidades para jovens em territórios cafeeiros da América Latina: estudo comparativo entre Colômbia, México, Peru e Brasil”⁸, além do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro, o qual constituiu estudo de caso nesta tese analisado mais adiante.

Atualmente, tendo atuado no Instituto Federal de Minas Gerais, campus São João Evangelista por meio de Cooperação Técnica, trabalho no sentido de desenvolver ações de extensão para o fortalecimento da temática da agroecologia no campus. Essa temática ainda é pouco debatida na instituição e meu trabalho articula ações para a consolidação e o fortalecimento do tema no campus. Posso dizer que alguns avanços foram alcançados, como:

elaboração e criação do Programa de Residência Agrária (PRA)⁹, no qual a agroecologia é contemplada como área de atuação; organização e coordenação de eventos online (durante a pandemia) para refletir e discutir sobre temáticas que dialogam com a agroecologia e, ainda, submissão e aprovação de projetos em editais do Programa Institucional de Bolsas de Extensão

³ Licenciada e Bacharel em Economia Doméstica. Participou do Diretório Central dos Estudantes (DCE), do Grupo de Agricultura Ecológica (GAE), da Associação dos Amigos do Erva Doce, da Associação Nacional dos Estudantes de Economia Doméstica, entre outros.

⁴ Título da dissertação: "A construção da participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Viçosa-MG", 2007. Defendida em 28, de março de 2007.

⁵ Título da dissertação: "A Gestão Democrática na Rede de Educação Profissional do Estado do Rio de Janeiro: a institucionalização dos Conselhos Escolares", 2016.

⁶ Denominada Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Território e Educação Popular (CASTE).

⁷ O projeto se tratava de um convênio de pesquisa, desenvolvimento e inovação firmado entre a UFRRJ da Companhia de Desenvolvimento de Maricá (CODEMAR). O trabalho envolveu diversas áreas do conhecimento e diferentes unidades da universidade para desenvolver ações dentro da perspectiva da agroecologia: a) diagnóstico socioambiental, b) criação do horto da biodiversidade, c) formação de jovens, d) produção. Período: 14/07/2021 a 14/07/2023.

⁸ Este projeto objetivou comparar os desafios e oportunidades para os jovens nos territórios cafeeiros do Peru, México, Brasil e Colômbia. Período: 10/02/2021 a 31/12/2021.

⁹ O PRA foi instituído através da Portaria 145 de 28/05/ 2021 e é voltado para inserção profissional de jovens formandos e recém-formados no meio rural e urbano atuando de forma interativa com os profissionais do campus por meio de treinamento prático, supervisionado e orientado. Ele possui cinco áreas de atuação: 1) Agroecologia; 2) Produção Vegetal; 3) Produção Florestal; 4) Produção Animal e 5) Educação Ambiental e em novembro de 2021 foi publicado o primeiro edital de seleção de projetos para atuação no PRA.

(PIBEX) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), entre eles destaco o projeto intitulado “Diagnóstico Socioambiental das juventudes rurais do município de São João Evangelista”¹⁰. Essas experiências contribuem e reforçam a emergência, necessidade e importância em produzir uma tese voltada para as juventudes rurais.

O interesse em cursar o doutorado surgiu após a vivência que tive coordenando o “Projeto de Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”¹¹ em 2018, que me permitiu vivenciar intensamente o projeto e um olhar diferenciado, propiciando um grande envolvimento com as reivindicações, pautas e questões cotidianas das juventudes participantes do projeto. Ao término de um ano de trabalho, observamos que as juventudes das regiões/territórios trabalhadas tinham um grande potencial para ocupar espaços decisórios e serem protagonistas da sua própria história, entretanto, não tinham conhecimentos e oportunidades para colocar suas pautas e demandas na agenda política. Essas experiências contribuíram com a reflexão e formulação dos questionamentos que norteiam a tese.

A escolha em cursar o doutorado no Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ) está relacionada à sua proposta em ser um programa multidisciplinar, que reúne várias áreas do saber de forma integrada e com uma área de concentração que aproxima da temática do meu interesse, que é a área de Políticas Públicas Comparadas. Assim, as questões que me inspiraram a estudar políticas públicas para as juventudes rurais, compreendidos como sujeitos políticos e sociais e que podem ser protagonistas na elaboração e implementação de políticas públicas ancoradas nas suas demandas e anseios, tem uma relação muito próxima com a proposta do PPGCTIA. Foi essa aproximação que me estimulou a concorrer à seleção do programa, na referida área de concentração.

A tese se justifica por entender que é necessário e emergente refletir sobre as políticas públicas para as juventudes rurais no que se refere ao envolvimento dessas juventudes em espaços de tomadas de decisões, tornando-os, independentes do pessoal técnico que são vistos, em muitas situações, como detentores do conhecimento. Neste sentido, buscou o entendimento de que relações sociais são complexas e podem ser revistas e reconstruídas a partir de um envolvimento deste segmento social pressupondo sua participação na formulação e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento rural. Para tanto, são necessárias políticas para as juventudes rurais constituídas e legitimadas nas esferas públicas capazes de reforçar a necessidade da valorização desses sujeitos. Refletir sobre as juventudes rurais é de suma importância para compreender como está se dando o processo de transformação social pela qual a sociedade está passando nos últimos anos.

A tese se justifica, também, pelo pouco contato do PPGCTIA/UFRRJ com essa temática no desenvolvimento de pesquisas. Portanto, a relevância da tese está na necessidade de pesquisas que dialoguem com as áreas e temáticas propostas pelo programa, sobretudo, na área de concentração de Políticas Públicas Comparadas¹².

¹⁰ Este projeto foi selecionado por meio do Edital 16/2021 do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX).

¹¹ O projeto objetivou proporcionar uma formação que preconizasse um novo olhar sobre a sucessão e sobre a vida na agricultura de base familiar, sem esquecer os elementos básicos que constituem essa vida, desde o trabalho, a concepção de unidade de produção e vida familiar; a inserção no mercado de alimentos; a concepção de desenvolvimento local sustentável e suas implicações e relações com o desenvolvimento regional e nacional; a tecnologia e a inovação tecnológica a partir das necessidades e demandas da agricultura de base familiar; as relações sociais, em especial de gênero e de geração, nas famílias, nas comunidades e no conjunto da sociedade (BRASIL, 2017). Esse projeto será melhor analisado como um estudo de caso nos capítulos 5 e 6 da tese.

¹² Isso pode ser percebido em pesquisa realizada em abril de 2021, no banco de teses que estão disponíveis no site do programa. Foi possível identificar a ausência da temática central sobre juventudes rurais e ou as políticas públicas para esse grupo social. Analisamos os títulos das teses defendidas durante o período de 2012 à 2019. Das 71 teses disponíveis no site, não identificamos pesquisas com a palavra jovem/jovens/juventude/juventudes no título. Apenas duas teses, defendidas em 2014, apresentam no título temas que remetem a essa categoria social: a) educação do campo e b) pedagogia da alternância. A primeira tese tem como foco principal a pedagogia da alternância como articuladora de agentes para a formação do técnico em agropecuária. Já a segunda tem como foco a educação do campo na construção dos projetos profissionais dos jovens. A expressão “jovens” aparece somente no resumo de um dos trabalhos.

Devido ao contexto da política nacional vivido desde 2016, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a pandemia da COVID-19, nos eventos online realizados com participação de especialistas em juventudes, políticas públicas, agroecologia entre outras, pudemos observar que as juventudes se tornaram uma categoria fragilizada e que algumas conquistas políticas da categoria, como: a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), foram perdendo força e função. Além disso, com a pandemia, as juventudes ficaram mais sensíveis ao desemprego, precariedade no trabalho, ao acesso à educação, à cultura, etc. Com isso, o cenário atual evidencia a emergência, necessidade e importância das juventudes, especificamente, as juventudes rurais serem compreendidas como um importante personagem na elaboração e implementação de políticas públicas para o meio rural sustentável e solidário.

2.2 O Caminho Percorrido: Como a Pesquisa Foi Realizada

Optamos por desenvolver uma pesquisa qualitativa, na qual temos um entendimento da realidade social como uma construção humana, em que o caráter qualitativo será dado pelo referencial teórico no qual a tese se apoia (TRIVINÓS, 1987). Utilizamos a modalidade do estudo de caso que, segundo Yin (2014), contribui para esclarecer fenômenos sociais complexos, ou seja, o estudo de caso permite uma investigação para preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real.

A tese também está ancorada na análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2015), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, além de fazer inferências, recorrendo a indicadores qualitativos, dos conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Os dados levantados foram analisados dentro da perspectiva interpretativa e qualitativa proposta por Thiollent (2011), onde foram utilizadas e contrapostas às categorias analíticas de políticas públicas, participação, agroecologia e juventudes que foram investigados, acrescidos aos dados obtidos por meio das observações durante a realização do projeto e, ainda, da investigação envolvendo um levantamento bibliográfico e documental.

A pesquisa foi realizada em seis momentos: i) identificação das políticas públicas federais para as juventudes rurais no período de 1995 a 2022; ii) criação das categorias analíticas; iii) análise das políticas públicas federais para as juventudes rurais; iv) envio do formulário do Google Forms para as juventudes participantes do projeto; v) entrevista com as juventudes que responderam ao formulário; vi) análise do impacto do projeto “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro” na vida das juventudes rurais participantes do projeto.

2.3 O Universo de Investigação

A experiência do projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro foi o lócus dessa tese, que alcançou dois territórios e duas regiões do Estado do Rio de Janeiro. Os territórios são localizados nos extremos do Estado, o Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG) localizado ao sul do estado, fazendo divisa com o estado de São Paulo e o Território da Cidadania – Norte Fluminense, que faz divisa com o estado do Espírito Santo. As outras duas regiões alcançadas são as regiões da Baixada Fluminense e a região Serrana.

O Território da BIG contempla os seguintes municípios: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty e Seropédica. Possuem, juntos, uma área de 2.663 km², uma população de aproximadamente 488.999 habitantes (IBGE, 2022). De forma geral, as paisagens do território são utilizadas para fins turísticos e recreativos, em especial nos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba. O Território apresenta, ainda, uma agricultura de montanha e de base familiar, com uma produção voltada para o cultivo da banana, hortaliças, aipim, etc. De acordo com a UNACCOP (2011), o território possui 1.901 pescadores artesanais, 660 famílias de

comunidades quilombolas, cinco aldeias indígenas, 1.833 agricultores familiares e 294 famílias de assentados.



Figura 1. Localização dos municípios participantes do Projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro. Fonte: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br>. Adaptada pela Pesquisadora, 2023.

O Território do Norte Fluminense é composto pelos seguintes municípios: Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Francisco de Itabapoana, São Fidelis, Quissamã, Carapebus, Conceição de Macabu e Macaé. Possui uma população de, aproximadamente 889.618 habitantes (IBGE, 2022). Historicamente, a agroindústria açucareira foi considerada como característica desse Território, onde o cultivo da cana e a produção do açúcar/álcool se posiciona com destaque na economia do Município de Campos dos Goytacazes e, atualmente, a exploração do petróleo ocupa uma posição de destaque na região. O território, também, é caracterizado por ter vários assentamentos rurais voltados para agricultura familiar, com expressiva produção de abacaxi e cana de açúcar.

A Baixada Fluminense é composta por 13 municípios, a saber: Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Japeri, Paracambi, Seropédica, Itaguaí¹³. Sua população 3.705.626 habitantes e representa 23,16% da população do estado (IBGE, 2022). Assim, a Baixada Fluminense concentra mais de 22% da população do estado do Rio de Janeiro e está inscrita como integrante periférica da área metropolitana do Rio de Janeiro. Esta condição periférica pode ser percebida no perfil socioeconômico de sua população e, também, pela combinação entre desigualdade social e pobreza. Como um dos resultados desta combinação, temos, ainda, a violência. Os dados sobre a realidade da baixada fluminense evidenciam a ausência de investimentos em políticas públicas no estado, onde privilegiam e valorizam a região central e as regiões turísticas

¹³ Importante destacar que o município de Itaguaí faz parte da baixada fluminense, mas também, é reconhecido como integrante do Território Rural da Baía da Ilha Grande.

em detrimento das regiões periféricas (ALBUQUERQUE, 2020).

A Região Serrana possui 16 municípios: Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Guapimirim, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes, possui uma população de 972.910 habitantes (IBGE, 2022). Esta região é uma região turística bastante procurada por seu clima ameno, com temperatura anual média de 18°C e pelas paisagens da Mata Atlântica e da Serra dos Órgãos. Também é uma região conhecida pela agricultura de montanha de base familiar, onde a produção de hortaliças se destaca.

2.4 Os Instrumentos Metodológicos

Os instrumentos metodológicos utilizados foram: i) aplicação de questionário através de formulário no Google Forms (Apêndice 02), com 15 jovens rurais participantes do projeto “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio Janeiro”; ii) análise documental do relatório do projeto, das anotações pessoais ao longo do projeto e das atividades realizadas, como: lives, vídeos, que estão disponíveis nas redes sociais (youtube, facebook, instagram), bem como rodas de conversa, oficinas, etc. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com roteiro previamente elaborado (Apêndice 03) com oito jovens a fim de identificar e analisar o desdobramento e o impacto do projeto na vida destes jovens. A entrevista foi realizada com cada jovem individualmente para valorizar e privilegiar a diversidade de conhecimentos, percepções e compreensão acerca das juventudes rurais em seus territórios/regiões. Cada entrevistado foi abordado através de agendamento prévio.

Para a análise das informações das entrevistas, foram levantados os conteúdos e temas que mais apareceram nas respostas, para criar as categorias analíticas. Após essas etapas, foi feita a análise de conteúdo das informações obtidas. Considerando a relação de confiança estabelecida com os(as) jovens ao longo do projeto, foram evitadas situações que pudessem gerar desconforto ou constrangimentos aos jovens sujeitos de investigação, sobretudo nas entrevistas que exigem colocações pessoais, atendendo aos critérios éticos da pesquisa (Apêndices¹⁴).

Como critério de manter a confidencialidade das respostas e dos(as) respondentes, foi sugerido aos jovens que escolhessem expressões, termos e ou palavras que fossem relacionados com as juventudes, agroecologia, meio social, políticas públicas, etc. para a sua identificação, assim foi possível utilizar nomes fictícios para os(as) participantes, evitando com isso, a exposição dos mesmos.

Este capítulo mostrou a importância de realizar uma pesquisa contextualizada, a partir de uma experiência concreta, onde foi possível estabelecer um diálogo entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

¹⁴ Apêndice I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Anexo I - Parecer da Comissão de ética para pesquisa com seres humanos.

3. JUVENTUDES E JUVENTUDES RURAIS: UM OLHAR ACERCA DA CATEGORIA

Este capítulo aborda as concepções e aspectos teóricos sobre juventudes, e juventudes rurais, com destaque para a construção em torno da categoria, em especial as juventudes rurais, delineando sua importância para sociedade como categoria social e política, ancoradas por Bourdieu (1983); Palmeira (1989); Abramo (2005); Novaes e Ribeiro (2006); Castro (2013), entre outros.

É importante destacar que o termo “juventudes” será usado no plural por entendermos que a juventude não é única e nem homogênea, não há uma juventude, mas várias, definidas e caracterizadas por diferentes experiências, vivências e identidades sociais, conforme argumentam Abramovay e Castro (2006). Para tanto, é necessário resgatar essa construção, evidenciando que a compreensão sobre este grupo social é distinta no tempo e no espaço, além disso, é importante destacar e levar em consideração a sua pluralidade, diversidade, contexto social, cultural, etc. A partir daí as juventudes rurais serão abordadas como uma categoria dentro da sua própria categoria social, pois apresentam demandas, anseios e necessidades específicas que marcam sua construção social. Além disso, o capítulo também faz uma abordagem a respeito da aproximação das juventudes rurais com as temáticas da participação social, desenvolvimento local e a agroecologia.

3.1 A Construção da Categoria Juventude

Historicamente, na formação da sociedade, jovens e crianças não eram considerados indivíduos que possuíam particularidades e não existia um modo específico de lidar com esses indivíduos. De acordo com Cassab (2011), a construção social das juventudes é determinada pelo tempo e processos específicos:

a partir das formas pelas quais foram sendo pensados e tratados o jovem (o sujeito) e a juventude (o tempo do sujeito) nos marcos do pensamento ocidental, em particular na Europa e iniciando pelo mundo romano. O que se justifica na medida em que se entende que, muitas das representações que se tem do jovem e da juventude hoje, são herdeiras de representações pretéritas oriundas do pensamento ocidental europeu (CASSAB, 2011. p. 146).

Corroborando com Cassab e aprofundando o debate, Ferreira; Farias e Silvares (2010) apresentam quatro períodos para ilustrar como esses indivíduos eram tratados e compreendidos em momentos históricos distintos, são eles: Grécia Antiga, Império Romano, Idade Média e Idade Moderna. Iniciam com a Grécia Antiga, mostrando que “os jovens eram submetidos a um verdadeiro adestramento, cujo fim seria inculcar-lhes as virtudes cívicas e militares” (FERREIRA; FARIAS e SILVARES, 2010, p. 228). O período do Império Romano tem como foco a educação dos filhos como responsabilidade dos pais, com atividades práticas, como a agricultura ou, no caso de famílias de jovens abastados que hospedavam em suas casas mestres gregos que se tornavam responsáveis pela educação de seus filhos.

Já na Idade Média a juventude estava associada à desordem – uma juventude turbulenta, ruidosa, violenta, perigosa e que desprezava os valores estabelecidos pelos mais velhos (CASSAB, 2011). Bourdieu (1983) afirma que os limites da juventude na idade Média eram controlados e manipulados pelos adultos detentores do patrimônio, objetivando manter aqueles jovens nobres que poderiam e pretendiam adquirir a sucessão deste patrimônio, em seu estado de irresponsabilidade. Caberia à sociedade o papel de discipliná-los e o casamento era o meio utilizado para conter suas explosões, com o diferencial para os jovens de famílias abastadas que eram enviados para fazer expedições.

Por fim, na Idade Moderna um novo papel do Estado é discutido ao longo dos séculos

XVI e XVII, onde o poder de intervir nos espaços sociais, como: formas de agir na família, comunidade, grupos religiosos e educacionais, é despertado para a necessidade de proteção das crianças e jovens. Para colaborar com o debate, Grossman (2010) diz que a mudança da Idade Média para a Modernidade é influenciada por três fatores: a) o novo papel do Estado que passou a exercer poder sobre o espaço social; b) o desenvolvimento da alfabetização e dos livros e c) o estabelecimento de novas religiões ao longo dos séculos XVI e XVII:

Esse conjunto de mudanças determinou a passagem de uma experiência anteriormente coletiva, quando a comunidade enquadrava e limitava o indivíduo em uma valorização do espaço privado. A família, além de unidade econômica, passou a ser encarada como espaço de afetividade entre o casal e os filhos (GROSSMAN, 2010, p. 48).

Para Cassab (2011), dos séculos XVIII e XIX em diante, a compreensão sobre a juventude é identificada como uma etapa da vida onde esses atores possuíam uma maneira própria de ser, sentir e reagir. Com o advento da revolução industrial o mundo se transformou e, enquanto a juventude burguesa estava voltada para as escolas, liceus e universidade, a juventude operária era inserida no mundo do trabalho muito jovem, ainda crianças. Tanto na família quanto no trabalho, a juventude operária não tinha autonomia e deviam obediência e silêncio. O trabalho não dava garantia de direitos e horizontes na vida, ao contrário, e os jovens não possuíam os mesmos direitos que os adultos.

A autora destaca que essa juventude se caracterizava como uma fase de subordinação, obediência e incapacidade. Foi somente a partir da segunda metade do século XIX que inúmeras leis foram criadas para regular o trabalho nas fábricas, essas leis foram importantes por contribuir com a definição dos limites da juventude operária, pois instauraram a categoria jovens trabalhadores. Na transição do século XIX para o século XX, a juventude era associada a um período de emoções violentas, agressividade, instabilidade emocional e curiosidade sexual sem limites, especialmente os(as) jovens operários(as):

Temidos individualmente ou em seus agrupamentos, são prontamente identificados por um suposto caráter vagabundo, libertino e contestador/desordeiro. Essa representação da juventude como um todo e, em especial, a operária, explica as estratégias de controle sobre os jovens. Com os filhos dos operários o controle se dava, em grande medida, pelo trabalho e pela polícia (CASSAB, 2011, p. 155).

Essa percepção sobre os(as) jovens, especialmente os(as) jovens pobres, fez com que a sociedade compreendesse que as juventudes eram um perigo não apenas para o indivíduo jovem mas, também, para toda a população. Essa percepção não era usada para jovens oriundos de famílias ditas “boas famílias”, estes eram vistos como jovens de bom caráter, trabalhadores, honestos, já os de famílias ditas “desvirtuadas e desestruturadas” estavam predeterminados a carregar essa herança e se envolver com o crime, atitudes amorais e aos vícios. Era por meio dessa compreensão que as ações destinadas à população pobre e, também, para conter a pobreza eram planejadas (CASSAB, 2011). Uma abordagem dessa natureza permite identificar somente uma juventude homogênea, além de fragilizar o debate a respeito de diferentes formas de considerar os(as) jovens, bem como as diferentes formas desses se afirmarem como sujeitos sociais e políticos.

Para Castro (2013) muitos trabalhos acadêmicos discutem essa categoria como autoevidente ou autoexplicativa utilizando a idade ou comportamento como recursos para conceituação de ser jovem. Para a autora, três movimentos são importantes para a reflexão

acerca da construção da categoria: i) definição da categoria a partir de elementos físicos e psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e comportamentais; ii) definição substancializada e adjetivada da categoria e; iii) crítica a esses recortes e busca de outras perspectivas. A autora afirma, ainda, que essas abordagens são atravessadas, com frequência, à associação das juventudes a problemas sociológicos e como agentes privilegiados de transformação social. Além disso, recupera alguns autores para refletir sobre a construção da categoria, o que ajuda na compreensão por meio de uma perspectiva histórica que perpassa um longo período, conforme está sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1. Construção social da categoria juventude.

Ano	Autores	Definições de juventude
1968	Andreas Flitner	Nos primeiros estudos da Pestalozzi a juventude aparece como uma forma de identificação privilegiada. Idade juvenil se referia a um período pós- puberdade, entre 15 e 17 anos e o limite variava com a entrada no mundo adulto.
1968	Jean Stoetzel	Pesquisou a juventude na sociedade japonesa. Parte da definição biológica/fisiológica. Indivíduos jovens fazem parte de uma determinada faixa etária, delimitando uma idade de início e fim. Analisa elementos como ciclo de vida, condição familiar, situação de ocupação (trabalho), etc. combinados com sexo e idade contribuem para definir quem é jovem e quem é adulto. Na hierarquia da sociedade japonesa, a condição de jovem é inferior.
1979	Laurent Thévenot	Discute juventude por meio de definições etárias, tendo como principal recorte os jovens de 17 a 25 anos e que estão inseridos em certas instituições/ocupações, como: escolas, serviços militares, “casas” de jovens trabalhadores, estabelecimentos de recuperação ou saúde, etc. Analisa as estatísticas oficiais da França, estas partem de uma predisposição e consequente enquadramento de quem são os jovens, onde estão e o que fazem. Seus estudos incluem somente os jovens acima de 17 anos, pois na França até essa idade todos os jovens devem estar na escola, visto que o ensino é obrigatório até essa idade. Já os jovens menores de 17 anos são agrupados por escolaridade e frequência escolar.
1983	Pierre Bourdieu	Em seus estudos relaciona idade biológica e idade social, afirmindo que são indissociáveis. Para o autor, a idade é socialmente construída e varia, em cada sociedade, nos diferentes momentos históricos e a partir de distinções de geração, gênero e classe.
1996	Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt	Faz um amplo debate sobre juventude utilizando a classificação que define os limites mínimos e máximos de idade. Para os autores, a idade como classificadora é transitória e só pode ser analisada em uma perspectiva histórica de longa duração. Para os autores o caminho seria analisar os ritos de passagem que indicam a “entrada” e a “saída” da condição jovem e suas construções simbólicas.
2004	Nilson Weisheimer	Recorte de juventude a partir da faixa etária é definido como período de transição entre a adolescência e o mundo adulto. Esta concepção se estabelece como a mais recorrente a partir da Conferência Internacional sobre Juventude (1964).

Fonte: Castro (2013), adaptado pela Pesquisadora, 2023.

Percebemos que as definições de juventude apresentada no Quadro 1 compreendem esse

grupo social com foco nas questões biológicas, de faixa etária e geração, mas também encontramos definições de juventude pelo recorte de ocupação e, ainda, como construção social. Esse quadro ajuda elucidar como se deu a construção social da categoria juventude ao longo dos anos, mostrando como algumas definições podem ser arbitrárias, homogêneas, substancializadas e adjetivadas, como: “vanguarda”, “transformadora”, “questionadora” “em formação”, “inexperiente”, “sensível”, “comportamento desviante”, “controlado”. Ainda na visão de Castro (2013), essa constante substantivação e adjetivação fazem com que não se busque a autopercepção e formação de identidades daqueles que são definidos como jovens.

Muitas dessas construções carregam um olhar em que juventude é passível de uma definição universalizante. Tais como: as definições da categoria a partir de elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; as definições substancializadas/adjetivadas da categoria; e as definições que associam juventude e jovem a determinados problemas sociológicos e/ou como agentes privilegiados de transformação social. Um olhar quase heróico da “juventude” perpassa muitos trabalhos sobre o tema, nos quais a “juventude” aparece como agente de transformações sociais e o “jovem” como o ator social privilegiado a partir de adjetivações como juventude vanguarda, juventude revolucionária, juventude. Ou ainda, na inversão desse olhar que associa “jovem” à delinquência, tais como os textos que utilizam termos como “delinquência juvenil” para retratar determinados indivíduos que teriam em comum a idade e uma forma de se comportarem. (CASTRO, 2013, p. 184).

Uma definição sucinta e muito esclarecedora é defendida por Novaes, Cara e Silva (2006, p. 05) em que “a juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa-etária que, no Brasil, congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre 15 e os 29 anos”.

A indissociabilidade entre a idade biológica e a social também é defendida por Bourdieu (1983). Para o autor, tanto a velhice quanto a juventude são construções sociais nos diferentes momentos históricos, que sempre estiveram permeadas de disputas e relação de poder, especialmente quando o que está em jogo é o limite entre a juventude e a velhice. Segundo o autor:

na divisão lógica entre os jovens e os velhos, trata-se do poder, da divisão (no sentido de repartição) dos poderes. As classificações por idade (más também por sexo, ou, é claro, por classe...) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar (BOURDIEU, 1983, p. 152).

O autor afirma, ainda, que a compreensão acerca da categoria pode ser diferente e alterar em cada momento histórico, sociedade, geração, classe, gênero, etc., ou seja, é uma categoria genérica ou pré-construída.

Abramo (2005) recupera as diferentes abordagens acerca da juventude definidas por Krauskopf e apresenta quatro tipos de abordagens sobre juventude:

- i) como período preparatório;
- ii) como etapa problemática;
- iii) como atores estratégicos no desenvolvimento; e
- iv) como cidadãos atuantes como sujeitos de direitos.

Na primeira abordagem, juventude é definida como período preparatório. A autora considera essa abordagem uma transição entre a infância e a idade adulta, gerando políticas centradas na preparação para o mundo adulto, com enfoque dentro da perspectiva universalista,

ou seja, garantia de um direito universal por parte do Estado. No entanto, apresenta algumas limitações: a ideia da dimensão universal não é entendida como um direito universal a ser garantido de forma específica segundo as distintas e desiguais situações que vivem os jovens, mas como uma noção de condição universalmente homogênea de juventude, que não comprehende as juventudes como sujeitos sociais do presente. No Brasil, tanto a educação, quanto as políticas públicas para as juventudes, de forma geral, foram centradas nessa abordagem, onde a dimensão de preparação é central:

Na verdade, esta visão do jovem como sujeito em preparação e, portanto como receptor de formação, é o eixo que predomina em quase todas as ações a ele dirigidas, combinada aos mais diferentes paradigmas, não só nas políticas públicas estatais (ABRAMO, 2005, p. 20).

A segunda abordagem apresentada por Abramo (2005), que também é discutida por Castro (2013), se refere à juventude como etapa problemática, ou seja, a partir dos problemas que ameaçam a ordem social ou desde o déficit nas manifestações de seu desenvolvimento. As questões com maior ênfase são relacionadas a comportamentos de risco e transgressão, gerando políticas compensatórias voltadas para os setores com características de vulnerabilidade, risco ou transgressão, especialmente a juventude urbana popular e periférica:

Os setores que mais desenvolveram ações sob tal paradigma são os da saúde e justiça – ou segurança social - (a partir de questões tais como gravidez precoce, drogadição, dst e AIDS, envolvimento com violência, criminalidade e narcotráfico). Uma questão desta abordagem é que a partir destes problemas se constrói uma percepção generalizadora da juventude que a estigmatiza (ABRAMO, 2005, p. 21).

No Brasil, essa dimensão norteou as ações para as juventudes no período dos anos 1980 e 1990, tanto do Estado como da sociedade civil, com a justificativa que essas ações podiam incidir na diminuição do envolvimento dos(as) jovens com a violência.

A terceira abordagem se refere ao jovem como ator estratégico do desenvolvimento. Segundo Abramo (2005), essa abordagem está orientada à formação de capital humano e social para enfrentar os problemas de exclusão social aguda que ameaçam grandes contingentes de jovens, e atualizar as sociedades nacionais para as exigências de desenvolvimento colocadas pelos novos padrões mundiais. Aqui os(as) jovens são vistos como estratégias para resolver os problemas de desenvolvimento. Além disso, reconhece os(as) jovens como atores ativos, dinâmicos na sociedade e com potencialidades para responder aos desafios colocados pelas inovações tecnológicas e transformações produtivas:

Traz, assim, a possibilidade de incorporar os jovens em situação de exclusão não pela ótica do risco e da vulnerabilidade, mas numa perspectiva includente, centrada principalmente na incorporação à formação educacional e de competências no mundo do trabalho, mas também na apostila da contribuição dos jovens para a resolução dos problemas de suas comunidades e sociedades, através do seu engajamento em projetos de ação social, voluntariado etc. (ABRAMO, 2005, p. 21).

A autora afirma, ainda, que no Brasil, este enfoque tem sido bastante difundido nos últimos anos, na maior parte das vezes, postulando os(as) jovens como protagonistas do desenvolvimento local. Uma limitação apresentada por essa abordagem é a carência de debate

acerca do modelo de desenvolvimento no qual os(as) jovens se inserem ou até que ponto eles(as), também, devem discutir a decisão a respeito desse modelo, além da apostila no protagonismo dos(as) jovens como uma “contribuição construtiva” que ignora as dimensões de conflito e disputa em torno dos modelos de desenvolvimento e dos sentidos das “ações” de contribuição e distribuição do bem comum ou comunitário.

É entendido que as relações sociais são complexas e conflituosas e esse debate traz à tona a questão da participação social, pois apresenta uma íntima relação com a temática da cidadania, esta entendida pela via do pertencimento em determinada comunidade – e como condição participativa – o direito reservado de participação na sua comunidade (MELO, 2000). De acordo com essa perspectiva, Abramo (2005) apresenta uma quarta abordagem que comprehende a juventude cidadã como sujeitos de direitos. Assim, a autora defende que as juventudes devem ser compreendidas como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, passando a ser consideradas como sujeitos de direitos e deixam de ser definidas por suas incompletudes ou desvios:

Mudam-se os enfoques anteriores principalmente por superar a visão negativa sobre os jovens e gerar políticas centradas na noção de cidadania, abrindo a possibilidade da consideração dos jovens como sujeitos integrais, para os quais se fazem necessárias políticas articuladas intersetorialmente (ABRAMO, 2005, p. 22).

Todas as abordagens defendidas por Abramo (2005) não são imutáveis e fixas, fazendo-se necessário levar em consideração os momentos históricos que a sociedade está vivendo. Já Castro (2009) desenvolve uma reflexão crítica sobre as definições de juventude discutidas por Abramo que associa juventude, educação e lazer, ou seja, a autora diz que Abramo analisa a categoria a partir da compreensão de juventude como “aqueles que estão em processo de formação e que ainda não têm responsabilidades, principalmente por não estarem inseridos no mercado de trabalho. Com isso se exclui o jovem das classes trabalhadoras da concepção de juventude” (CASTRO, 2009, p. 184). A autora enfatiza a importância de não homogeneizar a categoria na busca de construção de um objeto, de um conceito que possa ser um paradigma. Ela amplia o debate trazendo e destacando as juventudes das classes trabalhadoras, evidenciando que a construção social da categoria é complexa, diversa e não está dada.

Sobre as juventudes das classes trabalhadoras, o Atlas das Juventudes (2022) mostra a necessidade de incluir esse grupo social no debate, pois há um aumento maior das desigualdades entre os jovens em relação à população adulta, como ilustrado na Figura 2¹⁵, onde podemos observar uma evolução da desigualdade de renda individual do trabalho entre as juventudes e a população adulta. No primeiro trimestre de 2012 existia uma desigualdade maior dos adultos sobre as juventudes, mas então caracterizada por uma pequena diferença entre as duas categorias. A desigualdade foi então aumentando, sendo que em 2017 e 2019 alcançou seus pontos mais altos, ou seja, a participação das juventudes no mercado de trabalho e na geração de renda diminuiu em relação à população adulta.

¹⁵ O índice de Gini, que é a medida mais popular de desigualdade, variando entre 00 (perfeita igualdade) e 01 (perfeita iniquidade), apresenta tendência ascendente após o último trimestre de 2014. Há um aumento de desigualdade de 3,8% entre os jovens contra 2,7% do conjunto de população neste mesmo período até 2019. (Atlas das Juventudes, 2022, s/p).



Figura 2. Evolução da desigualdade (Gini) de Renda Individual do Trabalho. Fonte: Atlas das Juventudes (2022).

3.2 Juventudes Rurais: uma Categoria Dentro da Própria Categorial Social

Os diversos entendimentos acerca da concepção de juventudes abordam suas características e o seu lugar na sociedade, marcam presença nos trabalhos acadêmicos e na atuação dos movimentos e organizações sociais ou juvenis.

No caso das juventudes rurais, o Quadro 2 apresenta os movimentos sociais que as incluem na sua organicidade, como: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Via Campesina-Brasil, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barreiros (MAB), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

Quadro 2. As juventudes rurais nos movimentos sociais.

Movimento Social	Bandeiras de luta	Instância da Juventude	Surgimento da instância juventude	Abrangência
Pastoral da Juventude e Pastoral da Juventude Rural	Fortalecer o protagonismo juvenil. Melhoria de vida da juventude rural. Permanência do jovem no campo.	Pastorais dos Estados e regiões	1983	Nacional até Municipal
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Fortalecimento da agricultura familiar; Acesso a terra e a reforma agrária; Políticas públicas estruturantes; Políticas sociais para o meio rural; Paridade de gênero; Sucessão rural; Fortalecimento dos sujeitos do campo, das águas e das florestas; Agroecologia; Preservação e conservação ambiental; Combate à violência no campo; Direitos dos salarizados(as) rurais.	Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	2001	Nacional até Municipal
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	Defender os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Suas áreas de atuação contemplam políticas sociais para jovens, mulheres e terceira idade, assalariados rurais, agricultores familiares, acampados e assentados da reforma agrária, além de ações que busquem a preservação dos recursos naturais.	Coletivos de Juventude	2001	Nacional até Municipal
Movimento dos Atingidos por Barragens	Direitos humanos; Energia; Água; Barragem; Amazônia; Luta internacional.	Coletivo Nacional	2003	Nacional
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	Cultura; Reforma agrária popular; Combate à violência sexista; Democratização da comunicação; Saúde pública; Desenvolvimento; Diversidade étnica; Sistema político; Soberania nacional e popular.	Coletivo Nacional de Juventude	2006	Nacional e Estadual

Continua...

Continuação do Quadro 2.

Movimento Social	Bandeiras de luta	Instância da Juventude	Surgimento da instância juventude	Abrangência
Via Campesina Brasil	Fortalecer, no mundo, a luta contra agronegócio e o modelo industrial alimentar, marcados pela exploração dos recursos naturais e dos trabalhadores e trabalhadoras.	Coletivo Nacional de Juventude	2006	Nacional
Articulação Nacional de Agroecologia	Três frentes: 1) Articular iniciativas realizadas pelas organizações que fazem parte da ANA em seus programas de desenvolvimento local/territorial, promovendo o intercâmbio entre elas e fomentando a reflexão coletiva sobre as lições delas extraídas. 2) Incidência sobre as políticas públicas através da prática da troca de experiências e de debates, onde são identificados gargalos e desafios para o desenvolvimento da agroecologia e elaboradas propostas para a criação e o aprimoramento de políticas públicas que promovam o aumento de escala da agroecologia nos territórios. 3) Comunicação com a sociedade, que busca dar visibilidade à realidade da agricultura familiar e às propostas defendidas pelo campo agroecológico e, assim, estimular uma atitude proativa em defesa dessas propostas.	GT Juventudes	2016	Nacional e Estadual
Associação Brasileira de Agroecologia	Incentivar e contribuir para a produção de conhecimento científico no campo da agroecologia. Especificamente, promover a agroecologia levando-se em conta as suas diversas dimensões (econômica, social, ecológica, cultural, política e ética); organizar reuniões e congressos; editar e divulgar trabalhos sobre agroecologia; pugnar pela produção da agrobiodiversidade; despertar o interesse público nas questões que dizem respeito à agroecologia; assessorar e aconselhar entidades oficiais ou particulares no que concerne ao desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; manter um fórum permanente de ensino em agroecologia, práticas sustentáveis e cooperação internacional.	GT Juventudes	2016	Nacional e Estadual

Fonte: Castro, 2013 apud Castro, E. G., Almeida, S. L. F., et al., 2007, p. 22. Adaptado pela Pesquisadora, 2023.

O Brasil possui mais de 40 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, correspondendo a 23% da população. Desse total, mais de três milhões vive no meio rural, isso equivale, aproximadamente, a 7,5% da população jovem no Brasil (IBGE, 2022). Para Galindo (2014), há a necessidade de entender que se trata de uma categoria social diversa, construída a partir das vivências e experiências de trabalho, sociabilidade, troca cultural e interação socioambiental:

Neste campo de reconhecimento e auto identificação, a juventude rural vem se afirmando por meio de um amplo espectro de identidades, caracterizado pelas identidades como jovem camponês, quilombola, assentado, quebradeira de coco, agricultor familiar, negro, ribeirinho, assalariado, sem-terra, indígena, extrativista... A multidimensionalidade da categoria juventude rural também deve ser compreendida a partir dos componentes étnico, de gênero, territorial, de orientação afetivo-sexual e religioso. (GALINDO, 2014, p. 124).

Vale marcar que a compreensão relacionada a esse grupo social foi permeada de preconceito, pois, historicamente, o rural ainda está associado ao atraso. Isso significa que campo e cidade são termos carregados de significados que influenciam as relações sociais. Além disso, a compreensão sobre ser jovem no mundo rural está marcada fortemente pelas relações familiares, onde a autoridade paterna é reproduzida nas relações de trabalho familiar e na organização da propriedade, mantendo uma relação de controle e vigilância sobre os filhos, principalmente sobre as filhas, fazendo com que pudesse ser determinante e decisivo com a saída das juventudes para os centros urbanos. O controle do pai sobre os filhos e filhas vai muito além da preocupação com a exposição à violência urbana, ela envolve a escolha de namorados(as) e mesmo a proibição do namoro, o que reforça a saída do campo como possibilidade de alcançar a autonomia (CASTRO, 2003; 2009; 2013).

Corroborando com a autora, Abramovay et al. (1998) argumentam que os(as) jovens que vivem no contexto da agricultura familiar são fortemente inibidos(as) pela natureza da relação entre gerações e entre os gêneros. Essa situação pode justificar a invisibilidade desse grupo social, podendo ser decisiva no dilema dual entre “ficar e sair” e, ainda, contribuir com o êxodo juvenil – migração do rural para o urbano. De acordo com Castro (2013), alguns elementos configuram essa dualidade: i) a difícil realidade de se reproduzir a pequena produção familiar; ii) as tensões a partir das relações de autoridade na família e na comunidade; e iii) os diferentes olhares para a realidade e o universo rural e urbano do qual fazem parte esses jovens e adultos, pais e filhos. É importante dizer que êxodo juvenil não está, necessariamente, associado à oportunidade de trabalho no meio urbano e, sim, à falta de perspectivas no meio rural, bem como a falta de autonomia, o papel subalterno nas relações familiares, entre outras.

As relações sociais de subordinação também podem ser encontradas nos espaços coletivos de tomadas de decisões e de organização da comunidade, onde a participação das juventudes muitas vezes é desqualificada, reforçando com isso a invisibilidade das juventudes rurais nos processos decisórios, tanto em espaços domésticos, quanto em espaços de organização social. Diante disso, podemos inferir que a construção social da categoria juventude rural é permeada por processos e hierarquização, ou seja, essa categoria é marcada por relações de hierarquia social.

Outra questão está relacionada à construção da identidade do que é ser jovem rural. Para a família e sua comunidade os(as) jovens rurais são marcados pelo descompromisso e desinteresse pelo meio rural, e nos espaços urbanos são estigmatizados por meio de adjetivações, como: roceiro, pé de barro, empoeirado, etc. Em casa são considerados urbanos porque carregam a imagem de que possuem pouca seriedade e grande desinteresse pelo rural e em ambientes urbanos são rotulados e estigmatizados por uma situação histórica de

desvalorização do meio rural e de quem ali habita. Essa questão é fundamental para compreender o dilema dual entre ficar e sair, ou seja, compreender as questões e condições de permanência das juventudes no meio rural (CASTRO, 2003). A saída dos(as) jovens do meio rural implica a desagregação do tecido social das comunidades rurais e Brumer (2014) aponta alguns indicadores que podem justificar esse êxodo juvenil:

as causas do desinteresse dos jovens de ambos os sexos em permanecer na atividade agrícola, as formas da transferência patrimonial dos estabelecimentos familiares às novas gerações, assim como os diferentes tratamentos e oportunidades oferecidos a jovens de sexos distintos (BRUMER, 2014, p.216).

A diversidade das condições de vida e trabalho no meio rural se torna um grande desafio para vivenciar a agricultura familiar e, a partir dela, tentar viabilizar sua autonomia social e econômica (BARCELLOS, 2014). Sobre o êxodo rural da população jovem, Abramovay et al. (1998) faz a seguinte reflexão:

Quem são os responsáveis pela gestão da agricultura e do meio rural daqui pra frente? Deixar que as próprias unidades familiares de produção respondam a esta questão é perder a oportunidade de utilizar socialmente vocações e capacidades profissionais e, sobretudo, encarar como fatalidade inelutável a desertificação social, econômica e cultural que ameaça tantas regiões brasileira hoje (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 16).

Para diminuir o êxodo juvenil faz-se necessário a revitalização do meio rural brasileiro e isso passa pela relação com a cidade por meio de contatos econômicos, sociais, culturais e sociais, sobretudo, por meio da valorização de atividades rurais não agrícolas, essas atividades podem apresentar um potencial de desenvolvimento a ser cuidadosamente estudado e explorado. Uma outra questão passa pela valorização das iniciativas do(as) jovens, pelas responsabilidades que podem assumir no interior da unidade de produção, pela discussão acerca do processo de sucessão no interior das famílias, por parte das organizações representativas que as famílias participam e, ainda, por programas de capacitação e linhas de crédito que deem sustentação ao futuro agricultor(a) (ABRAMOVAY et al., 1998).

Esse cenário vem sendo enfrentado e confrontado por meio de mobilizações e manifestações de movimentos sociais ligados às juventudes rurais. Conforme citado anteriormente, são vários os movimentos sociais que estão contribuindo para a construção social da categoria juventude rural e todas essas organizações são fruto de intensas mobilizações, debates, disputas, discussões que vem ocorrendo nas últimas décadas e tem contribuído para a construção e implementação de políticas públicas para as juventudes rurais, conforme veremos no próximo capítulo.

Refletir sobre a construção da categoria juventude rural aponta para uma complexidade que é permeada por diferentes espaços, identidades, disputas, tensões, conflitos, etc., mas também, deixa evidente que não podemos refletir sobre essa categoria sem levar em consideração a realidade da vida no campo, ou seja, questões ligadas à agricultura familiar, como: ATER, crédito, produção, comercialização, entre outras, que, afetam diretamente as juventudes rurais. Nesse sentido, elas precisam ser compreendidas como um importante personagem na elaboração e implementação de políticas públicas para o meio rural como um todo.

3.3 A Importância do Debate sobre Participação Social e Juventudes Rurais

Nossa proposta aqui é fazer uma reflexão sobre a questão da participação social em espaços decisórios, especificamente, considerando os impactos que a participação de indivíduos pode provocar na organização social e política, nesse caso, a participação das juventudes rurais. Buscamos, também, compreender a importância da participação na busca de caminhos que potencializam ações de viabilidade econômica sustentável para, com isso fortalecer a agricultura familiar dentro da perspectiva da agroecologia. Partimos do pressuposto que, ainda hoje, permanece no imaginário das pessoas a representação de atraso e arcaísmo associados ao rural e as pessoas, em geral, e as juventudes, em particular, que vivem e que trabalham nesse espaço social. Tal percepção fragiliza ainda mais o envolvimento das juventudes rurais em processos de tomadas de decisões, tornando-os, mais uma vez, dependentes do pessoal técnico.

No Brasil o direcionamento à participação se construiu dentro de um Estado com características neoliberais que, a partir da Constituição Federal de 1988 foi institucionalizada como uma política de descentralização administrativa, introduzindo mudanças nas relações sociais existentes entre a sociedade civil e o Estado. Assim, embora a participação da sociedade civil atualmente se constitua em uma meta de sociabilidade democrática do Estado, percebemos que não tem se constituído de baixo para cima, a partir das necessidades e anseios das pessoas.

A temática da participação e, ainda, questões ligadas ao desenvolvimento local e suas metas de atendimento às necessidades dos grupos sociais passam a fazer parte das ideias presentes nas diretrizes políticas às quais as instituições passam a estar submetidas. Embora as diretrizes políticas que regem as práticas das instituições devam considerar a busca pela equidade social e o atendimento às necessidades e desejos das pessoas, essas instituições que se propõem a cumprir tais diretrizes, guardam uma história marcada por práticas de intervenção herdada do coronelismo, com cunho direutivo.

A participação, além de consolidar o regime e as instituições democráticas e representar a necessária responsabilidade social, também, oferece impactos no crescimento pessoal e na formação política dos indivíduos que compõem uma coletividade, neste caso específico, as juventudes rurais, proporcionando e assegurando o acúmulo de um capital político. De acordo com Cornwall, Romano e Shankland (2007), o rótulo que se dá à participação é uma questão política e seu significado para os atores é diferente, mesmo estando em um mesmo espaço. Os autores apresentam diversos significados para participação, dentre eles destacamos:

Participação como exercício da cidadania. Participação como exercício da democracia. Participação como organização e tomada de decisão no nível local, para gerar mais autossuficiência, tanto a do tipo neoliberal (“faça você mesmo”), quando a participação comunitária (“de baixo para cima”). Participação como algo que “vem de baixo” para agir sobre as instituições (“de cima”). O fortalecimento da participação popular como forma de fortalecer a democracia de baixo para cima. Participação como prática de resistência, autodeterminação, afirmação de autonomia – algo que é produzido por e é inerente a um processo de mobilização. Participação como algo que tem significados diferentes em diferentes espaços, que é formatada pela cultura política de um determinado espaço e pelos históricos de interação com o Estado (CORNWALL, ROMANO E SHANKLAND, 2007, p. 258).

Embora a temática da participação esteja institucionalizada, ainda encontramos tentativas de deslegitimar espaços e formas de participação popular. Isso mostra que em espaços institucionalizados a implementação de uma política pública não coincide com uma construção de cidadania e nem todas as práticas de participação coincidem com a construção da cidadania. A institucionalização de políticas públicas pode se dar mais no bojo da governança do que na

cidadania, o foco é a gestão da política pública através de uma participação convidada, ou seja, “convidam as pessoas ao diálogo e à participação no processo de governança, o protesto, a greve e a recusa a participar nos termos do convite são excluídos do termo participação” (CORNWALL, ROMANO E SHANKLAND, 2007, p. 260).

Essas várias abordagens sobre a participação, em diferentes espaços da vida pública, ajudam a compreender melhor a concepção de participação e os diversos conceitos que essa temática aborda. A questão da participação é, também, condição essencial para alcançar a cidadania desejada. Essas duas questões são relacionadas e complementares, sendo difícil separá-las, pois a concepção de cidadania está ligada diretamente à noção de qualidade da participação dos cidadãos nos processos decisórios. Podemos dizer que é de suma importância que as juventudes rurais participem da vida pública em suas localidades por meio da participação em espaços de tomadas de decisões, mas a qual participação estamos nos referindo.

O conceito de cidadania foi construído ao longo do tempo, se reconfigurando conforme a sociedade foi evoluindo. No Brasil, percebemos que somente em 1988 houve a incorporação total na legislação dos direitos sociais, como pode ser percebido no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, o que não significou a sua efetivação:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2015).

No Brasil, a ideia da cidadania está diretamente relacionada com a questão de direitos, ou seja, o indivíduo conhece seus direitos e tem condições e capacidade de reivindicá-los junto ao Estado. Neste caso, a falta da cidadania mostra o fracasso do Estado em cumprir com suas obrigações (CORNWALL, ROMANO E SHANKLAND, 2007). Portanto, no que tange às juventudes rurais, essa questão está centrada nas virtudes cívicas e nas identidades, devendo considerar a distinção entre a cidadania vista como condição legal – a inclusão destes jovens pela via do “pertencimento” em determinada comunidade e como condição participativa – e o direito reservado de participação na sua comunidade.

Considerando a participação social como condição básica para a consolidação de identidade, Hall (2003, p. 8) afirma que as “identidades culturais – aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” – são compreendidas como sentimento compartilhado de pertencimento. Essa identidade surge como resultado de processos políticos, sociais e culturais, fazendo que os membros de uma organização, possam consolidar a percepção do fato de que, apesar das diferenças e divergências que possam ter, também, apresentam fortes afinidades e muitos interesses em comum para o benefício da comunidade local. Cabe destacar a estreita relação entre várias questões que colaboraram com a construção da identidade e a transformação que ela provoca:

Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que tempos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de “um sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (HALL, 2003, p. 9).

Segundo Hall (2003), a questão da identidade é definida e construída historicamente e, não biologicamente, a pessoa constrói sua identidade por meio da influência, convivência com outras pessoas, por meio das experiências vividas, ela é construída de fora para dentro e não é

unificada ao redor de um “eu” coerente:

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude (HALL, 2003, p. 39).

Melo (2000) salienta a identidade como novo elemento básico para a construção da cidadania. De acordo com Berger e Luckmann (1985), a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles à medida que formam um mundo coerente. Isso significa que os atores políticos e sociais não agem somente de acordo com os seus interesses pessoais. Regras, deveres, direitos e papéis institucionalizados influenciam o ator político nas suas decisões pela busca de estratégias apropriadas. Assim, a cidadania é vista como elemento unificador que pode agregar os vários papéis desempenhados pelos indivíduos em uma sociedade fragmentada. Com esse entendimento, a participação adquire aspecto norteador dos processos de tomada de decisões, pois a manutenção de um equilíbrio razoável entre os elementos coletivos dos direitos sociais é uma questão de importância vital para o Estado democrático. Assim, em um espaço de diálogo se permite perceber as posições diferentes e isso, necessariamente, não significa consenso. É importante dizer que a cidadania não é uma questão de vontade universal, ela vai além da identidade, da capacidade política das pessoas virarem atores sociais protagonistas nos grupos sociais que fazem parte.

A participação também está associada à acumulação de capital social – composto por um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais à colaboração em ações coletivas. Nesse sentido, capital social é conceituado como capital constituído pelo conjunto de características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (PUTNAM, 1997). Essa concepção de participação entendida como um instrumento estratégico de fortalecimento do capital social indica que pode haver o rompimento com uma cultura autoritária onde predomina relações sociais hierarquicamente verticais, em que as políticas produzidas atendem, prioritariamente, aos anseios das elites, situando-se fora da esfera de ação dos demais cidadãos.

A efetivação do capital social é o maior desafio para a formulação e implementação de programas e projetos voltados para as políticas sociais. Entretanto, apesar do capital social promover laços fortes de união entre indivíduos de grupos organizados, muitas vezes esses indivíduos encontram dificuldades para estreitar relações com os governos locais, fazendo com que suas demandas não sejam atendidas, apontando para a pouca ou nenhuma participação da população em processos decisórios. Dessa forma, é necessária uma sociedade atuando dentro de redes de relações sociais localmente organizadas para aproximar governo local e cidadãos para a efetiva participação nos processos decisórios de elaboração e implementação de políticas públicas. O capital social depende, também, de outro valor além do econômico, precisa de um capital familiar, isso faz com que gere e some outros capitais, possibilitando formar e estabelecer uma rede de relações sociais que podem ser identificadas no dia a dia das pessoas.

A discussão acerca das questões apresentadas é complexa e não se esgota aqui, mas contribui para o entendimento da íntima relação que essas questões têm com a participação

social, esta compreendida como facilitadora na condução da formulação e implementação de programas e projetos que podem contribuir com a boa governança e as práticas participativas que envolvem a comunidade local nos processos decisórios.

Podemos dizer que para alcançar a participação e um efetivo desenvolvimento com equidade social, é necessário que as juventudes rurais tenham a compreensão do seu lugar no combate das desigualdades:

O empoderamento é um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar o estado de pobreza. É um meio de construção de um futuro possível, palpável, capaz de recuperar as esperanças da população e de mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local, nacional e internacional. Mas o empoderamento também é um fim, porque o poder está na essência da definição e da superação da pobreza. O empoderamento necessita constantemente ser renovado para garantir que a correlação de forças não volte a reproduzir as relações de dominação que caracterizam a pobreza (ROMANO e ANTUNES, 2003, p. 13).

De acordo com Romano e Antunes (2003), o empoderamento é entendido a partir de uma abordagem, na qual as pessoas e a relação de poder estão no centro do debate sobre desenvolvimento, além disso, o empoderamento também pode ser entendido como um processo, onde os atores tomam para si o controle dos rumos da sua própria vida, por meio da consciência de suas habilidades e competências para produzir, criar e gerir. É necessário compreender que as relações sociais são complexas e conflituosas, mas acreditamos que o empoderamento das pessoas possa ser a base de sustentação para o processo de construção de um desenvolvimento rural local e territorial sustentável e solidário.

3.4 A Centralidade das Juventudes para o Desenvolvimento Rural

Aqui a reflexão se debruça sobre a busca por um desenvolvimento rural que contemple as demandas, necessidades, anseios e participação das pessoas, especificamente a participação efetiva das juventudes rurais, para alcançar efetivamente a equidade social. Também fizemos um esforço de desenvolver uma reflexão acerca de questões que podem reforçar a necessidade da valorização e incentivo às juventudes rurais em participar das tomadas de decisões, contribuindo, dessa forma, para um desenvolvimento rural local e territorial com equidade social. Destacamos o desenvolvimento a partir da capacidade das pessoas, trazendo o enfoque de Sen (2010), destacando a importância da participação social para o desenvolvimento rural local e territorial.

Iniciamos com a compreensão da temática do desenvolvimento a partir do centro para a periferia, ou seja, dos países do centro (desenvolvidos) para os países da periferia (subdesenvolvidos). A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) teve um importante papel ao analisar os países latinos americanos no que se refere a sua estrutura organizativa em comparação com os países centrais:

A referida estrutura determinava um padrão específico de inserção na economia mundial, como "periférica" da mesma, produtora de bens e serviços com demanda internacional pouco dinâmica, importadora de bens e serviços com demanda doméstica em rápida expansão, e absorvedora de padrões de consumo e tecnologias adequadas ao centro mas frequentemente inadequadas à disponibilidade de recursos e ao nível de renda da periferia... A estrutura socioeconômica periférica determinava um modo próprio de induzir progresso técnico e crescer, e um modo próprio de absorver a força de trabalho e

distribuir a renda (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 22).

Verificamos que a noção de desenvolvimento nos países da América Latina apresenta estruturas pouco diversificadas e tecnologicamente heterogêneas, já nos países centrais, apresenta um aparelho produtivo diversificado, com produtividade homogênea e mecanismos de criação e difusão de tecnologias ainda inexistente, ou seja, os países centrais apresentam uma industrialização muito mais avançada que os países periféricos. Além disso, Sampaio Júnior (2012, p. 674), destaca que:

A superexploração do trabalho, a irracionalidade do processo de incorporação de progresso técnico, a instabilidade econômica e financeira, o espectro da estagnação e as crises cíclicas de reversão estrutural tornam-se características inerentes ao capitalismo na periferia latino-americana da economia mundial.

A discussão centro – periferia se refere, também, à relação de poder por meio de uma relação desigual, onde os países periféricos são exportadores de produtos primários e os países centrais são exportadores de produtos manufaturados por serem mais avançados em tecnologias. Essa discussão deixa evidente que o tema central no debate sobre desenvolvimento é a ideia de atraso e isso que precisa ser superado.

No Brasil, esse debate é bastante evidente no meio rural onde, historicamente as populações rurais eram identificadas, na sua maioria, com um acentuado estado de pobreza e atraso tecnológico. Para mudar esse quadro, era preciso modernizar o campo e, ainda, implantar um modo específico de lidar com as populações rurais.

O desenvolvimento aqui é entendido como modernização tecnológica e industrialização. Durante a década de 1970, o governo da ditadura militar promoveu no país o processo de modernização que ficou conhecido como Revolução Verde e consolidou no mundo a agricultura industrial com a intensificação do uso dos fatores terra e trabalho com o apoio de máquinas, irrigação e agroquímicos.

Delgado (2010) afirma que durante o período da Revolução Verde a compreensão sobre desenvolvimento era voltada para a modernização agrícola e acarretou "transformações socioeconômicas no meio rural cujos efeitos foram bastante penosos para os trabalhadores rurais e muito favoráveis às elites agrárias, agrícolas e agroindustriais" (DELGADO, 2010, p. 29) e para Sampaio Júnior (2012, p. 677):

ao reduzir o desenvolvimento ao simples processo de industrialização e modernização, deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social, lançavam-se as bases para uma profunda ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento.

De modo geral, nos países da América Latina, o processo de modernização esteve acompanhado de um autoritarismo político e somente na década de 1980 os países saíram de um regime autoritário para a democracia. Conforme Bresser-Pereira e Theuer (2012) chama a atenção para a Bolívia em 1980, a Argentina em 1983 e o Brasil em 1985.

A década de 1980 foi perdida economicamente, mas uma década de ganhos políticos. A crise da dívida e a inflação elevada facilitaram as transições, pois as coalizões políticas democráticas e desenvolvimentistas podiam atribuir o baixo crescimento e a inflação ao regime militar. Quando, porém, se logrou a transição democrática, a crise não resolvida tornou-se um problema de difícil solução para as novas administrações democráticas (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012, p. 817).

A década de 1980 pode ser considerada como a década de muitos ganhos políticos

quando, ao mesmo tempo em que os países da América Latina estavam se democratizando e enfrentando uma grave crise econômica, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha fizeram uma coalizão de classes neoliberal, envolvendo grandes capitais financeiros, tornando-os esses países dominantes na política e na economia. Essa situação fez com que os países que estavam passando por crise financeira aderissem ao neoliberalismo, como foi o caso do México durante o governo Miguel de la Madrid (1982 - 1988), na Argentina, no governo Carlos Alfonsin (1983 - 1989) e no Brasil no governo José Sarney (1985 - 1989). Assim, os anos seguintes da década de 1990 foram os anos neoliberais na América Latina, ou seja, foram os anos que o paradigma de desenvolvimento estava centrado no neoliberalismo (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012).

A década de 1980 pode ser considerada como a década de muitos ganhos políticos quando, ao mesmo tempo em que os países da América Latina estavam se democratizando e enfrentando uma grave crise econômica, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha fizeram uma coalizão de classes neoliberal, envolvendo grandes capitais financeiros, tornando-os dominantes na política e na economia. Essa situação fez com que os países que estavam passando por crise financeira aderissem ao neoliberalismo, como foi o caso do México durante o governo Miguel de la Madrid (1982 - 1988), na Argentina, no governo Carlos Alfonsin (1983 - 1989) e no Brasil no governo José Sarney (1985 - 1989). Os governos neoliberais perpetuaram durante da década de 1980 (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012), ou seja, foram os anos que o paradigma de desenvolvimento estava centrado no neoliberalismo.

No Brasil, os dois governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram marcados pela implementação de políticas neoliberais, como:

de privatização do setor produtivo estatal, e de redução do protagonismo do Estado no crescimento econômico, (2) de ênfase no papel ativo das empresas internacionais em mercados domésticos desregulados e liberalizados, através da abertura comercial, e (3) do papel estratégico das exportações agrícolas para enfrentar o estrangulamento recorrente da balança de pagamentos – especialmente em uma economia que se estava tornando mais aberta e desregulada – e para alavancar a retomada do crescimento da economia (DELGADO, 2010, p. 50).

O governo FHC não foi um governo que se preocupou com a distribuição mais igualitária de benfeitorias na sociedade, com políticas sociais, afetando diretamente as juventudes rurais, conforme veremos no capítulo seguinte. De acordo com Bresser-Pereira; Theuer (2012), foi somente no governo Lula (2003 – 2010) que houve uma tentativa de construir um acordo social para o desenvolvimento, envolvendo trabalhadores, empresários, lideranças sociais e a burocacia estatal. Os autores consideram que o grande feito do governo Lula, além do aumento salarial, a redução da pobreza por meio dos programas de transferência de renda. O governo não chegou a ter um novo-desenvolvimentismo, mas teve importantes investimentos na política social, pois o grande desafio foi pensar no desenvolvimento como promoção da emancipação social e as juventudes tanto rurais como urbanas foram beneficiadas com as políticas sociais do governo Lula, conforme veremos no próximo capítulo.

3.4.1. O desenvolvimento na perspectiva de Amartya Sen

Para Amartya Sen (2010), o desenvolvimento está relacionado não só com o fortalecimento das capacidades de escolha e opção das pessoas, mas também, com a realização de determinados potenciais que, por sua vez, podem preferencialmente, estar enraizados em valores culturais tradicionais. Para o autor, devem ser criadas (pelo Estado) opções para o

fortalecimento das capacidades das pessoas fazerem socialmente suas escolhas. Portanto, é importante que o desenvolvimento seja compreendido, principalmente, em termos do fortalecimento das capacidades das pessoas de levarem o tipo de vida que valorizam. Esse entendimento de Sen pode ajudar a fundamentar o lugar das juventudes rurais na busca pelo desenvolvimento local. Um desenvolvimento que considere os desejos, demandas e anseios das juventudes rurais.

Fukuda-Parr; Lopes; Malik (2002) e Burchardt; Hick (2017) corroboram com Sen (2010) no sentido de apresentar alguns pressupostos para uma maior compreensão sobre o conceito de desenvolvimento como um processo de transformação, onde as capacidades das pessoas podem ser consideradas como o conjunto de conhecimentos necessários para executar funções, resolver problemas, definir e alcançar objetivos:

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2010, p. 28).

Podemos dizer que os requisitos para as ações emancipatórias podem ser: i) a valorização, reconhecimento e importância das experiências locais; ii) o desenvolvimento a partir das demandas locais, ou seja, a importância de ter políticas públicas planejadas e implementadas a partir das demandas das pessoas, nesse caso específico, demandas das juventudes rurais; iii) políticas públicas que levem em consideração temas como a participação e parceria, além de ações que propiciem emergir na sociedade o capital social, envolvendo as capacidades e valores desse grupo social. Uma questão fundamental é ter a compreensão de que a busca por um desenvolvimento com equidade social se dá por meio de processos de transformação social.

Outra questão que Amartya Sen traz é sobre o desenvolvimento a partir do dilema entre performance econômica (eficiência) versus equidade. Ele introduz a questão da diversidade e da equidade social e, ao fazer questionamento de como lidar com a diferença, responde que é necessário que a diversidade gere promoção da igualdade num plano e não gere iniquidade em outro. Esse dualismo não acontece somente por meio da liberdade, posto que a compreensão de desenvolvimento na perspectiva de Sen se dá na expansão das liberdades reais. De acordo com o autor, o indivíduo só conseguirá a igualdade social por meio da sua liberdade.

Considerarei em particular os seguintes tipos de liberdades instrumentais: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparências e (5) segurança protetora. Essas liberdades instrumentais tendem a contribuir para a capacidade geral de a pessoa viver mais livremente, mas também tem o efeito de complementar umas às outras. Embora a análise do desenvolvimento deva, por um lado, ocupar-se dos objetivos e anseios que tornam essas liberdades instrumentais consequentemente importantes, deve ainda levar em conta os encadeamentos empíricos que vinculam os tipos distintos de liberdade um ao outro, reforçando sua importância conjunta. De fato, essas relações são essenciais para uma compreensão mais plena do papel instrumental da liberdade. O argumento de que a liberdade não é apenas o objetivo primordial do desenvolvimento, mas também seu meio, relaciona-se particularmente a esses encadeamentos (SEN, 2010, p. 55).

No caso do meio rural, um dos desafios que encontramos para o desenvolvimento é a sucessão familiar o êxodo juvenil e, ainda, a persistência da pobreza relacionada com a desigualdade. Percebemos que essa precariedade não é questão de renda e sim, de desigualdades e acesso aos serviços públicos, etc. temos a compreensão que para romper com esse cenário, é

necessário promover a emancipação socioeconômica das pessoas por meio de uma integração produtiva e, para isso, apresentamos alguns requisitos para estimular e alcançar ações emancipatórias:

- Valorizar e reconhecer a importância do local, com políticas públicas construídas a partir das realidades e demandas das pessoas;
- Estimular debates que abordem temas como parceria e participação;
- Buscar parcerias por meio de cooperação técnica que contraponha a assistência técnica na resolução de problemas;
- Relacionar o desenvolvimento da capacidade das pessoas com o capital social;
- Potencializar a autonomia das pessoas para que possam identificar e definir suas próprias demandas para a transformação social;
- Considerar os processos formativos (formais e não formais) como requisitos básicos para promoção das capacidades;
- Fortalecer as instituições públicas;
- Estimular a organização em redes e destacar sua importância.

3.5. A aproximação da Agroecologia com as Juventudes Rurais

É importante dizer que a agroecologia é entendida como ciência, movimento e prática. A agroecologia pode ser entendida como prática, pois envolve vivências, troca de experiências e inovação tecnológica a partir do conhecimento tradicional e camponês. Ela é, também, ciência, pois gera conhecimento científico e propicia novas maneiras e metodologias de fazer ciência. Por fim, ela é movimento porque reúne pessoas – acadêmicos, gestores públicos, organizações de agricultores e agricultoras e movimentos sociais, em direção a uma mesma causa por meio da promoção de novas formas de praticar e viver a agricultura (ALTIERI, 2012; CAPORAL, 2009; SEVILLA GUZMÁN E WOODGATE, 2013).

A abrangência da agroecologia está nos aspectos teóricos, metodológicos e empíricos a partir de um resgate da visão holística do mundo, uma agricultura com base comunitária que apresenta um uso otimizado dos recursos locais e o desenvolvimento de técnicas adequadas às condições locais específicas, além de buscar o protagonismo dos atores sociais por meio da participação em espaços de tomadas de decisões em seus territórios (ALTIERI, 2004). Nesse sentido, a agroecologia se apresenta como uma possibilidade de transformação social, em que a busca por modelos de produção agrícola ecologicamente corretos, socialmente justos, ambientalmente aceitos e economicamente viáveis pressionam a construção de um modelo de produção onde o respeito à natureza e ao homem do campo seja elemento articulador das relações socioambientais indicando, genericamente, um objetivo social e produtivo, qual seja, a adoção de um padrão tecnológico e de organização social e produtiva que não use de forma predatória os “recursos naturais” e tampouco modifique tão agressivamente a natureza, buscando compatibilizar, como resultado, um padrão de produção agrícola que integre equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais (ALTIERI, 2004, p. 9).

Podemos dizer, então, que a agroecologia está ligada com as juventudes do campo, no campo e para o campo envolvendo diversidade cultural, ecológica e de produção. Ela abrange uma diversidade ampla de temas relacionados ao desenvolvimento rural, que vão desde o acesso a recursos naturais, como água, terra e biodiversidade, passando pela valorização dos conhecimentos das comunidades, onde a qualidade de vida e o bem viver são temas centrais.

Daí a importância da agroecologia em promover iniciativas centradas em uma práxis que respeite a complexidade das juventudes rurais, constituídas de forma plural e diversa, com

várias linguagens, identidades políticas e sociais, conforme aponta Castro et al. (2017, p. 298).

Quando falamos de juventude rural, juventude do campo, juventude camponesa, juventude da agricultura familiar, juventude quilombola, juventude ribeirinha, estamos tratando de categorias que representam populações, mas também identidades políticas e sociais que vivenciam, de forma direta ou indireta, as disputas em curso no Brasil e no mundo sobre a relação entre desenvolvimento e segurança alimentar, por exemplo.

O diálogo da agroecologia com as juventudes rurais pode se realizar por meio de ações que se concretizem em projetos viáveis, sustentáveis, dialógicos e libertários, contribuindo com o empoderamento dessa categoria social. Daí a importância de compreender as juventudes rurais como um grupo social diverso, múltiplo e complexo, que possuem anseios, demandas e necessidades específicas. Assim agroecologia se aproxima e dialoga com as juventudes rurais mostrando que é possível caminhar não só para ampliar a inclusão social, com maior presença da agricultura familiar no campo [...] a crescente consciência da sociedade sobre os problemas sócioambientais da nossa época [...] passe a ser incorporada como uma verdadeira onda de solidariedade sincrônica e diacrônica, criando-se uma ética da solidariedade entre as atuais gerações e destas para com as futuras gerações (CAPORAL, 2009, p. 19).

As juventudes rurais fazem parte desse processo e dessa forma, a agroecologia pode contribuir por meio de iniciativas que requerem um olhar diferenciado para essa categoria social, onde a própria natureza da categoria atendida pela política pública se torna um desafio, mas que pode reverberar na construção e implementação das políticas públicas específicas.

Apresentamos no Quadro 3 as dimensões da agroecologia discutidas por Costabeber e Caporal (2003), Irineu (2016) e Machado e Machado Filho (2014), que podem contribuir para o diálogo da agroecologia com as juventudes rurais, indicando e traduzindo se as iniciativas para este grupo social estão pautadas na perspectiva da agroecologia.

Quadro 3. Dimensões da agroecologia.

Área	Definição
Ecológica e Ambiental	Manutenção e recuperação da base de recursos naturais. Constitui um aspecto central para atingir patamares crescentes de sustentabilidade em qualquer agroecossistema. Orienta que os procedimentos agrícolas devem eliminar a contaminação ambiental.
Social	Representa precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade. A busca por melhores níveis de qualidade de vida mediante a produção e o consumo de alimentos, com qualidade biológica superior, eliminando o uso de insumos tóxicos no processo produtivo agrícola, mediante novas combinações tecnológicas, sociais
Econômica	Entende que tecnologia de produção devem trazer retornos financeiros positivos àqueles que a praticam.

Continua...

Continuação do Quadro 3.

Área	Definição
Técnica	É decisiva, pois necessita realizar o processo produtivo por meio de uso de tecnologias que levam em consideração as outras dimensões.
Política	Privilegiar o estabelecimento de plataformas de negociação nas quais os atores locais possam expressar seus interesses e necessidades em pé de igualdade com outros atores envolvidos, podendo, com isso, assegurar o resgate da autoestima e o pleno exercício da cidadania: representação em espaços comunitários ou em conselhos políticos e profissionais.
Ética	Discute a necessidade que os procedimentos então discutidos se concretizem dentro de uma conduta de respeito aos cidadãos e à natureza. Relaciona diretamente com a solidariedade intra e intergeracional e com novas responsabilidades dos indivíduos. Exige pensar e fazer viável a adoção de novos valores.
Escala	É tida como condição básica para o sucesso da agroecologia, se refere ao volume de produção, diversificação dos produtos, regularidade de entrega, padrões de qualidade etc.
Energética	Axioma central, pois não se terá alimentos para a humanidade se o sistema não receber quantidades correspondentes de energia. A sustentabilidade de um agroecossistema supõe a necessidade de obter balanços agroenergéticos positivos, sendo necessário compatibilizar a relação entre produção agropecuária e consumo de energias não renováveis
Administrativa	Está incorporada ao processo produtivo de tal forma que o agricultor e a agricultora tenham autonomia de decisão na gestão da propriedade.
Cultural	Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural que, por sua vez, devem espelhar a identidade cultural das pessoas que vivem e trabalham em um dado agroecossistema.

Fonte: por Costabebere Caporal (2003), Irineu (2016) e Machado e Machado Filho (2014). Adaptado pela Pesquisadora, 2023.

Para a análise do projeto “Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”, contida no Capítulo V, as dimensões serão usadas como referência para identificar como a agroecologia foi percebida no projeto e, também, para fazer inferências, reflexões e considerações sobre processos formativos para as juventudes rurais dentro da perspectiva agroecológica.

Considerando que a agroecologia envolve diversas bandeiras, segmentos e áreas do saber, acreditamos que sua contribuição para as juventudes rurais se dá no sentido de promover espaços tanto de formação como de atuação destinados a esse grupo social, por meio do uso de ferramentas que se aproximam do universo das juventudes rurais, dessa forma, ela possibilita que os(as) jovens conquistem um protagonismo nas suas localidades.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES RURAIS

Este capítulo apresenta como as políticas públicas para as juventudes rurais foram abordadas pelos governos federais desde 1995. Nossa proposta é fazer um panorama sobre as políticas públicas para as juventudes e onde as juventudes rurais são contempladas ou não. Inicialmente vamos refletir sobre o debate em torno da categoria política pública, aprofundando e identificando como os autores a compreendem e a conceituam. No segundo momento, discutimos como o Estado brasileiro deu início aos períodos de atendimento aos jovens e, num terceiro momento, identificamos e analisamos como as políticas públicas para as juventudes rurais eram concebidas e implementadas. Para tanto, estabelecemos um recorte do período de 1995 a 2022, analisando os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer até o governo de Jair Messias Bolsonaro (Figura 3).



Figura 3. Linha do tempo com o recorte temporal para a análise das políticas públicas para as juventudes rurais. Fonte: Elaborada pela Pesquisadora, 2021.

Estabelecemos, assim, o marco temporal que irá subsidiar e nortear nossa análise acerca das ações federais, no que se referem às formulações sobre políticas públicas para as juventudes rurais, em que a problematização se dará por meio do diálogo entre os autores¹⁶.

4.1 O Debate Conceitual sobre a Temática das Políticas Públicas

A política pública como área de conhecimento e disciplina surgiu nos Estados Unidos com foco mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos (SOUZA, 2007). Para a autora:

a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando diretor para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes (SOUZA, 2007, p. 67).

Colaborando com essa questão, Farah (2016) faz uma discussão sobre a diferenciação do estudo de políticas públicas e a análise delas a partir do trabalho de Laswell, Policy orientation, de 1951, em que o autor propõe a constituição das policy sciences, criando duas vertentes: uma orientada à busca de conhecimento sobre o processo de política pública (policy studies) e outra orientada para as políticas (policy analysis). Esses trabalhos contribuíram para orientar a definição de políticas públicas, que podem ser definidas como atividades, desde o processo de planejamento até sua implementação pelo Estado por meio de mobilização e geração de conhecimento.

De acordo com Souza (2007, p. 68), “não existe uma única, nem melhor, definição sobre

¹⁶ Barcellos e Mansan (2017); Sposito e Carrano (2003); Farah (2016); Novaes (2003); Souza (2007), entre outros

o que seja política pública”. A autora diz que, de forma geral, as definições sobre este tema trazem como ponto central o papel do Estado em deliberar ações que irão beneficiar a população em geral ou grupos específicos e as definições sobre políticas públicas que ajudam a guiar nosso foco para o objeto das políticas, onde o jogo de interesse e ideias se desenvolvem – os governos. É importante dizer que para Souza (2023), não existe uma definição única ou melhor, e apresenta algumas definições a partir de quatro autores, conforme apresentados no Quadro 4.

Quadro 4. Definições de Políticas Públicas.

Autoria	Definição
Mead (1995)	Define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas
Lynn (1980)	Define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
Peters (1986)	Política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.
Dye (1984)	Sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”

Fonte: Souza (2023). Adaptado pela Pesquisadora (2023).

Souza ainda considera que a definição mais conhecida “continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (SOUZA, 2023. p. 4). Por meio das ações dos governos, essas refletem as inter-relações entre Estado, sociedade, economia e política:

Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores (SOUZA, 2007, p. 69).

Souza (2007) também faz um resgate sobre os quatro formatos de tipologias de políticas públicas desenvolvidas por Theodor Lowi (1964, 1972), são eles:

- I. Políticas Distributivas: onde as decisões são tomadas pelo governo, desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo. Políticas públicas que favorecem o clientelismo e o patrimonialismo, por exemplo, pois podem ser atendidas de forma individualizada;
- II. Políticas Regulatórias: são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. Estabelecem de forma clara tanto os atores favorecidos quanto os atores desfavorecidos;
- III. Políticas Redistributivas: atingem maior número de pessoas e impõe perdas concretas a curto prazo para certos grupos sociais, ganhos incertos e futuro para outros e, ainda, são as de mais difícil encaminhamento. Exercem impacto sobre categorias muito mais amplas de indivíduos;
- IV. Políticas constitutivas: lidam com procedimentos, ou seja, definem as regras do jogo, definindo como, quando e quem podem criar as políticas públicas, envolvendo os entes federados.

Sposito e Carrano (2003) associam as políticas públicas a um conjunto de ações

articuladas entre Estado e sociedade por meio de recursos próprios (financeiros e humanos), envolvendo uma dimensão temporal e uma capacidade de impacto:

Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se, também, no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação (SPÓSITO e CARRANO, 2003, p. 180).

As políticas públicas apresentam como característica principal a presença do aparelho público-estatal na definição de ações, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias (SPOSITO e CARRANO, 2003):

É também preciso considerar que as decisões envolvendo a implementação de políticas são amplamente produto de conflitos em torno do destino de recursos e de bens públicos limitados, ocupando um espectro amplo de negociações e de formação de consenso, mesmo que provisórios (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 18).

Para Molina (2012), se política pública significa o Estado em ação, ou seja, promoção pelo Estado de formas de executar aquilo que está no âmbito dos deveres, como provocar essa ação? Quem ou o que o faz agir? Segundo a autora, as políticas públicas estão intrinsecamente relacionadas à cultura de uma sociedade e esta por meio de valores, normas e símbolos estrutura as relações sociais, atribuindo significados e orientando processos de decisão, formulação e implementação das políticas públicas. Nesse sentido, as políticas públicas podem provocar situações de conflitos entre os atores que disputam orientações na esfera pública e recursos destinados à sua implantação, ou seja, as políticas públicas são fundamentadas, ancoradas e relacionadas ao contexto social e suas demandas (NOVAES e RIBEIRO, 2010).

4.2 A Emergência das Juventudes na Agenda Política

Para iniciar a análise sobre as políticas públicas para as juventudes a partir dos anos 1990, é necessário resgatar alguns acontecimentos que são de fundamental importância para mostrar a emergência das juventudes na agenda política.

As Organizações das Nações Unidas (ONU) consideraram o ano de 1985 como o Ano Internacional da Juventude, com o tema “Participação, Desenvolvimento e Paz”, e teve sua promoção o apoio de agências intergovernamentais, como a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) que contribuiu com a entrada do tema da juventude na agenda política dos governos (PENTEADO e ALMEIDA, 2013):

Não existe uma definição universalmente aceite relativa ao grupo etário dos jovens. Para fins estatísticos as Nações Unidas, sem prejuízo de quaisquer outras definições feitas pelos Estados-membros, definem a “juventude” pelo grupo etário composto por pessoas entre os 15 e os 24 anos (ONU, 1985).

Essa conceituação sobre juventude foi definida no contexto dos preparativos para o Ano Internacional da Juventude em 1985 e todas as estatísticas da ONU sobre juventude estão fundamentadas nessa definição. É importante registrar que as definições, compreensões e variantes do termo “juventude” pode ser diferente de país para país, conforme fatores socioculturais, institucionais, econômicos e políticos. A iniciativa da ONU despertou um

interesse internacional para o papel que as juventudes desempenham no mundo, especialmente, para o desenvolvimento (ONU, 2023).

Em 1995, dez anos após o 1º Ano Internacional da Juventude, as Nações Unidas mantiveram e fortaleceram o seu compromisso com os(as) jovens, criando o Programa Mundial de Ação para a Juventude até o ano 2000, que direcionou a atenção da comunidade internacional, canalizando-a para os desafios que seriam enfrentados pelos jovens no milênio que estava para iniciar, assim, em dezembro de 1999, estabeleceu que o dia 12 de agosto fosse declarado como o Dia Internacional da Juventude. Esta data foi estabelecida pela ONU após a recomendação feita pela Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, ocorrida em agosto de 1998, na cidade de Lisboa, Portugal. Assim, “com um foco diferente a cada ano, o Dia Internacional da Juventude ajuda a trazer as questões da juventude para a atenção da comunidade internacional e celebra o potencial dos jovens como parceiros na sociedade global” (ONU, 2023, s/p).

No Brasil, em 1990, por meio da Lei nº 8.069 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, s/p).

Somente em 2010, por meio da Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, que “altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude”, que o termo jovem, até então ausente na carta magna, foi pela primeira vez considerado de forma legal, de forma então que no artigo 24 foi estabelecido que “compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XV – proteção à infância e à juventude” (BRASIL, 2016, p. 29). O termo jovem aparece no artigo 227 do capítulo VII – Da Família, da criança, do adolescente, do jovem e do Idoso e diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência,残酷和opressão (BRASIL, 2016, p. 132).

O § 8º, VII – programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins, do referido artigo, diz que:

§ 8º A lei estabelecerá: I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens; II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas (BRASIL, 2016, p. 133).

Importante dizer que o Projeto de Lei, nº 4530/04 que cria o Plano Nacional da Juventude estabelece a temática juventude como uma política pública de Estado, direcionando ações a serem realizadas por todos os estados e municípios, foi criado 16 anos após a promulgação da Constituição Federal. Já o Estatuto da Juventude foi criado em 2013, por meio

da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, ou seja, 25 anos depois da promulgação da Constituição Federal. Apesar dos atrasos, a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi de grande importância para as juventudes, pois determina que é dever do Estado promover ações para diminuir a desigualdade social e a garantia de direitos.

O Primeiro Fórum Mundial da Juventude em 1991, promovido pela ONU, possibilitou a ampliação da participação do jovem na formulação de políticas públicas. Conforme apresentado anteriormente, em 1995, a temática da juventude ganhou ainda mais força, pois a ONU propôs aos países membros a adoção do Programa Mundial de Ação para a Juventude até o ano 2000 como uma estratégia internacional para enfrentar os desafios atuais e futuros da juventude (PENTEADO e ALMEIDA, 2013). Esse período coincide com os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998 e 1999 – 2002) e será analisado a seguir.

4.2.1 As juventudes rurais na agenda política do governo Fernando Henrique Cardoso

Durante o primeiro governo FHC foram criados seis programas voltados para as juventudes, e no segundo mandato o governo acrescentou outros 18 programas ou projetos (PERES, 2005).

Destacamos aqui o Programa Comunidade Solidária (PCS) que pode ser considerado um dos maiores programas desse governo e teve como objetivo mobilizar os esforços disponíveis no governo e sociedade para melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais pobres da população e, para o qual, o governo fez grandes e importantes investimentos.

O PCS foi instituído pelo Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995 e sua organização se deu por meio do Conselho Comunidade Solidária (CCS), presidido pela então, primeira dama do país, Ruth Cardoso e tinha como função fazer a interlocução entre o Estado e a sociedade civil, e composto por 10 ministros de Estado (Agricultura, Casa Civil, Educação, Esportes, Fazenda, Justiça, Planejamento e Orçamento, Previdência e Assistência Social, Saúde e Trabalho), 21 representantes da sociedade civil – escolhidos pelo Presidente da República. As áreas temáticas que tiveram foco de ação foram: a) defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de risco; b) treinamento profissional e capacitação de jovens; c) crédito acessível às populações carentes, de modo a aumentar suas oportunidades de trabalho e de geração de renda; d) segurança alimentar; e) promoção de meios para o fortalecimento do terceiro setor; f) apoio às iniciativas bem sucedidas na área social (CARDOSO, 1995).

É importante observar que as juventudes apareceram de forma direta como foco de ação do CCS, entretanto tratou as juventudes de forma homogênea. Além disso, podemos inferir que existia das áreas temáticas voltadas para as juventudes com o debate que Abramo (2005) faz acerca das abordagens de juventude, especialmente as primeiras abordagens: i) a juventude como período preparatório, ii) a juventude como etapa problemática, as quais compreendem as juventudes como um período preparatório e como etapa problemática, onde o(a) jovem poderia colocar em risco a ordem social e a ele(a) mesmo. Era preciso programas e projetos para superar e conter esses períodos da juventude. Sposito e Carrano (2003, p. 19) afirmam que “os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção”. Corroborando com os autores, Penteado e Almeida (2013, p. 504) dizem que as políticas públicas para as juventudes estiveram:

atreladas a mecanismos de controle social para a redução da violência e da marginalidade, apresentando um caráter compensatório, não objetivando garantir o direito do jovem e de formá-lo para o futuro. Até esse momento, portanto, não se podem categorizar as PPJ como ações estratégicas na esfera federal, pois se buscou nesse período resolver os problemas que eram gerados pela “própria juventude”, como a violência, as drogas e a criminalidade.

O Comunidade Solidária contava, ainda, com uma Secretaria Executiva do Comunidade Solidária (SECS), subordinada ao CCS e atuava no sentido de coordenar e articular as ações do programa, tendo como responsabilidade a Agenda Básica para a implementação de programas sociais nos municípios mais pobres do país, visando integrar os três níveis da Federação. Assim, o Programa Comunidade Solidária elegeu 16 programas setoriais prioritários, compondo uma Agenda Básica intervenções nas áreas apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5. Ações da agenda básica do programa Comunidade Solidária.

Programas	Temáticas
Programa de Combate à Desnutrição Infantil (Leite) Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) Programa de Imunização (PNI), Programa de Saneamento Básico da Fundação Nacional de Saúde (FNS) Programa Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança	Redução da Mortalidade na Infância
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Programa de Distribuição de Alimentos (PRODEA)	Suplementação Alimentar
Programa de Transporte Escolar (PNTE), Programa de Cesta de Saúde do Escolar (PCSE), Programa de Cesta de Material Escolar (PCME) / Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE) Programa de Educação Infantil	Apóio ao Ensino Fundamental
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);	Apóio à Agricultura Familiar
Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) Programa Nacional de Educação Profissional (PLANFOR);	Geração de Emprego e Renda e Qualificação Profissional
Programa Habitar-Brasil Programa de Ação Social e Saneamento	Desenvolvimento Urbano

Fonte: Peres, 2005. Adaptado pela Pesquisadora, 2023.

Embora o CCS contemplasse as juventudes como área prioritária, de forma geral, a agenda básica de intervenções do Programa Comunidade Solidária não contava com ações voltadas diretamente para essa categoria social como um todo e nem para as juventudes rurais, especificamente, reforçando, com isso a invisibilidade desse grupo social e, ainda, as representações negativas sobre o campo e a atividade agrícola.

Em 1996, o governo FHC lançou um documento intitulado Estratégia para o Desenvolvimento Social, onde apresentou propostas de ações por meio de programas em serviços sociais básicos voltados para a previdência social, educação, saúde, habitação e saneamento básico, trabalho e assistência social (Brasil, 1996). Ao analisar o documento, identificamos a proposta de fortalecimento e ampliação do programa Comunidade Solidária, onde o seu conselho:

escolheu como temas prioritários para sua atuação catalisadora a mobilização dos jovens para participar da luta contra a fome e a exclusão, merecendo destaque a iniciativa denominada Universidade Solidária; a capacitação

profissional dos jovens para os mercados emergentes de trabalho; experiências inovadoras nas áreas de saúde de crianças e adolescentes e o incentivo à promoção de novas experiências na área de crédito popular (BRASIL, 1996, p. 106).

Destacamos os programas da área de educação voltados, especificamente, para as juventudes, ainda com o entendimento acerca da categoria como homogênea, ou seja, não levaram em consideração sua diversidade, demandas, anseios, cultura, identidade, etc., fácil, porém necessária.

Se deslocarmos a discussão para a sociedade civil ou para os próprios segmentos jovens, o campo de disputas que opera com significados heterogêneos também ocorre. Em sua diversidade, a sociedade civil conforma, por meio de suas organizações, representações muitas vezes opostas sobre a juventude, enquanto momento do ciclo de vida, e sobre as relações dos jovens com o mundo adulto. E, finalmente, os próprios jovens são protagonistas ativos dessas disputas em torno dos sentidos que emprestam ao tema da juventude, pois mesmo como atores impõem significados que traduzem modos diversos de pensar a si mesmos e a seus pares, perfilam diferentemente suas demandas e estabelecem projetos pessoais ou coletivos muitas vezes reproduzindo discursos adultos dominantes no âmbito social. (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 20).

Nas demais áreas, as juventudes, especificamente as juventudes rurais não foram contempladas em seus objetivos. Penteado e Almeida (2013) fazem uma reflexão acerca das políticas públicas para a formação profissional das juventudes durante o governo FHC e verificaram que foram implementados 33 programas e deste total, apenas 19 se referiam especificamente às juventudes, conforme pode ser observado no Quadro 6.

Quadro 6. Síntese dos programas para as juventudes no governo FHC.

Ano	Programas	Objetivos
1981	Prêmio Jovem Cientista	Revelar talentos, impulsionar a pesquisa no país e investir em estudantes e jovens pesquisadores que procuram inovar na solução de desafios da sociedade brasileira.
1996	Comunidade Solidária: alfabetização solidária, capacitação Solidária	Atender prioritariamente jovens entre 12 e 18 anos que não sabem ler nem escrever. Reduzir os índices de analfabetismo do país, especialmente no município do interior do nordeste.
	Programa Capacitação Solidária	Promover cursos de formação e capacitação para jovens de 14 a 21 anos, que vivem em situação de pobreza nas periferias das grandes cidades.
1997	Serviço Civil Voluntário	Destinado aos jovens de 18 anos que optaram por não se alistar no serviço militar obrigatório e também aos que foram dispensados. Preparação do/a jovem para o trabalho e para a cidadania, entendida como uma participação social solidária em uma sociedade democrática. As atividades desenvolvidas organizam-se em torno dos direitos humanos, da qualificação profissional, da elevação da escolaridade e da prestação de serviços à comunidade.
1998	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA	Criado num contexto de ascensão da luta pela Reforma Agrária que aliava as condições de forte organização e mobilização dos Sem Terra por todo o território nacional à sensibilidade da sociedade brasileira em torno da causa, mobilizada após os massacres de Corumbiara, em Rondônia, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. O PRONERA apresenta e apoia projetos de ensino voltados ao desenvolvimento das áreas de reforma agrária. É direcionado a jovens e adultos moradores de assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA, quilombolas, professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias.
	Prêmio Jovem Cientista do Futuro	Revelar talentos, impulsionar a pesquisa no país e investir em estudantes e jovens pesquisadores que procuram inovar na solução dos desafios da sociedade.
1999	Rede Jovem	Integrar jovens – especialmente aqueles em situação de risco social – de forma sustentada e permanente, como protagonistas, por meio da informática e da internet, valorizando e fortalecendo suas formas de expressão, criatividade e participação na sociedade. Especificamente, “conectar jovens, dando-lhes um instrumento de integração e comunicação” como forma de lhes permitir a superação da atual condição de isolamento, especialmente os jovens das grandes metrópoles que estariam excluídos e desinformados.

Continua...

Continuação do **Quadro 6.**

Ano	Programas	Objetivos
1999	Projeto Navegar Jogos da Juventude Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei Promoção de Direitos de mulheres jovens vulneráveis ao abuso sexual e à exploração sexual comercial no Brasil Programa de Saúde do Adolescente e do Jovem Jovem empreendedor Programa de estudantes em convênio de Graduação (PEC- G) Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior(FIES)	Difundir e democratizar o acesso a esportes náuticos, priorizando os adolescentes moradores em áreas de risco social e matriculados na rede pública de ensino. Promover prática de atividades esportivas entre os jovens na perspectiva do denominado esporte de rendimento. A competição é utilizada como meio de descoberta e aprimoramento de novos talentos para o desporto nacional. Articular e estimular esforços do sistema socioeducativo instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de forma a possibilitar a inclusão do adolescente em conflito com a lei no meio social. Busca, também, fortalecer os mecanismos de aplicação e execução das medidas socioeducativas, incentivando experiências referenciais em cada unidade da federação. Promover os direitos das jovens, especialmente daquelas em situação de risco, visando eliminar a violência cometida contra elas. Programa com atenção específica aos indivíduos de 10 a 24 anos. Desenvolver atividades relacionadas com a promoção da saúde dos adolescentes e dos estudos temáticos, a preocupação expressa pelo programa em contribuir com atividades intra e interinstitucional, nos âmbitos governamentais e não-governamentais, visando à formulação de uma política nacional para a adolescência e a juventude, a ser desenvolvida nos níveis federal, estadual e municipal. Realizar capacitação profissional e posterior financiamento de jovens de nível técnico, em fase de conclusão de curso ou recém-formados, com idade entre 18 e 29 anos, interessados em dirigir o próprio negócio. Oferecer oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Financiamento de até 70% da mensalidade de um curso de ensino superior em universidades privadas.

Continua...

Continuação do Quadro 6.

Ano	Programas	Objetivos
2000	Olimpíadas Colegiais	Fomentar o desporto escolar, o intercâmbio sociodesportivo no país e o desenvolvimento do potencial esportivo brasileiro. Procura também demonstrar à comunidade esportiva internacional a capacidade de organização esportiva do Brasil com vistas à capacitação de grandes eventos internacionais.
2001	Brasil em Ação/Grupo Juventude	Promover a integração das ações governamentais com o mesmo público-alvo ou no mesmo espaço geográfico específico de atuação.
	Projeto Escola Jovem do Ministério	Melhorar a qualidade e eficiência do ensino médio, expandir sua cobertura e garantir maior equidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País. Objetivos específicos: i) ampliar o grau de cobertura do ensino médio, atendendo, em particular, aos jovens em idade escolar; ii) reduzir os índices de reaprovação e de abandono nessa etapa da escolaridade; iii) garantir que os alunos adquiram as competências e habilidades necessárias ao exercício da cidadania e à participação no mundo do trabalho.
	Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	Definir uma proposta de ocupação para jovens de 15 a 17 anos em situação de risco e vulnerabilidade social, que não configure trabalho, mas que possibilite, de fato, sua permanência no sistema educacional e proporcione experiências práticas que o preparem para futuras inserções no mundo do trabalho. Objetivos Específicos: i) criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; ii) promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade; iii) desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil; iv) preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; v) contribuir para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, DST/AIDS, gravidez não planejada; vi) desenvolver ações que facilitem sua integração e interação, quando da sua inserção no mundo do trabalho.

Fonte: Penteado e Almeida (2013); Sposito e Carrano (2003). Adaptado pela Pesquisadora, 2023.

Como pode ser observado no Quadro 6, os 19 programas identificados eram voltados para formação, saúde e diminuição da violência. Assim, inferimos que, de forma geral, durante o governo o FHC, a compreensão de juventudes evidenciava uma percepção homogênea, posto que os programas entendiam que as juventudes estavam fortemente associadas à delinquência juvenil e situação de risco, ou seja, associadas a problema social, necessitando de formação e inclusão no mercado de trabalho.

Com relação à juventude rural, identificamos dois programas, com destaque para o Programa Alfabetização Solidária, criado, no âmbito do Comunidade Solidária, em janeiro de 1997, com o objetivo de reduzir os índices brasileiros de analfabetismo de pessoas com idade entre 15 a 19 anos, oriundas dos municípios mais pobres do país, concentrados na área rural das regiões Norte e Nordeste (PERES, 2005):

Em 2002 o Alfabetização Solidária estava presente em 2010 municípios de 19 estados do Norte e Nordeste e também nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Fortaleza e Goiânia, por concentrarem um número absoluto elevado de adultos analfabetos. Segundo documentos oficiais, em dezembro de 2002, o Programa contabilizava o atendimento a mais de 3,6 milhões de jovens e adultos em todo o país (PERES, 2005, p. 119).

Os projetos coordenados pelo Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO)¹⁷, no Rio de Janeiro, em 1999 e 2001 ilustram uma experiência do Comunidade Solidária voltada para as juventudes rurais, a saber: Curso de Capacitação para “Jovens Viveiricutores”, com 20 jovens, na faixa etária de 14 a 21 anos, durante o período de 01 de julho à 17 de dezembro de 1999 e, também, o curso “Jovens Agricultores Ecológicos”, com 25 jovens, durante o período de março à julho de 2001, ambos no município de Seropédica.

4.4.2 As juventudes rurais na agenda política do governo Luiz Inácio Lula da Silva

Em 2002, com a vitória para a Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva não encontrou dificuldades para criar programas e políticas voltadas para as juventudes, pois ao longo do processo da eleição dialogou com diversas entidades sociais. Durante seu governo o debate sobre juventudes avançou, ganhou espaço na agenda política e reconhecimento social. De forma geral, o governo garantiu um reconhecimento acerca das juventudes dentro da sua diversidade. Assim, as juventudes rurais apareceram não de forma ampla, mas dentro da diversidade dessa categoria.

O governo Lula criou novas institucionalidades e as juventudes fizeram parte disso. No seu primeiro mandato, o governo criou, por meio da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude, institucionalizando, assim, a Política Nacional de Juventude. Com isso, criou espaços oficiais e possibilitou um outro olhar para essa categoria social, fortalecendo o debate pela ampliação de direitos deste grupo social.

Sendo tema de interesse público, a condição juvenil deve ser tratada sem estereótipos e a consagração dos direitos dos/das jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a(s) juventude(s). Em termos políticos e sociais, os e as jovens são sujeito de direitos coletivos. Sua autonomia deve ser respeitada, suas identidades, formas de agir, viver e se expressar valorizadas (NOVAES, CARA, SILVA, 2006, p. 06).

¹⁷ Minha primeira experiência profissional, em 2000 foi como formadora nos cursos citados, coordenados pelo IDACO.

O período de criação da Política Nacional de Juventude foi permeado de tensões, dissensos e embates políticos e os atores sociais que participavam do processo discordavam sobre qual deveria ser o papel do Estado acerca das juventudes. Entretanto, a maioria concordava com o entendimento do(a) jovem como sujeito de direitos e essa compreensão foi determinante para a construção da Política Nacional de Juventude (ROCHA, 2014).

Em 2005, como resultado do Grupo de Trabalho Interministerial que reuniu 19 ministérios, foi criada a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). Essa secretaria era responsável por articular os programas e projetos em âmbito federal e estava vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, que tinha status de ministério. Com o objetivo de assessorar a SNJ, também foi criado em 2005, o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) como órgão consultivo, que além da função de assessoria tinha o objetivo de:

promover estudos e pesquisas acerca da realidade sócioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal fosse conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã (BRASIL, 2006, p. 09).

Nove temas foram elencados para nortear as ações da Política Nacional de Juventude (BRASIL, 2006), a saber:

- a. Ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade;
- b. Erradicar o analfabetismo;
- c. Preparar para o mundo do trabalho;
- d. Gerar trabalho e renda;
- e. Promover uma vida saudável;
- f. Democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação;
- g. Promover os direitos humanos e as políticas afirmativas;
- h. Estimular a cidadania e a participação social;
- i. Melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais.

É importante observar que o último tema era voltado diretamente para as juventudes rurais. Isso sinalizava a possibilidade de elaboração e implementação de políticas públicas específicas para este grupo social.

Outra ação importante no governo Lula foi relacionada à questão dos territórios. Em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, propôs um novo padrão de desenvolvimento com base no local. A proposta era fazer com que as políticas públicas pudessem se concretizar em ações efetivas no território, buscando redesenhar as características da vida coletiva, ampliar o quadro de oportunidades e agregar valor à produção dos diversos segmentos sociais do território (BRASIL, 2003).

Os territórios são mais do que simples base física. Eles têm vida própria, possuem um tecido social, uma teia complexa de laços e de relações com raízes históricas, políticas e de identidades diversas, que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transporte e de comunicações, e que desempenham função ainda pouco conhecida no próprio desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 2003, p. 06).

O MDA (2004, p. 112), através da Resolução nº 35, de 10 de janeiro de 2004, criou o Grupo Temático de Juventude Rural do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e, conforme seu art. 2º competia ao Grupo Temático especificamente:

- I - formular proposta de política do Ministério do Desenvolvimento Agrário
- II - MDA para a juventude rural, a partir das demandas dos jovens;
- III - propor a adequação e focalização de programas para a juventude rural sob a responsabilidade de outros Ministérios, de forma integrada às ações do MDA; e
- IV - consolidar essas propostas em torno do Plano Nacional de Juventude, de forma articulada e coordenada.

Diante do exposto, o primeiro mandato do governo Lula foi marcado pela institucionalidade das juventudes na agenda política por meio da construção da Política Nacional de Juventude. Entretanto, dentre os principais programas do governo federal para as juventudes, identificamos cinco iniciativas destinadas, especificamente às juventudes rurais, conforme apresentado mais adiante.

Já no segundo mandato, o governo incluiu a juventude como uma meta do Plano Plurianual 2008-2011, que foi a Meta 14: Juventude, com foco no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) – Urbano, Campo, Adolescente e Trabalhador (BRASIL, 2007) e as juventudes rurais foram contempladas nessa meta. Isso evidencia que a percepção e compreensão acerca dessa categoria social ganhou um maior significado, aumentando, também, o número de ações voltadas para elas.

O diálogo com a juventude rural teve início com a apresentação que os movimentos nacionais fizeram de suas agendas à SNJ no primeiro semestre de 2011. O segundo passo foi a construção do Grupo de Trabalho da Juventude Rural da Secretaria Nacional de Juventude (GTJR/SNJ), aproximando movimentos sociais e Governo Federal, representado pelos ministérios que atuam ou podem atuar no desenvolvimento direto de políticas públicas para a juventude rural e povos e comunidades tradicionais. Avançamos dessa maneira no papel de articulação política da SNJ para dialogar diretamente com os e as jovens rurais (MACEDO, 2015, p. 18).

Nos governos Lula e Dilma foram realizadas três Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ), a saber: 2008; 2011 e 2015. As conferências eram fóruns nacionais para debater os desafios, afirmar direitos e construir políticas públicas voltadas para as juventudes. Esses espaços asseguraram alta diversidade e representatividade aos segmentos juvenis, permitindo arena democrática de formulação e disputa em torno das políticas públicas.

As conferências nacionais eram precedidas de etapas preparatórias (Figura 4) e tiveram como base um documento orientador elaborado pela SNJ com o CONJUVE. As etapas preparatórias objetivaram ampliar o envolvimento dos jovens e o alcance das Conferências, bem como debater o documento orientador. Além disso, durante as etapas preparatórias, os participantes podiam elaborar proposições ao texto base nacional que depois de sistematizado pela SNJ e CONJUVE, era encaminhado ao debate, votação e priorização na etapa nacional. Importante destacar que as etapas municipais, territoriais, estaduais e a consulta às comunidades e povos tradicionais elegeram delegados. Entre delegados, participantes e convidados, as três CNPPJ tiveram um público em torno de três mil participantes cada (MACEDO, 2019).

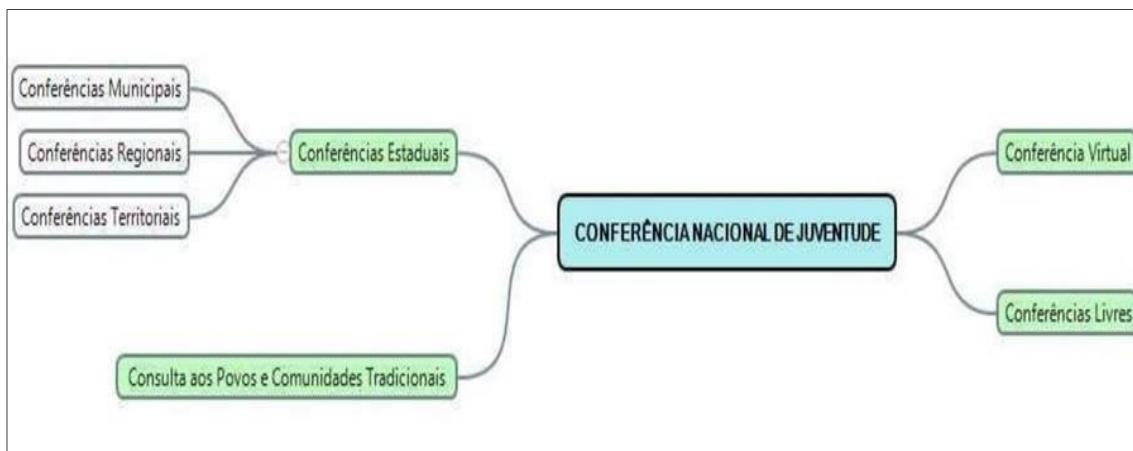


Figura 4. Etapas das conferências nacionais de políticas públicas de juventude. Fonte: Manual orientador. Conferências Livres, 2011, p. 04.

Peregrino et al. (2018) apud Macedo (2019) destaca a diversidade da participação das juventudes nas conferências, em especial o crescimento da participação de mulheres, negros e pardos, bem como a ampliação gradual em todas as etapas do número de jovens que se autodeclaravam homossexuais, bissexuais e transgêneros.

Grande parte deles vinha de experiências anteriores de engajamento político, porém de caráter mais local ou regional e, portanto, muitos estavam debutando no cenário nacional. Nesse período analisado, a grande novidade foi a ampliação das identidades juvenis em cena, pois, tradicionalmente, ser jovem era sinônimo de ser estudante e as políticas públicas de juventude concentravam-se em questões da educação, geralmente voltadas para aqueles que podiam estudar e com baixa percepção das exclusões produzidas pelo sistema educacional brasileiro. Em suas lutas por reconhecimento, a juventude brasileira diversificou essa pauta de reivindicações, principalmente a partir da afirmação de novas identidades políticas, como os jovens negros, quilombolas, de terreiro, assentados, glbt (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), convivendo com os movimentos já veteranos na cena política, como o movimento estudantil, tanto universitário quanto secundarista, grupos religiosos, jovens de partidos políticos, da capoeira, do funk e do hip hop. Este diálogo a partir da diversidade é um dado novo no cenário recente, que nenhuma geração precedente vivenciou tão intensamente. Como ponto em comum em meio à diversidade, estava o fato de o governo ser o interlocutor primordial para o qual essa rede jovem se voltava em busca de recursos e de marcos legais de regulação de direitos (PEREGRINO et al., 2018, p. 134 e 135 apud MACEDO, 2019, p. 75).

Isso mostra a importância da participação das juventudes na construção das políticas públicas em espaços de decisão. Entretanto, sobre a participação da juventude rural, Macedo (2019) diz que, nas três conferências nacionais, não passou de 5% presentes no evento.

Quadro 7. Síntese das ações para as juventudes rurais no governo Lula.

Ano	Ações	Descrição
2003	Pronaf Jovem	Linha de financiamento para filhos de agricultores familiares, com idade entre 16 e 29 anos. Critérios: os participantes devem ter concluído ou estar cursando formação em centros de alternância, ou escolas técnicas agrícolas, ou curso ou estágio de formação profissional.
	Nossa Primeira Terra	Linha de financiamento do Programa de Crédito Fundiário para aquisição de imóveis e investimentos em infraestrutura básica. Voltado para jovens rurais com idade entre 18 a 29 anos. Visa estimular a permanência dos jovens e suas famílias no campo e possibilitar qualificação técnica.
	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA	Novo modelo de desenvolvimento para o campo através da Educação do Campo desenvolvida em áreas de Reforma Agrária, voltado para jovens e adultos, trabalhadores das áreas de Reforma Agrária, oferecendo Educação para Jovens e Adultos (EJA), cursos de nível médio com formação técnico profissionalizante e cursos de nível superior, voltados à formação profissional e de pós-graduação. Em 2010 o governo torna o PRONERA uma política pública permanente do Estado em favor das comunidades que vivem no campo.
2005	Programa Cultura Viva	Disponibilização de recursos para montagem de Pontos de Cultura para fortalecer as manifestações culturais e a produção audiovisual nas comunidades e nas escolas, bem como o protagonismo juvenil nestes espaços. É destinado à população de baixa renda, estudantes da rede básica de ensino, comunidades indígenas rurais, quilombolas, gays, lésbicas, transgêneros, bissexuais, agentes culturais, artistas, professores, e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural.
	Programa Integrado de Juventude (ProJovem)	Visa ampliar o atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos excluídos da escola e da formação profissional. Criado a partir da integração de seis programas já existentes – Agente Jovem, Saberes da Terra, ProJovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de. Funcionar nas modalidades ProJovem Adolescentes, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador.
	Programa Saberes da Terra	Criado a partir da necessidade em oferecer escolarização aos jovens do campo e propõe a oferta do Curso de Ensino Fundamental na modalidade de Jovens e Adultos, integrando a qualificação social e profissional à Agricultura Familiar. Ele faz parte do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem.
	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO)	Oferecer cursos de licenciatura em Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com organização curricular cumprida em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade e habilitação para docência multidisciplinar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio em uma das áreas do conhecimento: linguagens e códigos, ciências humanas, ciências da natureza, matemática e ciências agrárias.

Continua...

Continuação do Quadro 7.

Ano	Ações	Descrição
2008	GT Juventude Rural do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)	Objetivo: contribuição com a elaboração do PNDRSS e com o aperfeiçoamento do Plano Nacional de Juventude.
	1º Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude	Lema da conferência: “Levante sua bandeira”. Momento de reafirmação da diversidade, das identidades e de identificação das bandeiras da juventude de modo organizado e sistematizado, onde foram aprovadas 70 resoluções, sobre diversos temas, dentre as quais foram estabelecidas as 22 prioridades para as políticas de juventude, entre elas, duas sobre juventudes rurais (06: acesso à terra; 22: geração de trabalho e renda).

Fonte: Brasil, (2006); Macedo (2015); Rizzi et al. (2023), 1º CNPPJ,Caderno de Resoluções (2008). Adaptado pela Pesquisadora, 2023.

Conforme apresentado no Quadro 7, as mudanças acerca da compreensão sobre as juventudes rurais nas políticas públicas do governo Lula foram bastante expressivas. Em números, passou de dois programas no governo FHC para nove programas no governo Lula. As ações, em sua maioria, são voltadas para a educação/formação e, também, para cultura e acesso a crédito. foram voltadas para a educação e formação e, também, para cultura e acesso a crédito. Iniciativas que contribuíram para fortalecer as identidades das juventudes rurais e também com a possibilidade de busca pela autonomia e empoderamento delas.

4.2.3 As juventudes rurais na agenda política do governo Dilma Rousseff

Em 2011, Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidente mulher do Brasil e o seu governo deu continuidade às políticas públicas do seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva. Um marco importante para as juventudes rurais no governo Dilma se deu em 2012, com a realização do I Seminário Nacional “Juventude Rural e Políticas Públicas”, uma parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria Geral da Presidência da República (SNJ/SG) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esse evento possibilitou um grande debate sobre as ações que estavam sendo desenvolvidas e a proposta de novas ações demandadas pelos(as) jovens, incluindo: juventude da agricultura familiar, camponesa, assalariada rural, povos e comunidades tradicionais, entre elas a juventude quilombola, extrativista, ribeirinha, e, ainda, a juventude indígena (MENEZES, STROPASOLAS, BARCELLOS, 2014).

Outro marco importante foi a aprovação do Estatuto da Juventude – Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, onde de acordo com seu Art. 1º, esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente (BRASIL, 2013, p. 26).

O SINAJUVE define as atribuições dos entes federados – governo federal, Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação de políticas públicas para a juventudes, bem como para os Conselhos de Juventude.

Nesse período a expressão juventudes como “sujeitos de direitos” ganhou força e o tema dos direitos nortearam o estatuto. As juventudes rurais foram contempladas no estatuto em seis dos 11 direitos apresentados, a saber: i) direito à educação; ii) direito à profissionalização; iii) ao trabalho e à renda; iv) direito à cultura; v) direito ao território e à mobilidade; vi) direito à sustentabilidade e ao meio ambiente (BRASIL, 2013).

A atuação da juventude rural na arena das políticas públicas caminhou justamente no sentido de ultrapassar o “estado de coisas”, pois em se tratando de uma população que representa 27% da população rural e 8 milhões dentre os mais de 50 milhões de jovens brasileiros, conseguiu comprocesso crescente de organização nos espaços internos aos movimentos e nos espaços institucionalizados de participação social se destacar, tendo suas demandas garantidas entre as mais votadas das três edições da CNPPJ(MACEDO, 2019, p. 43).

As conferências realizadas durante o governo Dilma evidenciam essa movimentação

das juventudes que foram organizadas em contextos diferentes por meio de metodologias participativas com etapas preparatórias e um documento base elaborado pela SNJ e o CONJUVE. As etapas preparatórias foram organizadas por meio de Conferências Municipais, Regionais, Territoriais, Livres, Virtuais, e por consultas específicas aos Povos e Comunidades Tradicionais e Conferências Estaduais, visando um maior envolvimento das juventudes nas conferências. De acordo com Macedo (2019, p. 74) “as etapas citadas podiam elaborar proposições ao texto base nacional que, posteriormente, era sistematizado pela Secretaria e Conselho, com posterior encaminhamento ao debate, votação e priorização na etapa nacional”. Assim, conforme informado anteriormente, as três conferências organizadas durante os anos de 2008, 2011 e 2015 contaram com a participação de, aproximadamente, três mil pessoas cada, entre participantes, delegados e convidados. Entretanto, a participação dos(as) jovens rurais não passou de 5% dos presentes.

Importante destacar que as Conferências foram espaços que asseguraram alta diversidade e representatividade dos segmentos juvenis, permitindo arena democrática de formulação e disputa em torno das políticas públicas. No entanto, vale salientar que estes espaços, por mais representativo que tenham sido, representam estratos da juventude brasileira (MACEDO, 2019, p. 76).

Com isso, inferimos que as conferências foram espaços de disputas políticas em que cada estrato defendia suas bandeiras.

Sobre as pautas relacionadas às juventudes rurais, nas três conferências foram aprovadas 202 resoluções, entre elas 42 que se referiam a juventude rural, indicando a necessidade de levar em consideração o reconhecimento de especificidades das juventudes rurais e sua participação em espaços de processos decisórios (MACEDO, 2019).

Outra iniciativa importante foi o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, institucionalizado por meio do [Decreto nº 8.736 de 03 de março de](#) 2016, fruto de uma demanda histórica dos movimentos sociais do campo, pois um dos desafios do meio rural é a sucessão familiar. De acordo com o Art. 2º, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural destina-se à população jovem rural da agricultura familiar e de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2016, p. s/p).

Art. 4º São diretrizes do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural:

- I - garantia dos direitos sociais e da juventude;
- II - garantia de acesso a serviços públicos;
- III - garantia de acesso às atividades produtivas com geração de renda e promoção do desenvolvimento sustentável e solidário;
- IV - estímulo e fortalecimento das redes da juventude nos territórios rurais;
- V - valorização das identidades e das diversidades individual e coletiva da juventude rural; e
- VI - atuação transparente, democrática, participativa e integrada.

Art. 5º São objetivos do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural:

- I - ampliar o acesso da juventude do campo aos serviços públicos;
- II - propiciar o acesso à terra e às oportunidades de trabalho e renda; e
- III - ampliar e qualificar a participação da juventude rural nos espaços decisórios.

Art. 6º São eixos de atuação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural:

- I - acesso à terra e ao território; II - garantia de trabalho e renda;
- II - acesso à educação do campo;
- III - promoção da qualidade de vida; e
- IV - ampliação e qualificação da participação.

Podemos observar que o plano foi um importante instrumento que garantia que as juventudes podiam buscar a autonomia desejada por meio dos seus princípios, objetivos e eixos, entretanto, o governo Bolsonaro extinguiu-o.

Os governos Lula e Dilma colocaram as juventudes no centro das agendas das políticas públicas. As iniciativas dos dois governos garantiram um novo *status* para as juventudes. No caso das juventudes rurais, houve uma consolidação da identidade política da juventude nos principais movimentos sociais rurais, conforme afirma Castro (2016, p. 101).

Nesse processo tivemos um primeiro movimento que abraçou a categoria juventude rural, extremamente útil para a organização em espaços nacionais de representação e na disputa por políticas públicas para a organização das múltiplas identidades abarcadas nessa categoria. Com o avanço dos processos de visibilização da diversidade das populações do campo, das águas e das florestas – cada vez mais presentes como identidades específicas em conselhos de participação social e outros espaços formais de representação – as identidades políticas constituídas nos movimentos sociais aparecem de forma mais clara. Por um lado, temos hoje uma multiplicidade de identidades políticas que se apresentam tanto no campo das políticas públicas de juventude quanto no campo político da juventude.

De acordo com o relatório final do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas (2012), foram marcos importantes desse processo:

a) 2005 – 2010: Governo Lula:

- A criação da Cadeira de Juventude Rural no CONJUVE desde a sua instalação
- A Subsecretaria de Juventude (SRA/MDA).
- O Grupo de Trabalho de Juventude da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF).
- O Curso Regional de Formação de Jovens Lideranças do Mercosul, da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF).
- Grupo Temático de Juventude Rural (GTJR), do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) - com membros do governo e da sociedade civil.
- Primeira Geração de Políticas Públicas para a Juventude Rural: Pronaf Jovem e Nossa Primeira Terra.

b) 2011: Governo Dilma, novas iniciativas foram realizadas:

- Criação do Comitê Permanente de Juventude Rural do CONDRAF: i) Desenvolver propostas de fortalecimento e articulação entre as diversas políticas públicas para atender às demandas e necessidades da Juventude Rural; ii) Representantes governamentais e da sociedade civil.
- Criação da Assessoria Especial de Juventude no MDA.
- Entrega de 11 pautas com demandas dos movimentos sociais para a SNJ – PPA/SNJ
- Programa de Autonomia e Emancipação da Juventude - a agenda da juventude rural foi incorporada – Grupo de Trabalho de Juventude Rural da SNJ: i) ampliar os diálogos

governo e sociedade civil na construção de políticas públicas; ii) fortalecer a institucionalização da agenda no governo federal; iii) Monitorar o avanço das pautas da juventude rural.

- 2^a Conferência Nacional de Juventude: i) forte participação da juventude rural, dos jovens dos povos e comunidades tradicionais e a juventude indígena; ii) mobilização a partir dos territórios e dos movimentos sociais.

Por fim, durante os governos Lula e Dilma, as definições e entendimentos sobre juventudes relacionadas às questões biológicas, físico-psicológicas, faixa etária e até mesmo como problemática, como período preparatório, discutidos por Abramo (2005), Bourdieu (1983) e Castro (2013) foram diminuindo, abrindo espaço para compreensões mais amplas, como juventude como ator estratégico do desenvolvimento e juventude cidadã (ABRAMO, 2005) e, ainda, juventude como condição social (NOVAES et al., 2006), ganharam espaço na formulação e implementação de políticas públicas. O projeto “Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”, objeto da tese, foi fruto de políticas públicas que teve esse olhar mais ampliado sobre as juventudes.

Em 2016, o Congresso Nacional aprovou o impedimento da presidente Dilma. Após o que, o Vice-Presidente da República, Michel Temer assumiu a presidência. Esse fato marca nossa história contemporânea e sinalizou uma mudança na condução das políticas públicas no país.

Quadro 8. Síntese das iniciativas para as juventudes rurais no governo Dilma.

Ano	Ações	Descrição
2011	Programa Autonomia e Emancipação Econômica eSocial da Juventude Rural (PAJUR)	Programa voltado para a formulação do Plano Plurianual do governo federal (PPA 2012 – 2015), concretizado em 2014, com a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre seis ministérios para a execução de ações articuladas com a juventude da agricultura familiar, camponesa, assentados da reforma agrária, extrativistas e de povos e comunidades tradicionais.
	GT Juventude Rural da Secretaria Nacional de Juventude (GTJR/SNJ)	Instância de diálogo entre a sociedade civil e governo federal.
	2º Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude	Lema da conferência: “Conquistar direitos, desenvolver o Brasil”. Realizada em um período de expansão de direitos e de forte crescimento econômico no país. Organizada por eixos temáticos, onde foi aprovado o documento final intitulado “Para mudar o Brasil”. Das 27 resoluções sobre políticas públicas e juventude, 11 políticas se referiam à juventude rural.
2012	I Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude Rural	O seminário foi um espaço de diálogo entre governo e movimentos sociais para debater políticas públicas para as juventudes rurais. O seminário foi uma proposta dos movimentos e debatido em espaços importantes como o Grupo de Trabalho da Juventude Rural – Comitê Permanente de Juventude do CONDRAF.
	1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER)	Evento que reafirma as bandeiras da juventude rural e enfatiza a importância da estruturação de políticas públicas que contribuem para a permanência da juventude no campo e a promoção da sucessão rural.
	Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)	Programa articulado pelo MEC, onde as ações são baseadas em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica. O programa agrupa iniciativas do PRONATEC Campo, bem como ações de apoio ao transporte escolar no campo e de inclusão digital, oferece apoio para garantia de energia elétrica, água e esgoto nas escolas, o Programa dinheiro direto na escola (PDDE) Campo e o Programa Nacional do Livro didático (PNLD) campo. Oferece, também, apoio para a melhorada infraestrutura das escolas, além de agregar o Programa Nacional Biblioteca na Escola e o Programa Mais Educação Campo.

Continua...

Continuação do Quadro 8.

Ano	Ações	Descrição
2012	Licenciatura em Educação do Campo (LEC/PRONERA)	Criação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, com a participação de representantes das universidades e os movimentos sociais.
2013	Estatuto da Juventude	Publicação do estatuto que reconhece as juventudes como sujeitos de direitos, considerando suas particularidades e especificidades. As juventudes rurais são contempladas em seis dos 11 direitos no estatuto.
	2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS)	A conferência teve como principal resultado a formulação do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS). O PNDRSS destaca a Juventude Rural dentre os temas transversais da Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, juntamente com as Mulheres Rurais e os Povos e Comunidades Tradicionais.
	Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural	Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016. Integrar e articular políticas, programas e ações para a promoção da sucessão rural e a garantia dos direitos das juventudes do campo, das florestas e das águas.
2014	Programa de Formação Agroecológica e Cidadã de Juventudes do Campo ¹⁸	Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural. Estratégia para fortalecer a inclusão sócio produtiva da juventude rural por meio da articulação de processo formativo, com base nos princípios da agroecologia e política de inclusão produtiva. O programa foi orientado pela assistência técnica e ao processo de comercialização via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e aos mercados públicos e privados. O programa se desenvolveu com parceria entre MDA, CNPq, SNJ e CONAB e ofereceram cursos em parceria com as Universidades Federais. Seis cursos de Formação Agroecológica e Cidadã foram oferecidos em parceria com instituições de ensino superior.
2015	3º Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude	Lema da Conferência: “As várias formas de transformar o Brasil”. Organizada em eixos temáticos, tendo aprovadas 99 resoluções finais, das quais, 25 eram voltadas para a juventude rural. Assim como na 1º CNPPJ, os temas da reforma agrária, regularização fundiária e acesso à terra ficaram entre as três prioridades gerais da conferência.

Continua...

¹⁸ O projeto “Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”, objeto desta pesquisa, é originário desta iniciativa.

Continuação do **Quadro 8**.

Ano	Ações	Descrição
2016	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)	<p>Diretrizes e implicações de articulação institucional. VI – ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica.</p> <p>Eixo 2 – Uso e conservação de recursos naturais: garantir e fortalecer a participação da juventude rural nos processos de gestão e conservação dos recursos naturais.</p> <p>Eixo 3 – Conhecimento: Disponibilizar ATER continuada com enfoque agroecológico e sistemas sustentáveis, valorizando o papel das mulheres e jovens, com enfoque territorial. Constituir referências agroecológicas adequadas para jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais. Assegurar ações para a promoção dos meios produtivos e de geração de renda na produção de base agroecológica e orgânica para a juventude rural e suas organizações. Promover a troca de conhecimento em produção de base agroecológica e orgânica protagonizada por jovens. Fomentar ações de geração de renda em produção orgânica e de base agroecológica que apoiem a permanência de jovens mulheres no meio rural.</p>

Fonte: Macedo (2015), Rizzi et al. (2023). Adaptado pela Pesquisadora, 2023.

4.2.4 As juventudes rurais na agenda política do governo Michel Temer

O governo de Michel Temer (2016 – 2018) pode ser considerado um governo de transição e foi o período que iniciou o processo de desmonte de diversas políticas públicas, em especial, das políticas sociais. Recorremos a Leite et al. (2023) para elucidar a noção de desmonte.

No caso brasileiro, essa noção tem sido utilizada em diferentes estudos acadêmicos como forma de designar processos articulados e encadeados de mudança política e institucional, envolvendo a diminuição, decréscimo, remoção, ou mesmo a completa substituição de programas e ações de políticas públicas previamente existentes, em áreas diversas como saúde, meio ambiente, cultura, assistência social, entre outras (LEITE et al., 2023, p. 386).

Para os autores, o desmonte das políticas públicas foi impactado pela política macroeconômica de austeridade fiscal e foi adensado ao longo de 2016, interferindo na continuidade das políticas públicas, promovendo o corte, a redução ou mesmo a extinção de políticas públicas. Após o impeachment, houve redução de recursos direcionados à agricultura familiar e esses retrocessos intensificaram em 2017 e foram aprofundados em 2018 (LEITE et al., 2023). Essas dinâmicas têm como pano de fundo uma narrativa que busca legitimar um novo padrão de atuação do Estado brasileiro pautado, especialmente, no desmantelamento das políticas sociais, nas quais as juventudes como um todo, bem como as juventudes rurais, são diretamente afetas.

As alterações na Secretaria Nacional de Juventude, inclusive com a escolha de seu secretário; a ruptura da democracia brasileira – já tão contraditória; os esforços com vistas a impedir maior participação social da população, como ainda, o acesso às políticas públicas – cada vez mais focalizadas e seletivas (CAETANO; AZEVEDO, 2017, p. 14).

Logo no início do governo, Michel Temer, editou a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, extinguindo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Por meio dessa medida, as políticas públicas para o campo, em especial, para a agricultura familiar e para as juventudes rurais passaram a ficar vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Além do MDA, outros ministérios também foram extintos com a referida Medida Provisória, como: Ministério Cultura; Ministério das Comunicações; Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, entre outros.

As competências do MDA foram centralizadas na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), da Casa Civil, por meio do Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016. Além disso, por meio do Decreto nº 8.786, de 14 de junho de 2016, a SEAD, a Secretaria de Reordenamento Agrário, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ficaram subordinados ao Ministério da Casa Civil da Presidência da República (LEITE et al., 2023). Isso mostra uma lógica conservadora de governar que fragilizou a nossa democracia, afetando, de forma direta as juventudes.

Isso pode ser percebido no Plano Plurianual (PPA) do governo federal, que trouxe uma redução de investimentos para as juventudes. O PPA 2016-2019 indicava 54 programas temáticos, 304 objetivos e 1.136 metas, já o PPA de 2020-2023 apontou somente um objetivo por programa, resultando em 70 programas e 70 objetivos (CONJUVE, 2021).

Outra situação foi ainda no governo Dilma e em virtude de reforma ministerial, pela

qual a SNJ deixou de integrar a pasta da Secretaria Geral da Presidência da República e em 2016, por meio da Lei 13.266, de 05 de abril de 2016, foi incluída no Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e dos Direitos Humanos. Já no governo Temer, ela voltou novamente a integrar a Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Medida Provisória 726, de 12 de maio de 2016.

Identificamos outras situações que afetaram os(as) jovens durante o governo Temer, como: a escolha por indicação do secretário da SNJ, a ruptura da democracia brasileira; os esforços para impedir a participação social da sociedade, bem como, o acesso às políticas públicas o enxugamento dos gastos públicos, mediante a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 241 (ou 55), que congelou por 20 anos os gastos públicos (CAETANO; AZEVEDO, 2018). Essas situações provocaram uma instabilidade e descontinuidade das políticas públicas para as juventudes.

Também foi durante o governo Temer que o CONJUVE registrou “uma saída coletiva de mais de 20 organizações participantes, por não concordarem com o estreitamento do processo de participação e com a perda de autonomia” (SILVA, apud Ribeiro; MACEDO, 2021, p. 158) evidenciando, com isso, o lado conservador do governo para as políticas de juventudes e como essas políticas seriam conduzidas.

Em 2018, o governo Temer lançou o Programa Brasil Mais Jovem, que reuniu 91 ações de 13 ministérios voltadas a interesses e necessidades dos jovens brasileiros. O programa foi um pacote com 12 iniciativas voltadas aos jovens de 15 a 29 anos, onde foram destinados 51 milhões de reais. As 12 iniciativas para as juventudes podem ser verificadas no Quadro 9.

Quadro 9. Iniciativas do Programa Brasil Mais Jovem.

Iniciativas	Descrição
Inova Jovem: empreendedorismo para amoçada da comunidade	Voltado para juventude negra moradores de comunidades e tem interesse de abrir seu próprio negócio. Objetiva diminuir os altos índices de vulnerabilidade juvenil por meio de capacitação de dois mil jovens, em oito cidades selecionadas a partidas estatísticas divulgadas no IVJ e em todas as capitais do país.
Diagnóstico sobre a Juventude Rural	Amplo estudo sobre a situação de jovens, de 15 a 29 anos, que vivem no meio rural brasileiro para nortear ações estratégicas de apoio e formulação de políticas públicas específicas para esta parcela da população, com objetivo de dar maior autonomia e disseminar a agricultura familiar, camponesa, por meio do empreendedorismo e profissionalização, além de aumentar e promover a capacidade produtiva de agricultores familiares disseminando a comercialização de seus produtos.
Diagnóstico sobre a Juventude LGBT	O diagnóstico foi realizado por meio de parceria entre a SNJ e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para traçar o diagnóstico com mapeamento completo sobre a situação vivida por jovens LGBT, de 15 a 29 anos. O objetivo é mapear e nortear a promoção de ações que assegurem os direitos sociais e fundamentais de inviolabilidade de direito à vida, liberdade, igualdade e segurança em todo o território nacional. Além da elaboração de projetos de enfrentamento à discriminação por identidade de gênero e orientação sexual.
Estação Juventude 2.0	Na primeira fase do programa, após quatro anos sem financiamento, a SNJ firmou convênio com 26 prefeituras e com o governo do Ceará para criar espaços de convivência e inclusão com parques, praças e centros culturais, para combater a violência sofrida por jovens de áreas vulneráveis. O objetivo do programa é transformar a vida de jovens brasileiros, de 15 a 29 anos, desenvolvendo um caminho para o futuro: educação, trabalho, saúde, lazer, vida familiar, sexualidade, sociedade, tecnologia, cultura, participação política e comunitária.
Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE)	O SINAJUVE articula esforços e determina a responsabilidade dos três níveis de governo – Municípios, Estados e União – na execução da Política Nacional da Juventude (PNJ), de acordo com a responsabilidade de cada um desses entes federados. As ações do SINAJUVE seguirão os 11 eixos do Estatuto da Juventude. A participação dos jovens na formulação, implementação e no acompanhamento está assegurada por meio do CONJUVE, dos conselhos estaduais, municipais e distritais e através de uma plataforma virtual interativa.
Programa Forças no Esporte	Recurso financeiro para ampliação do programa no Rio de Janeiro, destinado à melhoria de infraestrutura de cozinhas, equipamentos e adaptação de instalações esportivas em unidades militares que são utilizadas pelo programa. Outra parte, na alimentação, uniformes, material esportivo e contratação de professores e monitores. O PROFESP oferece aulas em diversas modalidades esportivas no contra turno escolar em instalações das forças armadas em todo o país.

Continua...

Continuação do Quadro 9.

Iniciativas	Descrição
Conselhos em Rede	Campanha nacional de fortalecimento dos espaços de participação e controle social, voltados para as políticas públicas para juventude. Fomentar criação e conselhos em estados e municípios onde estes ainda não existem e fortalecer os existentes.
Plano Nacional de Juventude	O novo texto do PNJ substitui o Projeto de Lei 4.530/04, que há quase 15 anos aguarda votação na Câmara dos Deputados. Sua atualização se faz necessária para que haja adequação do texto à realidade da juventude Brasileira no presente momento. Construído de forma colaborativa com a sociedade civil, o novo texto é resultado de uma consultoria técnica entre a SNJ e Unesco e, ainda, contou com contribuições online, do CONJUVE e de cinco audiências públicas, uma em cada região do país: Amapá, São Paulo, Ceará, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.
Id Jovem 2.0	A Identidade Jovem é um documento digital criada pelo governo que garante desconto de 50% em cinemas, teatros, shows e eventos esportivos, além de duas vagas gratuitas e duas vagas com 50% de desconto no transporte interestadual.
Atlas da Juventude	Maior e mais completa pesquisa sobre juventudes brasileiras, realizada em três etapas: situação da população pobre do Brasil, com base em dados demográficos, pesquisa sobre comportamento, opinião, hábitos de consumo, sonhos. Estendências; e pesquisa sobre a juventude e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este estudo feito em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) fortalecerá os instrumentos de formulação de políticas públicas consistentes sustentáveis para 52 milhões de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, dando uma resposta concreta do Pacto das Juventudes para os ODS, por meio de coalizão entre os movimentos sociais e as redes de juventudes, Nações Unidas, instituto de pesquisa, organizações investidoras e apoiadores, CONJUVE e Poder Público.
Plano Nacional de Empreendedorismo e Startups para Juventude	Estratégias para estimular o empreendedorismo e a criação de suporte para projetos empresariais dos jovens, com objetivo de deixar o acesso ao conhecimento, capital e mercados para jovens empreendedores mais acessíveis.
Novo Plano Juventude Viva	Criado com o objetivo de prover subsídios para o enfrentamento da violência contra os jovens negros, em situação de vulnerabilidade social ou exposição às situações de violência, residentes nos municípios com maiores ocorrências de homicídios na faixa etária de 15 a 29 anos. O foco do Juventude Viva consiste em prevenir a violência por meio da articulação de programas de governo, facilitando o acesso aos serviços e direitos nos territórios com maiores índices de homicídios.

Fonte: Programa Brasil Jovem (2018), adaptado pela Pesquisadora, 2023.

Silva (2021) faz uma reflexão sobre as ações do Programa Brasil Mais Jovem, classificando-o em seis modalidades:

- I. Levantamento de dados: as metodologias não foram explícitas e alguns resultados não estão acessíveis, como é o caso do diagnóstico sobre juventude rural;
- II. Inovação e empreendedorismo: foi enfatizado mais o teor educativo do que atividades práticas de empreendedorismo e inovação;
- III. Esportes: continuidade de ações do governo anterior;
- IV. Atualização do PNJ: o documento necessitava de participação ampla de diversos setores ligados à juventude e não apenas os “alinhados” ao governo federal para referendar sua atualização;
- V. Articulação institucional: foram realizados fóruns nacionais e municipais e, ainda a criação do Comitê Partidário de Articulação Política de juventude;
- VI. Disponibilização e acesso a informação: somente uma ferramenta estava funcionando e de maneira precária.

Para o autor, algumas das ações foram reformuladas do governo anterior. Além disso, percebemos um retrocesso sobre a compreensão acerca das juventudes, onde as iniciativas, de modo geral, eram voltadas para as juventudes urbanas, periféricas, em situação de vulnerabilidade social e para o mercado de trabalho. Essa percepção nos remete à compreensão de juventudes durante o governo FHC, retomando e resgatando as percepções como problemática e como período preparatório, discutidas por Castro (2013) e Abramo (2005).

Com relação às juventudes rurais, identificamos somente o diagnóstico sobre juventude rural, a Reforma do Ensino Médio e Reforma Trabalhista, estas afetando a juventude como um todo.

A Reforma do Ensino Médio foi realizada por meio da Lei nº 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, contemplando uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. Percebemos com essa reforma que a mesma excluiu e restringiu as oportunidades de uma grande parcela de estudantes terem acesso ao ensino público.

Já a Reforma Trabalhista ([Lei 13.467, de 2017](#)) mudou as regras relativas à remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho, entre outras (Silva, 2021). Entendemos que a reforma foi aprovada para retirar e flexibilizar os direitos trabalhistas, afetando de forma direta a juventude trabalhadora, incluindo os(as) jovens do campo, das águas e das florestas.

Por fim, o governo Temer pode ser caracterizado pelo intenso e progressivo ataque aos direitos sociais, bem como pela sua retirada. Com as eleições em 2018 e a ascensão da ultradireita ao poder, representada pela eleição presidencial de Jair Messias Bolsonaro e, também, pela eleição de deputados e senadores desta ala, tivemos a continuidade e aprofundamento dos ataques e, ainda, a “inclusão da pauta dos costumes e o esvaziamento do caráter humanitário na orientação das políticas públicas brasileiras” (SILVA, 2021, p. 161).

4.2.5 As juventudes rurais na agenda política do governo Jair Messias Bolsonaro

O governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019, deu continuidade ao desmantelamento das políticas públicas, com bandeiras neoliberais e retiradas de direitos sociais. Tanto a retirada de direitos quanto a agenda conservadora afetou, principalmente os jovens e, dentre eles, os mais pobres, em especial os que pertencem a segmentos sociais específicos, como mulheres, negros e população de LGBTQI+ (PEREZ; LUZ, 2019).

O resgate de declarações de Bolsonaro a respeito dos jovens, antes e durante o seu mandato com o presidente do Brasil, nos permite compreender o lugar das políticas de juventude em seu governo: “Ninguém quer saber de jovem com senso crítico” (REZENDO, 2018), fazendo referência ao seu projeto de criar escolas militares; “Há uma certa tara por parte da garotada em ter um diploma. [...] Mas se você no Ensino Médio colocar algo técnico, você melhora nossa economia”; “Nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política”, comentando sobre o projeto Escola Sem Partido; “São uns idiotas úteis e uns imbecis que estão sendo usados como massa de manobra”, referindo-se aos manifestantes que participaram dos protestos contra o corte na educação (SILVA, 2021. p.161).

No período do seu governo, as falas de Bolsonaro não podem ser desconsideradas, porque elas mostram que desde o início o presidente se colocou como adversário das juventudes, adotando posturas autoritárias e conservadoras. Um debate que ocupou as instâncias do seu governo foi o ataque à chamada Ideologia de Gênero. Para seus apoiadores o debate sobre gênero nas escolas poderia colocar em risco os valores dos cristãos e da família brasileira que, por sua vez, é definida pela classificação tradicional: um homem, uma mulher e seus filhos (PEREZ; LUZ, 2019). Nessa mesma linha e na contramão de especialistas foi o movimento “Escola sem Partido”.

O projeto surgiu como uma reação a um suposto fenômeno de instrumentalização do ensino para fins político ideológicos, partidários e eleitorais, defendendo a necessidade da suposta “imparcialidade” e “neutralidade” de docentes e evitando que eles usem suas aulas para promover suas “visões políticas” (PEREZ; LUZ, 2019, p. 164).

O governo promoveu um ataque às universidades e centros de pesquisa por meio de cortes das verbas aos programas de fomento à pesquisa. Além disso, também colocou pautas consideradas um retrocesso aos direitos trabalhistas, as quais afetam as juventudes que ainda irão entrar no mercado de trabalho, como a reforma da previdência, elevando o tempo mínimo exigido para aposentadoria de quinze para vinte e cinco anos de contribuição (PEREZ; LUZ, 2019).

Identificamos, ainda, a extinção ou o esvaziamento de políticas públicas voltadas para as juventudes como a incorporação da SNJ ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019; a extinção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, por meio do Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020.

Bolsonaro segue a cartilha que teve como seu primeiro item a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), seguida por cortes drásticos do orçamento de programas da Reforma Agrária, para o INCRA, assim como para o Pronera, o Procampo, o Pronatec, para habitação rural, ATER, o desmonte do Ibama e do ICMBIO, o aumento exponencial de liberações de agrotóxicos, entre muitos ataques às organizações sociais e sindicais e, mais recentemente, o vetos ao PL 735/2020, que dispõe sobre medidas

emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19 (MST, 2020).

Essa decisão do governo Bolsonaro mostrou descaso e descompromisso com a população do campo, das águas e das florestas, afetando diretamente as juventudes rurais.

O Quadro 10 apresenta ações do governo para as juventudes e percebemos que, com relação à legislação trabalhista, a Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019 – “Contrato de trabalho verde e amarelo” diminuiu direitos trabalhistas, impondo custos aos desempregados, como a dedução da contribuição previdenciária para os benefícios do seguro desemprego. Essa medida foi revogada pela MP 955, de 20 de abril de 2020. No caso do Projeto Future-se, abriu-se espaço para a privatização da Educação Superior; já o Pacote Anticrime pode ser considerado como mais um instrumento de extermínio da juventude negra.

Sobre a 4º Conferência Nacional de Juventude, identificamos o documento da convocatória da conferência (Quadro 10), entretanto, não encontramos informações sobre a realização da conferência durante o governo Bolsonaro. Isso se confirma pelo decreto nº 11.619, de 25 de julho de 2023, publicado pelo governo Lula que o sucedeu, que estabeleceu em seu art. 1º que fica convocada a 4ª Conferência Nacional de Juventude, com o tema “Reconstruir no presente, construir o futuro: desenvolvimento, direitos, participação e bem viver”, a ser realizada no período de 14 a 17 de dezembro de 2023, em Brasília, Distrito Federal.

Quadro 10. Ações do governo Bolsonaro para as juventudes.

Ano	Ações	Descrição
2019	Contrato de trabalho Verde e Amarelo	Medida Provisória 905/2019, altera a legislação trabalhista, com a redução de encargos trabalhistas para fomentar criação de postos de trabalho para jovens de 18 a 29 anos.
	Projeto Future-se	Objetivo de dar maior autonomia financeira a universidades e institutos por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.
	Pacote Anticrime	Lei nº. 13.964/2019, elaborado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com o objetivo de endurecer as leis penais e o processo penal. O texto sancionado altera o Código Penal e outras leis relativas à segurança pública.
	4º Conferência Nacional de Juventude	Decreto nº 9.974 de 16 de agosto de 2019: convocação para a 4ª Conferência Nacional de Juventude; Portaria nº 3.184, de 30 de dezembro de 2019: constituição da Comissão Organizadora Nacional da 4ª Conferência Nacional de Juventude; Portaria nº 512, de 5 de março de 2020: aprovação do regimento interno da 4ª Conferência Nacional de Juventude.
	Empreenda Jovem (Urbano e Rural)	Objetiva auxiliar os jovens a desenvolverem seus próprios negócios, subsidiados por profissionais na formulação de um plano estratégico.
2020	Programa Horizontes	Incentivar empreendedorismo entre os jovens de 18 a 29 anos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. O programa busca aumentar a qualificação dos jovens para criação e manutenção dos próprios negócios, além de estarem previstas capacitações que ajudem na integração no mercado de trabalho.
	Espaço 4.0	Eixo Tecnológico do Programa Horizontes que busca aumentar a qualificação dos jovens para criação e manutenção dos próprios negócios, além de estarem previstas capacitações que ajudem na integração no mercado de trabalho. Espaço de experimentação que serve justamente para o jovem em situação de vulnerabilidade, criados por meio de convênios com municípios e estados ou termo de execução descentralizada com órgãos federais, Institutos Federais em via de regra.
	Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares	Implementar o modelo cívico-militar em 216 escolas em todo o país até 2023. No programa, os militares atuarão como monitores em três áreas: educacional, didático-pedagógica e administrativa. Para 2020, foi destinado R\$ 54 milhões para 54 escolas, ou R\$ 1 milhão por instituição de ensino.
	Novos Caminhos	Série de medidas para aumentar em 80% o número de matrículas na educação profissional e tecnológica.
	Educação Conectada	Repasso do MEC de R\$ 224 milhões para conectar 100% das escolas aptas a receber internet e R\$ 60 milhões para levar acesso à web a oito mil escolas rurais.
	Conta pra Mim	Programa de estímulo à literatura familiar, ou seja, de leitura pela família para as crianças; Política Nacional de Alfabetização: decreto com novas diretrizes para a alfabetização do país, baseadas em evidências científicas.

Fonte: Silva (2021), MEC (2019). Adaptado pela Pesquisadora, 2023.

É importante destacar que durante o governo Bolsonaro existia uma dificuldade de acesso às informações sistematizadas de políticas públicas, programas e projetos desenvolvidos no âmbito nacional. Essa pode ser considerada uma marca desde o governo Temer. “Observase que as páginas oficiais de governos anteriores, criadas com esse intuito, foram desativadas ou funcionam de forma precária” (SILVA, 2021, p. 163).

Retomamos a análise dos Planos Plurianuais, nos quais identificamos que a frequência dos eixos do Estatuto da Juventude (Figura 5) diminuiu ao longo dos anos. No PPA de 2012 – 2015 os eixos segurança pública e acesso à justiça; cidadania, participação social e política; profissionalização ao trabalho e à renda, têm uma frequência maior, enquanto que o PPA 2016-19 aparecem com uma baixa frequência apenas os eixos diversidade e igualdade; saúde; segurança pública e acesso à justiça; profissionalização ao trabalho e à renda. Já no PPA 2020-2023, apenas dois eixos aparecem com uma frequência muito baixa: desporto e lazer, e profissionalização ao trabalho e à renda.



Figura 5. Frequência dos eixos do Estatuto da Juventude nos objetivos dos PPA's. Fonte: Relatório: Evidencias sobre as políticas federais de juventude no Brasil: mapeamento dos investimentos de 2012 a 2020 (CONJUVE, 2021).

Com relação ao público, percebemos na Figura 6 que, nos objetivos dos PPA's, a juventude rural foi deixando de ser prioridade ao ponto de não aparecer no PPA 2020-2023.

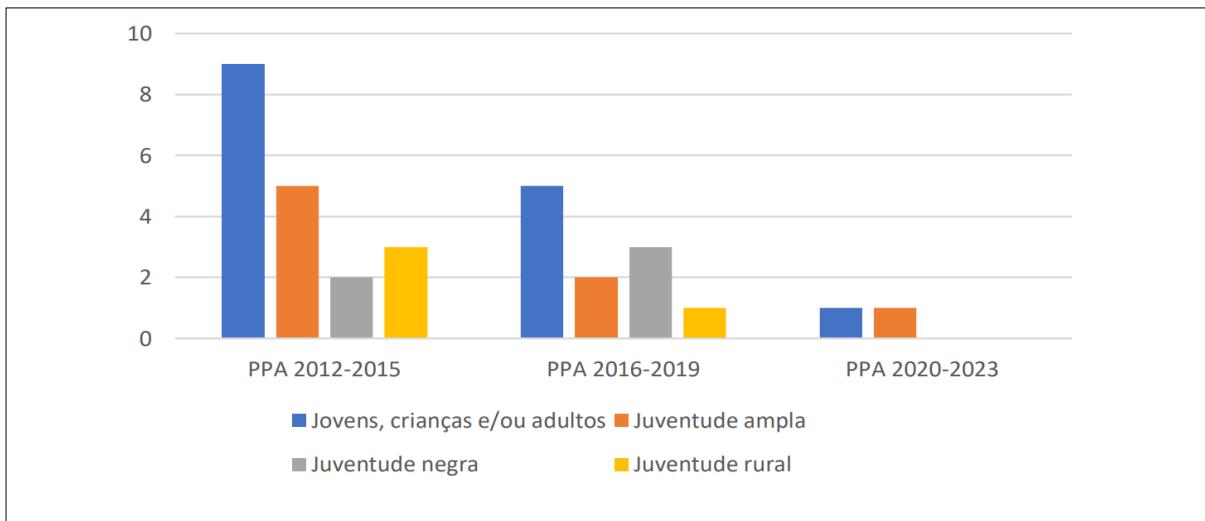


Figura 6. Tipos de público nos objetivos PPA. Fonte: Relatório: Evidencias sobre as políticas federais de juventude no Brasil: mapeamento dos investimentos de 2012 a 2020 (CONJUVE, 2021).

Essas análises evidenciam que:

As formulações diferenciais que pressupõem formas de interação com os atores jovens não são construídas apenas com base em uma imagem do que se pensa sobre a juventude na sociedade, mas decorrem, também, de uma clara concepção de modos de praticar a ação política, do exercício do governo (abertura ou não de canais de participação dos atores/formas de parceria etc.) e das relações com a sociedade civil na construção da esfera pública (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 20).

Por fim, refletir sobre as políticas públicas para as juventudes rurais implica reconhecer a importância dessa categoria para o desenvolvimento local, sustentável e solidário, não apenas para o meio rural, mas para todo o país. Este reconhecimento se apresentou, em maior ou menor escala, ou mesmo se ausentou nas políticas públicas dos governos federais aqui analisados. Nesse contexto, pudemos perceber que as experiências que tiveram sucesso compreenderam as juventudes rurais nas agendas políticas como um sujeito de direitos e estratégico para o desenvolvimento social.

5. UMA EXPERIÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA AS JUVENTUDES RURAIS NO RIO DE JANEIRO: O CASO DO PROJETO FORMAÇÃO AGROECOLÓGICA PARA JOVENS CIDADÃOS DO RIO DE JANEIRO

Apresentamos aqui uma reflexão sobre a importância e contribuição da extensão universitária, por meio de seus programas e projetos para a efetivação e consolidação de políticas públicas, em especial, para as juventudes rurais. Nossa discussão parte do entendimento da extensão como um processo formativo, dialógico e contínuo dentro de uma realidade concreta. Para tanto, a extensão se desenvolve para aprofundar o papel das instituições de ensino superior como sujeitos de transformação social, tendo como alicerce a construção de valores éticos e estímulo à cidadania para o desenvolvimento social equitativo e sustentável e solidário, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (FORPROEX, 2012). Nosso entendimento está ancorado em autores como: Bordenave (1985), FORPROEX (2012), Freire (1983), Gadotti (2017), Santos (2006) e outros.

O projeto “Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro” foi o cenário escolhido para ilustrar uma experiência de política pública voltada para as juventudes rurais e executada por meio de um projeto de extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

5.1 Resgatando o Compromisso da Extensão Universitária

A institucionalização da extensão enquanto componente da estrutura e funcionamento das universidades pode ser encontrada desde a segunda metade do século XIX, na Inglaterra, se expandindo por toda a Europa até chegar aos Estados Unidos, em 1890, com a criação das Escolas de Extensão, os “Land Grant Colleges”, onde a extensão era compreendida como modelo de organização escolar que tinha como forma estruturante as experiências do extensionismo cooperativo ou rural (MARINHO et al., 2019).

De acordo com Marinho et al. (2019), no Brasil as iniciativas de extensão nas universidades brasileiras remetem ao início do século XX com forte influência da experiência americana, especialmente nas Escolas Superiores de Lavras e de Viçosa, em Minas Gerais, onde as ações de extensão eram voltadas para a difusão e educação de agropecuaristas brasileiros e, promovendo e contribuindo com a institucionalização da extensão rural no Brasil.

Das três dimensões que constituem a universidade a Extensão foi a última a surgir conforme destaca Paula (2013). Em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, a extensão ainda é apontada de forma muito rápida e tímida no texto da lei frente às iniciativas e práticas já em curso nas universidades. Nesta lei a prática extensionista é reduzida à realização de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que, conforme Nogueira (2001, p. 59), ainda estavam muito direcionados a um público que já tinha acesso à Universidade, como destaca a autora “seja frequentando seus cursos regulares ou portadores de diplomas universitários” (MARINHO et al., 2019, p. 125).

Na contramão de tais práticas, a União Nacional dos Estudantes (UNE) entre os anos de 1960 e 1964 organizou ações de extensão não institucionalizadas com o objetivo de aproximar da realidade social, por meio da participação e troca de experiências entre estudantes universitários e comunidades carentes. Entretanto, com o golpe militar de 1964, a UNE foi perseguida e suas iniciativas desapareceram. Esse período foi marcado pela repressão, coerção, opressão e qualquer cidadão que se manifestasse contrário ao sistema de governo era repreendido de forma violenta. Apesar da extrema repressão durante a ditadura militar, os

estudantes mostraram um pioneirismo no modo de fazer extensão se aproximando dos princípios da extensão universitária dos dias atuais.

Somente em 1968, por meio da Reforma Universitária que a extensão universitária passou a ser atribuída, também, como uma das bases constitutivas da missão social das universidades brasileiras. Porém, de forma muito tímida frente às outras iniciativas e práticas em curso nas universidades naquele período (MARINHO et al., 2019).

Evidenciamos aqui, algumas legislações importantes para a extensão universitária: i) a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207 que dá legitimidade a indissociabilidade do tripé que constitui as Instituições de Ensino Superior (IFES): i) o ensino, a pesquisa e a extensão; ii) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que considera a extensão como obrigação das universidades; iii) as finalidades e características dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia; iv) o Conselho Nacional de Educação (CNE) institucionaliza a extensão como componente curricular dos cursos de graduação das IFES pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

O Quadro 11 traz pontos importantes das legislações citadas aqui, as quais fundamentam a extensão na atualidade e ajuda na compreensão a respeito da extensão universitária como componente fundante das IFES.

Quadro 11. Marco Legal da Extensão Universitária.

Ano	Legislação	Descrição
1988	Constituição Federal	Art. 2017. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
1996	LDB Lei nº 9.394/1996	Artigo 43, VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
2008	IFECT Lei nº 11.892	Art. 6º Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm por finalidades e características: VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.
2012	FORPROEX Política Nacional de Extensão Universitária	A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (p. 15). Interação Dialógica, Interdisciplinariedade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e, finalmente, Impacto e Transformação Social (p. 16).
2018	CNE Resolução nº 7/2018	Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudiantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

Fonte: Elaborada pela Pesquisadora, 2021.

Compreendemos que a extensão universitária é fundamentada, respaldada e instituída

pela legislação brasileira, portanto, ela se apresenta como componente estruturante das instituições de ensino superior. Dessa forma, podemos considerá-la como um dos principais elos entre as instituições e as demandas dos diferentes atores sociais, saberes e necessidades da sociedade.

Segundo Gadotti (2017), ela é uma articuladora e influenciadora do ensino e da pesquisa, entrelaçando e trocando saberes acadêmicos e populares por meio de práticas emancipadoras em uma realidade concreta. Com esse entendimento, a extensão universitária pode ser considerada como um processo de aprendizagem contínuo. Assim, os programas e projetos de extensão estabelecem uma “necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa” (GADOTTI, 2017, p. 4).

Os argumentos defendidos por Gadotti podem ser encontrados na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), que estabelece que a extensão universitária se desenvolve para aprofundar o papel das instituições de ensino superior como sujeitos de transformação social. Nesse sentido, a inserção das universidades públicas se alicerça na construção de valores éticos e estímulo à cidadania para o desenvolvimento social equitativo e sustentável por meio de seus princípios: i) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; ii) interação dialógica com a sociedade; iii) inter e a transdisciplinaridade das ações; iv) busca do maior impacto e da maior eficácia social das ações; e v) afirmação dos compromissos éticos e sociais da universidade.

Daí a relevância da extensão universitária em promover programas e projetos para a juventude rural que contemplem os anseios desse grupo social e possibilite autonomia e emancipação desejada para a construção de seus projetos de vida. Corroborando com esta perspectiva acerca da extensão universitária, nos inspiramos em Santos (2006) para pensar a articulação entre os conhecimentos tradicionais e acadêmicos, tanto em nível local, como global, que devem estar pautados na cooperação, constituindo assim a possibilidade de um novo contrato da universidade com o bem público. Dessa forma, pensamos, que não mais o saber científico, hegemônico, centralizado na universidade e sem conexão com os conhecimentos tradicionais, se perpetua como um fim em si mesmo, mas que a centralidade estaria na desestabilização desses saberes em prol da emergência de um saber pluriversitário (SANTOS, 2006). Da mesma forma, Freire (1983, p. 15) comprehende a extensão como um processo de troca de conhecimentos e experiências, onde os atores envolvidos estão em constante formação numa via de mão dupla.

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

Diante do exposto, refletimos sobre a importância da aproximação da extensão universitária com as políticas públicas e, no caso aqui exposto, com a agroecologia. De acordo com Sposito e Carrano (2003) políticas públicas são ações articuladas entre Estado e sociedade. Neste sentido, a atuação da universidade, por meio da extensão universitária, pode contribuir com a formulação, implementação e consolidação de políticas públicas. Dessa forma, a universidade efetiva e endossa sua função como promotora da transformação social. Assim, as ações da extensão podem possibilitar o empoderamento dos atores envolvidos no sentido de colocar suas pautas, demandas, necessidades e anseios na constituição de políticas públicas construídas a partir de uma realidade concreta.

Considerando como locus da tese o espaço rural, é importante o debate sobre o papel da

extensão para o desenvolvimento rural. Para Bordenave (1985), a concepção de extensão rural depende do modelo de desenvolvimento rural. No Brasil, o modelo de desenvolvimento adotado tinha caráter difusão-inovador, ou seja, a proposta da extensão rural era de modernização capitalista dentro de uma concepção de educação cartesiana, na qual existia uma relação vertical e hierarquizada entre os extensionistas e a população rural, sendo esta última compreendida pelos profissionais da extensão rural como um simples agente comprador de mercadorias e passivos nos processos decisórios. No sentido contrário a essa concepção, Bordenave (1985), propõe uma extensão rural baseada na transformação estrutural da sociedade, visando contribuir com a construção de uma consciência crítica dos sujeitos por meio da participação, empoderamento e autonomia nas tomadas de decisões. Essa concepção corrobora com a perspectiva freireana que estabelece uma relação dialógica entre os agricultores e o extensionista na construção de conhecimentos apropriados a cada realidade. Dessa forma, podemos construir uma opção mais equilibrada de desenvolvimento rural, que tem na participação um fator preponderante. Essa perspectiva possibilita a construção de espaços democráticos para a formulação e implementação de políticas voltadas ao atendimento dos anseios, necessidades e demandas das populações rurais, nesse caso, especificamente, as juventudes rurais.

Com o propósito de estabelecer um diálogo entre a extensão universitária e a extensão rural, atuando na perspectiva da agroecologia, apresentamos o estudo de caso sobre o projeto “Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”.

5.2 Revisitando o Projeto “Formação Agroecológica para Jovens Cidadãos do Rio de Janeiro”

O projeto foi elaborado com base em uma articulação entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), convergindo no:

Programa de Inclusão Produtiva da Juventude Rural com Formação Cidadã Agroecológica; o Plano Nacional de Agroecologia e o Estatuto da Juventude, principalmente o artigo 15 onde congrega todas as políticas da agricultura familiar, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA, 2017, p. 3).

O projeto foi resultado de uma política pública do governo federal, voltada para as juventudes rurais com idade entre 15 a 29 anos, com foco na formação para cidadania, fortalecimento da inclusão social e produtiva e o acesso a mercados (Figura 7). Percebemos que, em 2014, período quando foi construído o Programa de Formação Agroecológica e Cidadã de Juventudes do Campo¹⁹, do qual o projeto objeto da tese faz parte, as juventudes rurais eram percebidas nas políticas públicas como atores sociais que mereciam investimentos por meio de processos formativos, mas não somente uma formação técnica, mas uma formação cidadã, ou seja, tratava de uma política pública que dava visibilidade à juventude rural no sentido de construção e aquisição de conhecimentos que poderiam ser utilizados ao longo da vida.

¹⁹ Ver Quadro 8 da Tese.



Figura 7. Arquitetura do projeto de Formação Cidadã de Jovens Rurais. Fonte: Chamada Pública: Formação agroecológica e cidadã para juventude rural (MDA, 2017).

De acordo com a chamada pública (MDA, 2017) o projeto foi alicerçado em eixos buscassem atingir as finalidades de: i) formação cidadã e agroecológica; ii) viabilidade econômica sustentável; iii) acesso a mercados e às políticas públicas.

Essa compreensão sobre as juventudes rurais nas políticas públicas daquele período nos remete às abordagens de juventudes discutidas por Abramo (2005), especificamente da juventude como período preparatório, ou seja, período em que necessitam de formação e preparação para o mundo adulto e, ainda, como atores estratégicos do desenvolvimento, uma vez que as políticas públicas priorizavam “contribuir com as transformações das condições de vida da população brasileira jovem que vive no campo, gerando subsídios para aconselhamento de políticas públicas de promoção do Desenvolvimento Rural com base no paradigma da Agroecologia” (MDA, 2017, p. 3). Com este entendimento, as instituições interessadas deveriam submeter projetos que objetivassem:

Fomentar políticas de formação agroecológica e cidadã para fortalecer a inclusão social e produtiva de jovens agricultores e agricultoras familiares, visando a intensificação da participação social, a organização produtiva e o acesso a mercados, para a conquista de autonomia e afirmação do protagonismo juvenil, a valorização do espaço rural e o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da consolidação de políticas públicas necessárias à permanência do jovem no território e à promoção do desenvolvimento rural (MDA, 2017, p. 5).

Devido à vocação histórica fundada em processos de formação cidadã e nos pressupostos da agroecologia a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro atendeu aos critérios da chamada pública e foi qualificada para assumir a execução do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro. O projeto teve como objetivo proporcionar uma formação que preconizou:

um novo olhar sobre a sucessão e sobre a vida na agricultura de base familiar, sem esquecer os elementos básicos que constituem essa vida, desde o trabalho, a concepção de unidade de produção e vida familiar; a inserção no mercado de alimentos; a concepção de desenvolvimento local sustentável e suas implicações e relações com o desenvolvimento regional e nacional; a tecnologia e a inovação tecnológica a partir das necessidades e demandas da agricultura de base familiar; as relações sociais, em especial de gênero e de geração, nas famílias, nas comunidades e no conjunto da sociedade. (UFRRJ,

2017, p. 21).

O projeto visava, também, envolver duas regiões e dois territórios do estado e, para isso, foi necessário articular um consórcio multidisciplinar formado por grupos e entidades organizacionais que tinham conhecimento prévio e capilaridade em diversas regiões do estado. A atuação desses grupos e organizações foi decisiva na escolha das regiões participantes do projeto.

O Quadro 12 apresenta como ficaram distribuídas as regiões e territórios, bem como os respectivos grupos que coordenaram as ações setoriais. Assim, a proposta do projeto executado pela UFRRJ tinha como estratégia:

levar a regiões estratégicas do Estado, onde atuam esses grupos, ações educativas inovadoras para formar jovens lideranças no meio rural fluminense, seguindo a metodologia “jovem educa jovem”, utilizando a pedagogia da alternância por meio de técnicas de aprendizado significativo, com projetos pedagógicos integradores, para garantir que a lógica “do aprender a fazer fazendo” não se perca. Faz também parte do escopo desta proposta, elaborar material didático que servirá de apoio à multiplicação do saber-fazer entre jovens das regiões-alvo (UFRRJ, 2017, p. 3).

Quadro 12. Abrangência do projeto.

Regiões e Territórios	Municípios	Coordenação Regional
Região Serrana/Sul Fluminense	Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, Piraí.	CVT/UFRRJ/Embrapa ²⁰
Região da Baixada Fluminense	Seropédica, Nova Iguaçu, Japeri, Paracambi, Queimados, Magé.	DECAMPD/UFRRJ ²¹
Território da Baía da Ilha Grande	Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí, Rio Claro.	PEPEDT/UFRRJ ²²
Território Norte/Noroeste Fluminense	Cardoso Moreira, Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu	MST/RJ ²³

Fonte: Projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2017). Adaptado pela Pesquisadora, 2023.

Para dar conta dos objetivos, a equipe executiva (Figura 8) foi composta por profissionais com experiências fundadas nos pressupostos da agroecologia e dentro dessa ótica identificamos uma equipe interdisciplinar com representantes da SEAD/MDA, UFRRJ, Embrapa Agrobiologia, MST, além de oito tutores²⁴ que eram responsáveis pelo acompanhamento dos(as) jovens durante todo o processo formativo e por duas estagiárias para apoio ao planejamento, acompanhamento e registros das atividades ao longo dos tempos formativos.

²⁰ Centro Vocacional de Tecnologia/UFRRJ/Embrapa Agrobiologia.

²¹ Departamento em Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade/UFRRJ.

²² Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial/UFRRJ.

²³ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/RJ.

²⁴ Os(as) tutores foram selecionados por meio do Edital 001/2017 da Reitoria da UFRRJ e teve como critério de seleção, profissionais graduados em cursos de bacharelados, licenciatura e tecnólogos em áreas do conhecimento das ciências agrárias, humanas e sociais, com experiência em agroecologia e mercados (UFRRJ, 2017).



Figura 8. Reunião da equipe executiva para planejamento dos tempos formativos. Fonte: Relatório do projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro, 2020.

A interdisciplinaridade da equipe executiva pode ser percebida pelas áreas de atuação dos envolvidos, a saber: Agronomia, Economia Doméstica, Ciências Agrícolas, Educação do Campo, Zootecnia, História, Jornalismo, Economia e Gestão Ambiental. Com o objetivo de colaborar e dar apoio à execução do projeto, a equipe contou, ainda, com a parceira das seguintes entidades: Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) – Paulo Dacorso Filho, Cooperativa de Consultoria Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável (CEDRO), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Articulação Brasileira de Agroecologia (ABA) e, ainda, parcerias nas localidades onde as juventudes residiam, conforme será apresentando no Quadro 19.

A meta da chamada pública do MDA (2017) era que a instituição executora promovesse a formação de 60 jovens que, depois de treinados e capacitados teriam que formar outros 900 jovens em suas localidades, com a exigência de, no mínimo, 30% de vagas para o sexo feminino. De acordo com Molina (2012), as políticas públicas estão intrinsecamente relacionadas com a cultura de uma sociedade, assim, na ocasião de lançamento da chamada pública, as políticas públicas para as juventudes rurais estavam sendo construídas e orientadas considerando a questão de gênero – o lugar e o papel da mulher e essas políticas atribuíam significados, valorizavam e reconheciam a necessidade de garantir a participação de jovens mulheres no projeto.

Dessa forma, os(as) jovens participantes foram organizados em dois segmentos: i) jovens formadores e ii) jovens de base. Conforme orientação da Chamada Pública (2017), cada jovem formador tinha a responsabilidade de formar mais 15 jovens de base em suas localidades e, ao final do projeto, o(a) jovem formador(a) tinha que apresentar um projeto de viabilidade econômica sustentável. Dessa forma, as juventudes rurais selecionadas foram oriundas de comunidades das regiões e territórios citados anteriormente, com aproximadamente, 15 jovens cada uma, assim a seleção das juventudes se deu obedecendo os critérios apresentados no Quadro 13.

Quadro 13. Critérios de seleção das juventudes participantes do projeto.

Jovens Formadores	Jovens de Base
Ter Ensino fundamental completo	Ser jovem rural ou urbano
Ter entre 15 a 29 anos de idade	Ter entre 15 a 29 anos de idade
Participar, minimamente, associações, cooperativas, etc.	Ter experiência de participação em espaços de organização sociopolítica
Ser indicado pelo Núcleos/Grupos que atuam na comunidade	Ter interesse em implementar um projeto de melhoria de renda
Ser indicado por sua comunidade	
Possuir bom nível de escrita e leitura	
Ser indicado por sua escola	
Ser atuante na comunidade	
Participação dos(as) jovens nas atividades lúdicas (dinâmicas) durante a seleção	

Fonte: Projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2017). Elaborado pela Pesquisadora, 2023.

5.2.1. Perfil das juventudes participantes do projeto “Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”

As juventudes rurais participantes do projeto eram oriundas de comunidades e assentamentos rurais de duas regiões e de dois territórios do estado do Rio de Janeiro, envolvendo 18 municípios (Quadro 14) e totalizando 56 jovens rurais com idade entre 15 a 29 anos.

Quadro 14. Origem das juventudes participantes do projeto.

Nº Jovens	Municípios	Localidades
15	Paraty Angra dos Reis Mangaratiba Itaguaí Rio Claro	Aldeia Indígena Itaxim; São Gonçalo Parque Mambucaba Assentamento Fazenda Rubião Mazomba Lídice; Serra do Matoso
15	Cardoso Moreira São Francisco de Itabapoana Campos dos Goytacazes Conceição de Macabu	Assentamento Paz na Terra Acampamento Madre Cristina Assent. Dandara dos Palmares; Assent. Ilha Grande Assentamento Capelinha
16	Paracambi Magé Queimados Nova Iguaçu	Sabugo; Vitória da União Assent. Cachoeira Grande; Comunidade Parque Maitá - Assentamento Campo Alegre

Continua...

Continuação do Quadro 14.

Nº Jovens	Municípios	Localidades
	Teresópolis	Bom Sucesso (Comunidade dos Lúcius); Assent. Santa Rita
	Petrópolis	-
10	Nova Friburgo	3º Distrito (Centenário; Conquista; Santa Cruz); Barracão dos Mendes
	Guapimirim ²⁵	-
	Piraí	Assentamento Roseli Nunes
	Quatis	Assentamento Irmã Doroth

Fonte: Relatório do Projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2017). Elaborado pela Pesquisadora, 2023.

Cabe destacar que o município de Rio Claro não pertencia ao Território da Baía da Ilha Grande, mas devido o interesse de jovens desse município em participar do projeto, foi integrado a esse território. A cidade do Rio de Janeiro apareceu no Território BIG porque dois jovens se identificaram, num primeiro momento, como moradores da cidade, apesar de suas famílias residirem no território.

A formação pode ter contribuído com a ressignificação da identidade com o território, pois os(as) jovens começaram desenvolver um olhar diferente para seu território por meio da valorização do meio rural e entendendo que é possível residir no campo, com qualidade de vida. Importante dizer, também, que todos os assentamentos do Território Norte, Baixada Fluminense e região Sul Fluminense eram vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST-RJ), já os assentamentos da Baía da Ilha Grande pertenciam ao Instituto de Terras do Rio de Janeiro (ITERJ). A Região Sul Fluminense e a Região Serrana eram vinculadas à mesma coordenação regional e, por esse motivo, as juventudes da Região Sul Fluminense e da Região Serrana ficaram vinculados em uma única região.

Percebemos uma predominância do sexo masculino entre os jovens rurais envolvidos com o trabalho em questão. Do total de participantes, 46% jovens eram do sexo feminino e 54% jovens do sexo masculino. Dos(as) jovens do território BIG, 60% eram do sexo masculino, no território Norte, existiu quase uma paridade entre os(as) participantes, com destaque para a presença de 53% de jovens do sexo feminino, enquanto os jovens do sexo masculino foram de 47%, uma diferença de apenas 6%. A Região Serrana contou com 60% de jovens do sexo feminino, diferentemente da baixada Fluminense que 62% das juventudes eram do sexo masculino.

É importante dizer que a chamada pública (MDA, 2017) previa 30% das vagas destinadas para jovens do sexo feminino e o projeto alcançou este quantitativo no total de participantes e, também, se olharmos para as regiões/territórios individualmente as localidades atenderam as recomendações da chamada pública.

Cabe destacar que, na ocasião da elaboração da chamada pública para o projeto – 2014, as políticas públicas para as juventudes rurais eram construídas e orientadas considerando a questão de gênero, em que essas políticas atribuíam significados, valorizavam e reconheciam a necessidade de garantir a participação de jovens mulheres no projeto. Com isso, fica evidenciado que as políticas públicas eram construídas levando em consideração as vivências das mulheres, o conhecimento situado dentro de uma perspectiva do lugar de fala da mulher – falar e ser ouvida.

²⁵ Embora Guapimirim não faça parte das regiões e territórios contemplados, identificamos jovens do município que participaram do projeto.

A ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe,o que torna ainda mais complexa a noção mesma de “conhecimento situado”, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas (HIRATA, 2014, p. 61).

Historicamente, o lugar de fala sempre foi dado ao homem, assim para fazer com que as mulheres chegassem ao centro do debate, foi necessário utilizar metodologias apropriadas para os diálogos de forma a permitir superar muitos conflitos, disputas e relações de poder. Tradicionalmente no meio rural as mulheres sempre tinham um papel de “ajudar” na produção, o que evidencia uma desqualificação e desvalorização do trabalho das mulheres. As políticas públicas da época do projeto ressaltavam a importância de fomentar ações a partir do conhecimento situado, de forma a proporcionar possibilidades reais de transformações nas relações sociais, especificamente a valorização do conhecimento das mulheres na construção de políticas públicas.

Na ocasião do projeto, 78% das juventudes participantes tinham idade entre 16 e 23 anos, ou seja, estavam em idade escolar. Porém, este fato não significava que estavam estudando e muitos dos(as) jovens precisavam conciliar estudo com trabalho ou estavam fora da escola e só trabalhavam ou estavam desempregados, conforme pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1. Situação das juventudes na ocasião do projeto.

Situação das juventudes	BIG	Norte	Serrana	Baixada
Apenas estuda	42%	30%	72%	44%
Apenas trabalha	33%	00%	00%	06%
Trabalha e estuda	08%	60%	14%	19%
Desempregado(a)	17%	10%	14%	31%

Fonte: Relatório do Projeto “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro” (2017). Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

Essa situação pode ser confirmada observando a renda das famílias na época do projeto, em que 20% das famílias das juventudes da Baixada Fluminense e da Região Serrana tinham sua renda da família oriunda da agricultura, enquanto que na BIG eram 10% e no Território Norte 50%. Entre as fontes que as famílias utilizavam para aumentar a renda citadas, destacamos o Programa Bolsa família, Atividades SEM carteira assinada, e Atividades COM carteira assinada, conforme Tabela 2.

Tabela 2. Fontes de renda das famílias das juventudes na ocasião do projeto.

Renda das famílias	BIG	Norte	Serrana	Baixada
Comércio	22%	00%	23%	00%
Programa Bolsa Família	21%	37%	00%	11%
Serviço temporário	07%	00%	00%	05%
Atividade SEM carteira assinada	14%	25%	23%	22%
Atividade COM carteira assinada	29%	25%	39%	44%
Aposentadoria	07%	13%	15%	06%
Casa de família	00%	00%	00%	06%
Pensão	00%	00%	00%	06%

Fonte: Relatório do Projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2017). Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

Com relação à identificação, havia uma predominância de jovens que se autodeclararam negros na Região da Baixada Fluminense, enquanto que na Região Serrana a predominância era de jovens que se autodeclararam brancos, no Território Norte a maioria se declarou pardo e no território BIG houve declaração de juventude indígena (Tabela 3).

Tabela 3. Identificação racial das juventudes participantes do projeto.

Identificação	BIG	Norte	Serrana	Baixada
Negro	33%	18%	20%	44%
Branco	25%	27%	70%	44%
Pardo	33%	37%	10%	06%
Indígena	08%	-	-	-
Não declaram	-	18%	-	06%

Fonte: Relatório do Projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2017). Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

É importante observar que a diversidade racial foi uma característica do projeto, que contou com a representação de jovens negros, brancos, pardos e oriundos dos povos originários. A questão da autodeclaração racial das juventudes rurais evidenciou e reforçou a importância de compreender que as juventudes são plurais, múltiplas, complexas e essa diversidade foi expressa, também, na autodeclaração.

Os dados apresentados chamam a atenção, também, pelo fato de 18% dos(as) jovens do Território Norte e 06% da Baixada Fluminense não se autodeclararem. Entendemos que o autoreconhecimento é uma questão identitária e estes jovens não se reconheciam entre as opções apresentadas e preferiram não declarar.

Com relação à propriedade rural, 19% dos(as) jovens do território BIG declararam residir na propriedade e para as juventudes do Território Norte, 32% dos(as) jovens declararam residir na propriedade rural; já as juventudes da Região Serrana 22% e 27% da Baixada Fluminense declararam residir em propriedade rural. Podemos observar que as juventudes do Território Norte tinham uma maior identidade com o rural do que as juventudes das demais regiões/territórios. Apesar das características urbanas, a Baixada Fluminense se destacou em relação à Região Serrana no número de jovens que declararam residir no meio rural, embora a Região Serrana seja reconhecida pela sua expressão no turismo e na agricultura familiar. Essa situação contribui com a invisibilização da categoria e, ainda, mostra que a questão das identidades das juventudes rurais é um desafio a ser enfrentado. De acordo com Castro (2013, p. 144):

a construção de uma identidade social que mistura valores que pode ser classificados como *rurais* e *urbanos* a partir da forma como são tratados no discurso nativo. Essa “nova” identidade teria como pilar o que pode ser lido como “sentimento de pertencimento”.

Para a autora, o processo de construção de pertencimento reordena as referências identitárias. No caso das juventudes rurais, muitas vezes, essa identidade carrega uma imagem estigmatizada onde o rural é associado ao atraso em relação ao urbano. Contudo, “as fronteiras entre o “mundo rural” e “o mundo urbano” não são fixas, nem evidentes. São vivenciadas e construídas” (CASTRO et al, 2017, p. 295). A construção da identidade das juventudes rurais transita entre o rural e o urbano, considerando as possibilidades e oportunidades que estes dois “mundos” oferecem. Inferimos, com isso, que as fronteiras entre rural e o urbano não eram rígidas entre os jovens, de forma que as juventudes rurais em questão transitavam e incorporavam no seu modo de vida elementos que constituía sua identidade dos dois contextos.

5.2.2. Organização dos tempos formativos do projeto

Os tempos formativos foram planejados durante o período letivo de forma que os(as) jovens não ficassem prejudicadas na escola. Para tanto, a proposta metodológica foi alicerçada na pedagogia da alternância e envolveu estratégias interdisciplinares. De acordo com Teixeira, Bernartt e Trindade (2008), processos formativos pautados na pedagogia da alternância envolvem temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico.

A Pedagogia da Alternância atribui grande importância à articulação entre momentos de atividade no meio socioprofissional do jovem e momentos de atividade escolar propriamente dita, nos quais se focaliza o conhecimento acumulado, considerando sempre as experiências concretas dos educandos (TEIXEIRA, BERNARTT e TRINDADE, 2008, p. 229).

Além disso, devido a sua complexidade, teve como proposta perceber saberes e conhecimentos na transversalidade e na interação de processos sociais, econômicos, produtivos, culturais em ocorrência no nexo local-regional-global (UFRRJ, 2017). Isso evidencia a necessidade de políticas públicas para as juventudes rurais que envolvam processos de formação levando em consideração o contexto socioambiental das juventudes.

A chamada pública exigiu uma carga de 240 horas de capacitação, sendo 120 horas de formação durante o Tempo Escola (TE)²⁶ e 120 horas durante o Tempo Comunidade (TC)²⁷ (Figura 9). Entretanto, ao identificar as atividades desenvolvidas, percebemos que a formação foi além da carga horária exigida, chegando aproximadamente, a 442 horas de capacitação.

A carga horária excedente executada foi devida à complexidade das temáticas, onde foram priorizados temas que contribuíram não só com uma formação técnica, mas também, com uma formação social e para a cidadania, contextualizada às realidades das juventudes.



Figura 9. Distribuição dos Tempos de Formação – Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). Fonte: Projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2017). Adaptada pela Pesquisadora, 2022.

Como pode ser observado na Figura 9, os tempos formativos foram distribuídos de acordo com o período letivo dos(as) jovens. Os três Tempos Escola aconteceram durante as

²⁶ Sessão de formação em um centro acadêmico. Neste caso, foi realizado na UFRRJ, campus Seropédica, onde os jovens ficaram alojados no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) – Paulo Dacorso Filho e as aulas aconteceram na Fazendinha Agroecológica km 47 e na UFRRJ (UFRRJ, 2017), totalizando três tempos escolas.

²⁷ Sessão de formação no meio sócio profissional, no caso do projeto analisado, foram realizados nas comunidades e assentamentos rurais onde as juventudes residiam, totalizando dois tempos comunidades.

férias escolares, já os dois Tempos Comunitários aconteceram durante o período letivo, quando os(as) jovens estavam em suas comunidades.

Nos TE's foram desenvolvidos os Módulos Temáticos com atividades teóricas e práticas. Este tempo formativo foi realizado na UFRRJ, campus Seropédica, onde os jovens ficaram alojados no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) – Paulo Dacorso Filho e as aulas aconteceram na Fazendinha Agroecológica km 47²⁸ e na UFRRJ (BRASIL, 2017). A Fazendinha Agroecológica Km 47 por ser um espaço de experiência exitosa em agroecologia foi utilizado como sede para as atividades formativas com aulas teórias e práticas.

No primeiro Tempo Escola (TE1) as temáticas abordadas foram voltadas para a organização social, meio ambiente e processos formativos, além de temas transversais como: arte, sexualidade, gênero, etc. Já o segundo Tempo Escola (TE2) objetivou abordar temas necessários para um processo de diversificação e transição agroecológica; beneficiamento e processamento de alimentos; construção de conhecimentos agroecológicos; além de apresentar uma visão crítica e reflexiva sobre o mundo rural e dos modelos de desenvolvimento em disputa na sociedade brasileira, entre outros. O terceiro e último Tempo Escola (TE3) teve como objetivo sistematizar os conhecimentos e habilidades construídos ao longo do projeto através da socialização da formação dos jovens de base, bem como a apresentação dos projetos de viabilidade econômica sustentável (UFRRJ, 2020).

Ao longo de todo o projeto foram explorados conhecimentos e habilidades para formar lideranças de organizações sociais e econômicas da agricultura familiar; saber comunicar e liderar grupos; sensibilidade para o trabalho coletivo, seja para a organização produtiva, acesso a mercados e a produção cultural no campo (UFRRJ, 2020, p. 28).

5.2.3 O processo formativo durante o Tempo Escola

O projeto foi organizado em três grandes áreas: i) organização social; ii) produção, processamento e beneficiamento de alimentos e iii) acesso a mercados (UFRRJ, 2017). Isso leva a uma percepção de que, naquele momento, a equipe executiva tinha uma preocupação em proporcionar uma formação em agroecologia ancorada nas referidas grandes áreas. Classificamos a formação oferecida pelo projeto “Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro” em: i) formação social; ii) formação para a cidadania e iii) formação técnica.

Os temas abordados, as opções metodológicas, a carga horária, etc. deram conta de promover um processo formativo dentro da perspectiva agroecológica durante os TE's. A formação social perpassou pelos três TE's e contou com 15 momentos formativos, em que foram trabalhados 21 temas, para os quais, as opções metodológicas caminharam no sentido de proporcionar: aula expositiva; aula expositiva dialogada com produção de material, em que existe uma interação ativa entre o professor e os alunos na realização de uma tarefa (LIBÂNEO, 1990); roda de conversa, que é um momento dedicado ao debate sobre um determinado tema, nos quais os(as) participantes se reúnem formando um círculo (SOARES, 2023); instalação pedagógica, compreendida como um processo coletivo, onde objetos são reunidos e mediados pelas percepções sobre a experiência vivenciada por um grupo de pessoas (BIAZOTI, ALMEIDA e TAVARES, 2017); oficina; vivência, aqui entendida como oportunidade de

²⁸ O Sistema Integrado de Produção Agroecológica, conhecido como Fazendinha Agroecológica Km 47, é resultado de uma parceria entre a Embrapa Agrobiologia e Embrapa Solos, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o Colégio Técnico da UFRRJ (CTUR) e é localizada Seropédica-RJ. O espaço integra atividades de produção animal e vegetal sem o emprego de técnicas que representem impactos negativos de natureza ecotoxicológica. Ver <https://www.embrapa.br/agrobiologia/fazendinha-agroecologica/sobre>.

participar de experiência em uma ou várias situações de vida; apresentação em banner e atividade cultural, esta última destinada à produção, socialização e reflexão sobre expressões culturais diversas e à valorização da cultura dos sujeitos envolvidos no processo educativo, conforme apresentados no Quadro 15.

Quadro 15. Formação social – temas abordados.

TE1	Aula expositiva: Organização Social; Gestão Social; Controle Social, Participação em espaços públicos (conselhos municipais e colegiados territoriais)
	Aula expositiva, dialogada com produção de material: Desenvolvimento Local; Território e territorialidades; comunidades tradicionais
	Aula expositiva: Associativismo; Economia Solidária
	Aula expositiva, dialogada com produção de material: Cooperativismo
	Aula expositiva: Políticas públicas de direitos; Assistência Social no campo
	Aula expositiva: Ferramentas do Educador Agroecológico e Plano de Trabalho Metodologia FOFA.
TE2	Roda de conversa: Políticas públicas para juventude rural
	Roda de conversa: Turismo Rural
	Oficina: Cooperativismo
	Vivência: Construção do conhecimento agroecológico
TE3	Instalação pedagógica: Socialização sobre o primeiro Tempo Comunidade
	Roda de conversa: Análise de conjuntura sobre os rumos da agricultura familiar no novo governo
	Apresentação em <i>Banner</i> : Socialização da Formação dos(as) Jovens de Base
Atividade Cultural:	Cerimônia de formatura
	Confraternização e encerramento do projeto

Fonte: Relatório do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2020). Elaborado pela Pesquisadora, 2023.

Do total de temas trabalhados, podemos observar que 21% foram abordados de maneira expositiva; 16% em rodas de conversa; 10% em aulas expositivas, dialogadas com produção de material; 09% em atividades culturais, 05% por meio de instalação pedagógica, oficina, vivência e apresentação em banner. A maioria dos temas foi trabalhada de forma teórica, ou seja, temáticas relacionadas à organização social, formação de coletivos, participação em espaços decisórios, formação de lideranças etc., foram abordados de forma expositiva, não explorando opções metodológicas participativas para a construção do conhecimento ao longo processo formativo.

O projeto foi organizado tendo como uma das grandes áreas norteadoras a organização social, entretanto, ao analisarmos a carga horária dos TE's destinadas para essa formação, verificamos que a mesma pode ter sido insuficiente para atender uma das áreas norteadoras. Além disso, a opção metodológica de trabalhar alguns temas concentrados em um único encontro, pode ter fragilizado a formação, tanto em termos de conteúdo como relacionada à realidade das juventudes rurais participantes do projeto. As falas das juventudes indicam a fragilidade das aulas expositivas no processo ensino aprendizagem.

No próximo tempo escola gostaria que tivesse mais vivência com as culturas regionais e mais aula de campo, pois acho que aprendemos muitoooo com a prática (Jovem 13).

Gostaria que o tempo escola tivesse três semanas, no mínimo e, por favor, que sejam aulas práticas, pois as aulas em sala de aula dão sono e são cansativas (Jovem formadora 06).

A Figura 10 apresenta algumas atividades da formação social realizadas em janeiro e julho de 2018 e janeiro de 2019, visando mostrar algumas metodologias utilizadas para abordar os temas trabalhados.



Figura 10. Atividades realizadas na formação social: Foto 1: Aula expositiva dialogada, com produção de material. Foto 2: Roda de conversa sobre Construção do conhecimento agroecológico. Fonte: Relatório do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2020).

O Quadro 16 apresenta os temas debatidos relativos à formação para a cidadania. Nele encontramos temáticas que, podem sinalizar tanto a formação social, como também a formação para a cidadania, são elas: construção do conhecimento agroecológico; meio ambiente: contextualização teórica e conhecimento da realidade dos jovens; socialização do primeiro tempo comunidade; análise de conjuntura sobre os rumos da agricultura familiar no novo governo²⁹.

Quadro 16. Formação para a cidadania – temas abordados.

TE1	Acordos coletivos, integração e alteridade
	Seminário de abertura
	Dinâmica de integração com os tutores
	Aula expositiva, dialogada, com produção de material: Meio Ambiente: contextualização teórica e conhecimento da realidade dos jovens
	Oficina: Teatro do Oprimido – temas transversais: Gênero, Sexualidade e Identidade
	Aula prática: Equoterapia
	Cine debate sobre o filme: Terra Prometida
	Atividade Cultural: Poesias, RAP e sarau de poesias
	Atividade autogestionada: Noite da pizza
	Continua...

²⁹ Este tema foi referente à eleição presidencial ocorrida em 2018, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro.

Continuação do Quadro 16.

	Acordos coletivos, integração e alteridade Vivência: Construção do conhecimento agroecológico Atividade autogestionada: Noite da pizza. Roda de conversa: Membros do Grupo de Agricultura Ecológica (GAE/UFRRJ). Atividade Cultural: Roda de Samba, Capoeira Atividade Cultural: Poesia
TE2	Instalações pedagógicas: Socialização sobre o primeiro Tempo Comunidade Aula expositiva, dialogada, com produção de material: Meio Ambiente: contextualização teórica e conhecimento da realidade dos jovens Cine debate sobre o filme: O veneno está na mesa Atividade autogestionada: Festa Julina Atividade autogestionada: Noite da pizza
TE3	Acordos coletivos, integração e alteridade Roda de conversa: Análise de conjuntura sobre os rumos da agricultura familiar no novo governo Atividade autogestionada: Noite da pizza Atividade autogestionada: Mostra de Vídeo Roda de conversa: Socialização das experiências dos jovens formadores ao longo do projeto Vivência: Banho de lama Vivência: Plantio de árvores

Fonte: Relatório do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro. Elaborado pela Pesquisadora, 2023.

Ao analisar a formação para a cidadania durante os TE's, identificamos 27 momentos formativos, nos quais foram desenvolvidos 21 temas e, para dar conta deles foram utilizadas as seguintes metodologias: acordos coletivos, integração e alteridade que são “princípios coletivos que orientam as práticas individuais e compartilham as tarefas de cuidado com o processo” (BIAZOTI, ALMEIDA e TAVARES, 2017, p. 31); seminário; dinâmica de integração que consistiu em reunir o grupo para a realização de atividades nas quais elas interagiam entre si, visando o desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas para fortalecer das relações interpessoais; aula expositiva, dialogada com produção de material; oficina; aula prática; e cine debate entendido como um momento para reflexão sobre um filme, documentário, etc., que favoreceu a aproximação de uma produção audiovisual com o processo formativo, propiciando o aprofundamento dos temas discutidos; atividade cultural; atividade autogestionada, organizadas de forma de livre, autônomas, sob a responsabilidade das juventudes participantes do projeto; vivência; roda de conversa; e instalação pedagógica.

Dos 21 temas desenvolvidos, percebemos que 19% da formação foram através de atividades autogestionada, 14% foram por meio de vivências, atividades culturais, acordos coletivos, integração e alteridade; 09% com aula expositiva dialogada, com produção de material e cine debate; 05% por meio de seminário, dinâmica de integração, oficina, roda de conversa e instalação pedagógica. Podemos dizer que existiu nessa formação uma maior diversidade metodológica, com atividades participativas, envolvendo diretamente as juventudes rurais. Dessa forma, a opção metodológica da formação para a cidadania nos remete a concepção freireana sobre promover uma educação dialógica, horizontal e contextualizada, envolvendo todos os atores sociais no processo, além de estabelecer diálogo com os princípios da agroecologia.

No decorrer do projeto ocorreram situações de conflito³⁰ que oportunizaram as juventudes em identificar o problema e buscar soluções através de debates e reflexões na busca de solução que contribuíram para promover uma formação para a cidadania, por meio do envolvimento e participação efetiva das juventudes. Além disso, essas situações oportunizaram, também, uma maior integração entre as juventudes, aproximando, estabelecendo relações, criando laços de confiança e fortalecendo o grupo. Pela importância desses momentos, houve a inclusão de atividades autogestionadas que foram desenvolvidas pelas juventudes no cronograma dos demais Tempos Escola, como a “Noite da pizza”, Festa Julina³¹ e Mostra de Vídeo³².

A participação das juventudes em identificar e solucionar uma situação de conflito pode ter sido uma condição básica para a consolidação da identidade – entendida como sentimento compartilhado de pertencimento. Uma das possibilidades de construção da identidade desse grupo de jovens pode ter sido resultado das experiências vivenciadas ao longo do projeto, fazendo com que pudessem consolidar a percepção do fato de que, apesar das diferenças e divergências, também apresentavam afinidades e interesses comuns para o benefício da coletividade. Também podemos dizer que a formação para a cidadania estabeleceu um diálogo muito próximo com os princípios da agroecologia ao valorizar as experiências vivenciadas pelas juventudes para a construção do conhecimento.

A Figura 11 apresenta algumas atividades da formação para a cidadania realizadas durante os TE's em janeiro e julho de 2018 e janeiro de 2019, visando mostrar como os temas eram abordados e quais metodologias eram utilizadas.



Figura 11. Atividades realizadas na formação para a cidadania: Foto 1: Vivência – Plantio de árvore. Foto 2: Oficina sobre Equoterapia. Fonte: Relatório do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2020).

A formação técnica contou com 27 momentos de formação, onde foram trabalhadas 27 temáticas diversas, abordando desde a produção de alimentos até o consumo. As metodologias utilizadas durante essa formação foram: vivência, palestra, oficina, aula expositiva, visita de campo, aula prática, roda de conversa, orientação com tutores(as) e seminário. Identificamos no Quadro 17 que a opção metodológica foi direcionada para realização de atividades de caráter

³⁰ Episódio em que um grupo de jovens comprou pizza por *delivery*, causando constrangimento entre os demais jovens, sinalizando que quem tinha dinheiro poderia ter acesso a outra alimentação do que a oferecida pelo projeto.

³¹ Evento onde todas as tarefas foram organizadas pelas juventudes: preparo das comidas típicas, decoração do espaço, construção da fogueira, organização e realização da quadrilha e demais brincadeiras realizadas durante a festa, bem como, desmontagem da decoração, limpeza do espaço, higienização das vasilhas e cozinha após o evento. Coube à equipe executiva viabilizar recursos financeiros e possibilitar a autonomia das juventudes para que pudessem realizar a festa julina.

³² Apresentação de um documentário sobre a agricultura familiar produzido por uma jovem do projeto. O vídeo foi um momento de socialização do projeto de viabilidade econômica sustentável elaborado pela jovem.

prático, em que 18% da formação foi cumpridas através de oficinas; 15% no formato de seminários; 11% em visitas de campo e rodas de conversa; 07% em vivências e palestras; e 04% em aula expositiva, orientação com tutores(as) e aula prática.

Quadro 17. Formação técnica: temas abordados e carga horária.

TE1	Vivência: Manejo das áreas agroflorestais da UFRRJ Vivência Agroecológica: áreas dos grupos de extensão da UFRRJ Palestra: História da Fazendinha Agroecológica km 47 Palestra: Certificação de produtos orgânicos Oficina: Beneficiamento de jaca Oficina: Beneficiamento do açaí
TE2	Oficina: Produção de mudas de hortaliças Oficina: Agentes naturais de controle biológico Oficina: Insumos para fitossanidade Oficina: Fruticultura: banana e maracujá Oficina: Sistema Agroflorestal (SAF) Oficina: Homeopatia na produção animal Aula expositiva – Produção animal: abelhas Visita de campo – Produção animal: caprino, suíno Aula prática: Processamento e beneficiamento de alimentos Roda de conversa: Princípios da Agroecologia e Produção Orgânica Roda de conversa: Agrotóxicos e os efeitos na saúde humana e no meio ambiente
TE2	Roda de conversa: Estratégias de comercialização Visita de Campo: Agrobiodiversidade e manejo de agroecossistema Visita de Campo: áreas de produção de hortaliças da Fazendinha Agroecológica km47 Oficina: Geoprocessamento na agroecologia Orientação com tutores: Elaboração do projeto de viabilidade econômica sustentável
TE3	Oficina: Bioconstrução Seminário: Projetos de viabilidade econômica sustentável – Produção vegetal Seminário: Projetos de viabilidade econômica sustentável – Produção Animal; Ecoturismo; Saneamento Seminário: Projetos de viabilidade econômica sustentável – Comercialização Seminário: Projetos de viabilidade econômica sustentável – Beneficiamento e Processamento de produtos

Fonte: Relatório do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro. Elaborado pela Pesquisadora, 2023.

Percebemos, aqui, que ao longo do processo formativo dos TE's, houve uma mudança relacionada às metodologias utilizadas, inicialmente, com opções de atividades formativas de caráter expositivo e, ao final, com atividades práticas. Isso pode ser confirmado nos TE2 e TE3, onde as atividades organizadas se concentraram em metodologias nas quais as juventudes participavam de forma efetiva.

A Figura 12 apresenta algumas atividades da formação técnica, visando mostrar como

os temas eram abordados e quais metodologias eram utilizadas.



Figura 12. Atividades realizadas na Formação Técnica: Foto 1: Oficina sobre Sistema Agroflorestal (SAF). Foto 2: Aula prática sobre processamento de alimentos. Fonte: Relatório do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2020).

Outro instrumento utilizado durante a formação nos TE's foi o caderno de discussão: agroecologia e juventudes, objetivando dar apoio às atividades de formação, em que os educadores do projeto produziram textos que foram usados como texto referência para os(as) jovens formadores, conforme Quadro 18.

Quadro 18. Títulos dos textos do Caderno de Discussão: agroecologia e juventudes.

Parte 1: Organização Social	Gestão e Controle Social
	Participação Social e Conselhos de Desenvolvimento
	Desenvolvimento Local, Território e Comunidades Tradicionais
	A Assistência Social como Política Pública de Direitos
	Associativismo
	Cooperativismo e Economia Solidária
Parte 2: Construção do conhecimento agroecológico, Meio Ambiente e Processos Formativos	Juventudes e Ancestralidade + Comunicação e Cultura: Diálogos e Sinergias possíveis no fortalecimento das identidades e dos territórios simbólicos da agroecologia Agroecologia e Produção Orgânica: Princípios Educação Ambiental e Agricultura Familiar Ferramentas de Campo do Educador Agroecológico
Parte 3: Da Produção ao Consumo	Produção de Mudas Orgânicas de Hortaliças Cultivo Orgânico de Hortaliças com Fertilização de Origem Vegetal Fertilizantes e Substratos Orgânicos Horta Agroflorestal Agroindústria Familiar: Processamento de Frutas (Geleias) Turismo Rural e suas interfaces sociais

Fonte: Caderno de Discussão: agroecologia e juventudes. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ, 2019. Adaptado pela Pesquisadora, 2023.

De acordo com as dimensões da agroecologia, percebemos nos 16 temas dos textos do caderno de discussão as dimensões com maior enfoque foram a dimensão social (69%), seguida pelas dimensões ambiental e econômica (56%); técnica (50%); política e escala (44%); energética (31%); administrativa (25%) e cultural (19%) dos temas. Já sobre as atividades desenvolvidas durante os TE's, a agroecologia, também, foi trabalhada em todas as suas dimensões. Foram ministrados 70 temas e a dimensão da agroecologia com maior destaque foi a ambiental (61%); seguida pelas dimensões social (57%), técnica (54%), energética (41%), econômica (38%), cultural (33%), política (28%), escala (27%) e administrativa (23%). A dimensão ética foi tratada de forma transversal a todos os temas abordados.

Embora o projeto tenha proporcionado formação envolvendo todas as dimensões da agroecologia, verificamos que suas dimensões ambiental (61%) e social (57%) tiveram maior destaque, sendo que a maior parte das temáticas relacionadas à dimensão social ficou concentrada no TE1, podemos dizer que o projeto deixou a desejar com relação às expectativas das juventudes participantes.

Sobre as metodologias das aulas, acho necessário pensarmos sobre essas falas que foram muito acadêmicas, o que impossibilitou e dificultou o entendimento das pessoas (Jovem 16).

Acredito que faltou um pouco mais do quesito de entender que ainda é um pouco de difícil pra nós as questões técnicas que foram abordadas, ainda estamos em processo de formação e temos muita dificuldade de entender quando o assunto é abordado de maneira tão formal (Jovem 18).

Falas como essas na ocasião do projeto, contribuíram para que a equipe executiva levasse em consideração o que as juventudes estavam apontando e, conforme identificado no relatório do projeto em questão (UFRRJ, 2020), a estratégia de ter incluído as juventudes nos processos de tomadas de decisões para a construção dos demais tempos formativos, estabelecendo uma relação dialógica e horizontal entre todos os atores: jovens, coordenação, tutores, docentes, pesquisadores e demais colaboradores, nos remete a concepção de educação defendida por Freire (1997), onde o educador aprende ao ensinar e o educando ensina ao aprender e possibilitou trabalhar as dimensões da agroecologia na prática.

Quando analisamos cada formação individualmente, percebemos que a formação social concentrou temas relacionados às seguintes dimensões da agroecologia: social, política e administrativa, enquanto na formação para a cidadania as dimensões cultural, social e ambiental tiveram maior ênfase, e na formação técnica as dimensões ambiental, econômica e social tiveram maior destaque durante os TE's. Dessa forma, nos TE's foram realizadas atividades que atenderam as dimensões da agroecologia, com a compreensão de que ela:

não é apenas um corpo de conhecimentos úteis, passíveis de serem aplicados, mas se configura como prática social... luta política, prática dos movimentos sociais populares do campo... cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional (GUHUR e TONÁ, 2012, p. 62).

A carga horária é um quesito importante a ser considerado em um processo formativo para as juventudes rurais, dentro da perspectiva agroecológica. Assim, considerando às quase 288 horas de atividades, 20% foram voltadas para a formação social, 31% para a formação para a cidadania e 49% para a formação técnica.

Embora o projeto tenha sido ancorado em três grandes áreas, conforme mencionado anteriormente, identificamos aqui que as áreas que concentraram maior carga horária de

formação foram a segunda e terceira grande área norteadora do projeto: produção, processamento e beneficiamento de alimentos, e acesso a mercado, dentro da formação técnica. Já a área referente à organização social, contou com a menor carga horária e ficou distribuída nos três TE's.

5.2.4. Avaliação dos Tempos Escola

Ao final do TE1 e TE2 as juventudes realizaram avaliação da formação, que elucida as reflexões acerca da formação social, formação para a cidadania e formação técnica. A concentração de aulas expositivas na formação social pode ser percebida e confirmada na avaliação sobre o processo pedagógico, na qual foram considerados os seguintes itens: temas abordados, metodologia utilizada, material didático e educadores, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4. Avaliação do processo pedagógico dos TE's.

Itens avaliados	Excelente		Muito Bom		Bom		Regular		Ruim	
	TE1	TE2	TE1	TE2	TE1	TE2	TE1	TE2	TE1	TE2
Temas abordados	34%	50%	33%	42%	29%	08%	04%	00%	00%	00%
Metodologia utilizada	19%	42%	26%	45%	34%	13%	21%	00%	00%	00%
Material Didático	11%	53%	43%	29%	24%	18%	22%	00%	00%	00%
Educadores	64%	53%	25%	42%	09%	05%	02%	00%	00%	00%

Fonte: Relatório do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

Podemos perceber que na avaliação feita sobre o TE1, embora a maioria dos(as) respondentes tenham considerado os(as) educadores excelentes e o material didático muito bom, isso não se refletiu na metodologia usada e nos temas abordados, onde a maioria considerou bom, também encontramos muito bom e regular. Cabe destacar que nenhum item foi considerado ruim, entretanto, é de suma importância que a linguagem e o conteúdo utilizados no processo pedagógico sejam apresentados de forma que os(as) participantes se sintam envolvidos e “seduzidos” pelo que está sendo ministrado, conforme pode ser percebido nas falas das juventudes em relação ao primeiro tempo escola.

Poderiam ter usado uma linguagem mais informal, simplificando os termos técnicos para facilitar o entendimento geral (Jovem 19).

Os temas nas aulas poderiam ter sido mais na “língua rural”. Usar palavras de fácil entendimento. A metodologia das aulas poderiam ter sido mais dinâmica (Jovem 17).

Para dar conta de proporcionar uma formação que atendesse às demandas, anseios e necessidades das juventudes, a equipe executiva organizou dois momentos de formação, um com os(as) tutores do projeto e outro com os pesquisadores da Embrapa Agrobiologia que participaram como educadores do projeto, visando refletir sobre conceitos e conteúdos abordados durante o TE1 e, alinhar os conhecimentos aos interesses e perfil dos(as) jovens (Figura 13).

De acordo com o Relatório do projeto em questão (UFRRJ, 2020, p. 20), “esse momento trouxe mais clareza para ambas as partes e inspirou possibilidades metodológicas diferenciadas e interativas para melhor aproveitamento do tempo e das experiências da Fazendinha Agroecológica km 47”, daí da importância de promover uma formação contextualizada, de acordo com os interesses do público beneficiado.



Figura 13. Formação com tutores(as) do projeto e pesquisadores da Embrapa-agrobiologia.

Fonte: Relatório do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro, 2020.

O segundo tempo escola objetivou trabalhar temas voltados para:

diversificação e transição agroecológica; beneficiamento e processamento de alimentos; construção de conhecimentos agroecológicos; além de apresentar uma visão crítica e reflexiva sobre o mundo rural e os modelos de desenvolvimento em disputa na sociedade brasileira (UFRRJ, 2020, p. 21).

O TE2 teve foco em atividades de cunho prático. Essa opção metodológica pode ser percebida nas avaliações sobre este tempo formativo, onde é possível perceber que os(as) respondentes consideraram os temas abordados, o material didático e os(as) educadores excelentes e a metodologia usada muito boa, diferindo do TE1. Os dados relevam que a construção do conhecimento por meio de iniciativas práticas teve uma maior aceitação por parte das juventudes rurais, refletidos na avaliação sobre o processo pedagógico e, ainda, traduziram o envolvimento das juventudes e uma construção do conhecimento mais atrativa.

Percebemos no relatório do projeto em questão (UFRRJ, 2020) que a avaliação serviu de base norteadora para a construção dos tempos formativos seguintes. Essa situação evidencia a complexidade de promover um processo formativo dentro da perspectiva agroecológica e isso passa pelos itens avaliados no processo pedagógico.

5.2.5. O processo formativo durante o Tempo Comunidade

Os Tempos Comunidades (TC's) foram realizados no período de fevereiro a junho (TC1) e de agosto a dezembro de 2018 (TC2), com o objetivo de i) fazer um levantamento sobre as potencialidades das comunidades envolvidas no projeto, identificando em cada localidade aspectos técnicos, sociais, ambientais; ii) selecionar e promover a formação dos(as) jovens de base; iii) definir os temas; e elaborar os projeto de viabilidade econômica sustentável (UFRRJ, 2020).

A carga horária destinada aos TC's foi de 60 horas para cada tempo formativo, entretanto, identificamos, aqui, que para atender aos objetivos desse tempo formativo, a carga horária executada superou a demanda inicial e foi de 80 horas em cada tempo formativo, onde os(as) jovens formadores tiveram orientação e acompanhamento dos(as) tutores(as) e coordenadores regionais por meio de visitas in loco ao longo dos TC's. Identificamos, ainda, que para dar conta de atender aos objetivos dos TC's, a coordenação do projeto articulou parcerias com nove instituições locais (UFRRJ, 2020), conforme apresentado na Quadro 19.

Quadro 19. Instituições parceiras do projeto durante os TC's.

Paracambi	Escola Municipal Terra de Educar Secretaria Municipal de Agricultura
Nova Friburgo Nova Iguaçu	Centro Educacional Familiar de Formação por Alternância Rei Alberto I Colégio Estadual São Cristóvão
Magé	Escola Professora Alda Bernardo dos Santos Tavares Centro de Ensino Integrado Barão de Langsdorffão
Paraty Teresópolis Lídice	Secretaria Municipal de Educação Centro Universitário Serra dos Órgãos Prefeitura Municipal

Fonte: Relatório do projeto “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro” (2020). Adaptado pela Pesquisadora, 2023.

A formação dos(as) jovens de base visou estabelecer uma sensibilização dos mesmos para o engajamento e atuação no campo da agroecologia (UFRRJ, 2020) e as instituições parceiras disponibilizaram espaços, estrutura e estudantes para o desenvolvimento das atividades de mobilização dos(as) jovens de base e, também, para a realização das atividades de formação destes jovens.

Ao final do TC1 as juventudes realizaram avaliação do processo formativo, considerando os seguintes itens: temas abordados nos encontros; metodologias utilizadas durante o tc1; atividades desenvolvidas nos encontros coletivos; e as atividades desenvolvidas nas visitas individualizadas, conforme apresentada na Tabela 5.

Tabela 5. Avaliação do processo pedagógico do TC1.

Itens avaliados	Excelente	Muito bom	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Temas abordados nos encontros	53%	33%	14%	00%	00%	00%
Metodologias utilizadas	20%	60%	13%	07%	00%	00%
Atividades desenvolvidas nos encontros coletivos	47%	46%	00%	07%	00%	00%
Atividades desenvolvidas nas visitas individualizadas	40%	47%	13%	00%	00%	00%

Fonte: Relatório do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

Os temas abordados nos encontros durante o TC1 foram os mais bem avaliados pelas juventudes, dos quais 53% dos(as) respondentes consideraram excelentes, seguidas pelas atividades desenvolvidas nos encontros coletivos (47%) que também foram consideradas excelentes pela maioria dos respondentes. As metodologias utilizadas (60%) e as atividades desenvolvidas nas visitas individualizadas (40%) foram consideradas muito boas e nenhum(a) respondente considerou os itens avaliados ruim ou péssimo. Essa avaliação foi usada para identificar as dificuldades e para planejar novas ações tanto para a formação dos(as) jovens de base, como para os projetos de viabilidade econômica sustentável (UFRRJ, 2020).

Os(as) jovens formadores que estavam matriculados em escolas e estudando regularmente tiveram maior facilidade em mobilizar e realizar a formação dos jovens de base, pois desenvolveram as atividades em suas escolas. Já os jovens que não estavam estudando tiveram muita dificuldade de mobilizar os(as) jovens de suas localidades e de realizar a formação para os(as) jovens de base. Essas situações nos provocam os seguintes questionamentos: i) as juventudes das comunidades não se interessaram em participar da

formação; ii) as juventudes não tinham tempo de participar devido ao trabalho; e iii) nas comunidades não tinham jovens (UFRRJ, 2020). Além disso, há um outro aspecto a ser considerado, as dificuldades para motivação dos(as) jovens de base é essencialmente maior, uma vez que eles(as) não tiveram acesso a todos os recursos que os jovens formadores tiveram. Dessa forma, as dificuldades encontradas pelos jovens formadores para mobilizar outros(as) jovens em suas comunidades durante o projeto, apontam para questões fundamentais sobre a realidade de cada comunidade que contribuem para o planejamento, elaboração e implementação de políticas públicas pautadas em uma realidade concreta.

A socialização da formação dos(as) jovens de base foi realizada durante o TE3, na oportunidade os jovens formadores apresentaram os banners confeccionados por eles e onde estavam descritas as atividades que eles desenvolveram com os jovens de base e como se deu a formação (UFRRJ, 2020).

A Figura 14 apresenta algumas atividades realizadas como estratégias para envolver as comunidades e mobilizar os(as) jovens de base e apresenta, ainda, atividades organizadas e ministradas pelas juventudes participantes do projeto – jovens formadores.



Figura 14. Momentos mobilização e formação dos(as) jovens de base. Foto 1: Formação dos(as) jovens de base em Paracambi. Foto 2: Encontro para formação política, Campos dos Goytacazes. Fonte: Relatório do projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro (2020).

Paralelamente às atividades realizadas ao longo dos TC's, foi oportunizado aos(as) jovens participar, de acordo com seus interesses, de eventos que não estavam previstos no projeto e, conforme relatório do projeto em questão (UFRRJ, 2020), as juventudes participaram de vários eventos, de coletivos, estágios extracurriculares, a saber: i) Seminário Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica³³; ii) Comitê da Juventude do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande³⁴; iii) Green Rio³⁵; iv) Caravana Territórios contra o Racismo

³³ Evento realizado na UFRRJ, em abril de 2018, UFRRJ, com participação de agricultoras, agricultores, estudantes, pesquisadores, professores e jovens de diversas regiões do estado. As juventudes do projeto foram convidadas a participar da Mesa “A Juventude Vivenciando a Agroecologia” (UFRRJ, 2020).

³⁴ Após o TE1 os(as) jovens da Baía da Ilha Grande foram convidados(as) a participar do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande, os jovens do projeto participaram de algumas reuniões do colegiado, mas a participação não chegou a se efetivar, de fato (UFRRJ, 2020).

³⁵ Participação de duas jovens da Região Serrana no estande da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), durante a 7º edição do Green Rio, realizado em maio de 2018, na Marina da Glória, Rio de Janeiro. Na ocasião, as jovens apresentaram o trabalho que faziam com produção de salgados a partir da polpa da fruta da jaca, sendo comercializado na Feira Agroecológica de Teresópolis. As jovens iniciaram este após a oficina de processamento e beneficiamento da fruta durante o TE1 (UFRRJ, 2020).

Ambiental³⁶; v) IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)³⁷; vi) Estágio na Fazendinha Agroecológica km 47³⁸.

Durante o tempo comunidade aprendemos a nos organizar, a nos abrir para novas experiências de trabalho. Organizamos um almoço agroecológico na Feira de Teresópolis para arrecadar fundos para o IV ENA, onde realizamos uma oficina para ensinar a fazer e preparar a carne de jaca que aprendemos no 1º Tempo Escola do projeto, na UFRRJ. Com o sucesso da oficina de Teresópolis, fomos convidadas, pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, para participar da 7º edição do Green Rio, onde participamos no estande institucional com a oficina de carne de jaca e representamos o projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro. Nos sentimos lisonjeadas e agradecidas pelo convite (Jovem 20).

O ENA foi um momento único, eu me emocionei em falar o quanto importante participar desse encontro foi para mim, primeiro que foi um desafio, estar em outro Estado pela primeira vez já foi incrível e o evento em si, que tinha pessoas do Brasil todo, pessoas que estavam ali pra contar suas experiências, foi lindo, foi maravilhoso (Jovem 13).

As iniciativas oportunizadas e as falas das juventudes revelam que a equipe executiva não ficou limitada a proporcionar uma formação restrita aos conteúdos programáticos do projeto, e identificamos que as juventudes tiveram oportunidades de aprofundar, consolidar e ampliar os conhecimentos adquiridos ao longo da formação por meio dessas experiências. Desse modo, entendemos que, ao refletir sobre as políticas públicas para as juventudes rurais orientadas pela perspectiva agroecológica, é necessário levar em consideração a participação em eventos e espaços que vivenciam a agroecologia, ou seja, conhecer experiências concretas para consolidar os conhecimentos adquiridos. Também chama a atenção o fato da equipe executiva fazer a articulação com organizações que atuam com a agroecologia e oportunizar aos jovens essas experiências evidenciando, com isso, a importância de ter uma equipe com conhecimentos e vivências nessa área.

Outra atividade realizada durante os TC's foi a elaboração dos projetos de viabilidade econômica sustentável. "Cada jovem formador(a) escolheu um tema que foi abordado durante a formação para elaboração do projeto, o tema de acordo com o interesse dos(as) jovens formadores. Esses trabalhos foram apresentados durante o TE3" (UFRRJ, 2017, p. 27). Foram elaborados 29 projetos, sendo 20 projetos individuais e os demais coletivos. Como pode ser verificado no Quadro 20, os projetos traduziram os temas que as juventudes rurais tiveram maior interesse ao longo do processo formativo, como: produção vegetal (plantas medicinais, Sistema Agroflorestal, sementes e mudas, etc.), processamento de alimentos (bolos, alimentação saudável, agroindústria), turismo (rural, de experiência, de natureza), tecnologias digitais e audiovisuais (cinema e mídias digitais), compostagem, produção animal, saneamento e gestão, respectivamente.

³⁶ O projeto foi convidado a participar da caravana organizada pelo Instituto de políticas Alternativas para o Cone Sul (Instituto PACS) e realizada maio de 2018, no Rio de Janeiro. A caravana visitou quintais agroecológicos em Magé; Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias; Santa Cruz, na cidade do Rio e Quilombodo Campinho, em Paraty. O projeto foi representado por um jovem do território BIG.

³⁷ Quatro jovens formadores do projeto participaram do IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em Belo Horizonte-MG, em maio de 2018. Eles participaram de espaços destinados às juventudes e as comunidades tradicionais.

³⁸ Três jovens estagiaram como voluntários na Fazendinha Agroecológica km 47 e durante quatro meses puderam aprofundar os conhecimentos adquiridos durante o TE1 nas áreas de produção vegetal e produção animal.

Quadro 20. Títulos dos projetos de viabilidade econômica sustentável.

BIG	Produção de mudas de plantas medicinais em estufa Turismo rural de base sustentável na Serra do Piloto, Mangaratiba Turismo rural na Serra do Matoso Implantação participativa do turismo de natureza em Lídice, Rio Claro Produção, beneficiamento e venda de cogumelos São Gonçalo – Rancho: turismo rural, comunidade tradicional e alimentação saudável Plantas Medicinais na escola Melhoria do saneamento por meio do uso do Banheiro Seco Produção e comercialização de fitoterápicos e fitocosméticos do Assentamento de Campo Alegre, Nova Iguaçu Produção e comercialização de composto de pseudocaule de banana na região de Magé Manejo e comercialização de frutas agroecológicas produzidas no Centro de Ensino Integrado Agroecológico, em Magé
Baixada	Produção e comercialização de sementes pré-germinadas de palmeira pupunha, Magé Comercialização coletiva de produtos agroecológicos, por meio de suporte de mídias digitais e de feiras locais em Queimados e Nova Iguaçu Reimplantação da horta escolar em mandala associada à implantação de sistema agroflorestal, em Paracambi-RJ Cozinha industrial e beneficiamento agroecológico Produção de bolos caseiros para geração de renda Métodos alternativos para o manejo sustentável
Serrana	Comparação entre diferentes tipos de compostagem visando produção de mudas para a agricultura familiar Turismo rural de experiência O cinema como instrumento de divulgação e fortalecimento da feira agroecológica de Teresópolis Oficina de alimentação saudável e turismo rural Implantação de colmeias de abelhas sem ferrão Diversidade agrícola – SAF Horta medicinal Produção de fitoterápicos: terra viva
Norte	Transição agroecológica e a adubação verde Agroindústria, juventude e geração de renda Gestão de renda para a juventude e agroindustrialização SAF = alimentos + floresta

Fonte: Relatório do projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro. Adaptado pela pesquisadora, 2023.

É importante observar que 23 temas dos projetos de viabilidade econômica sustentável foram ministrados durante o TE2. Podemos dizer que esse tempo formativo foi direcionado para questões técnicas e teve a maior carga horária da formação. Evidencia também a importância de processos formativos contextualizados, dialógicos e com uso de metodologias

participativas. A apresentação dos projetos de viabilidade econômica sustentável foi realizada por meio de seminários durante o TE3.

5.2.6. Análise crítica sobre o projeto: desafios encontrados e resultados alcançados

Ao analisar uma experiência de política pública para as juventudes rurais, nesse caso o projeto “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro”, foram identificados inúmeros desafios. Para tanto, enumeramos e analisamos cinco questões que consideramos condicionantes e estruturantes para a execução deste projeto:

- i) equipe executiva;
- ii) estrutura (alojamento, transporte e alimentação);
- iii) pedagogia da alternância;
- iv) diversidade das juventudes;
- v) recursos financeiros. Vamos discorrer sobre cada uma separadamente, embora entendêssemos que estas questões estavam interligadas.

Para desenvolver uma análise sobre a equipe executiva do projeto, é preciso olhar e contextualizar a formação do grupo. Identificamos no relatório do projeto em questão (UFRRJ, 2020) que a responsabilidade acerca da coordenação do projeto foi dividida entre um docente e uma técnica administrativa, uma coordenação geral (docente), que assumiu questões administrativas burocráticas, e a coordenação pedagógica (técnica administrativa), que ficou responsável por conduzir e articular a construção do processo formativo. Aí encontramos o primeiro desafio, pois o projeto teve à frente da coordenação uma técnica administrativa que, apesar dos conhecimentos e experiências na área, teve que lidar e superar as assimetrias de poder entre docentes e técnicos, lindando com situações de insubordinação. No entanto, o projeto trouxe a possibilidade de uma servidora técnica conduzir um projeto complexo de forma tão competente e qualificada. Apesar desses desafios, a equipe de base (tutores³⁹, estagiários) deu o suporte necessário à coordenação pedagógica para que o projeto pudesse chegar ao final com os produtos esperados.

Com relação à estrutura (alojamento, transporte e alimentação), a universidade não dispunha de espaços destinados às ações de extensão que envolviam a comunidade externa. Para o alojamento foi necessário adaptar o Centro de Atenção Integral de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CAIC) – Paulo Dacorso Filho para esta finalidade.

Para o deslocamento dos 56 jovens para a UFRRJ durante os TE's, o projeto necessitou fazer um planejamento de logística envolvendo o Setor de Transportes da universidade, dispondo somente de uma Van para o transporte dos jovens, havendo a necessidade de negociar e articular com outros setores da instituição para agendamento e, em cada tempo escola, foi preciso retomar essas negociações.

Sobre a alimentação, o Restaurante Universitário (RU) estava funcionado com serviço de “quentinhos” através de empresa contratada e a alimentação tinha pontos críticos a serem observados relacionados à segurança do alimento, como: transporte inadequado, recipientes de acondicionamento das “quentinhos” inadequados (isopor), necessidades nutricionais contempladas parcialmente pelo cardápio e, ainda, sintomas aparentes de intoxicação alimentar em alguns jovens usuários do refeitório.

Estas situações tornaram-se desafiadoras para a administração da UFRRJ na época do

³⁹ Selecionados por meio do Edital nº 01/2017 – Reitoria/UFRRJ. Seleção pública para concessão de bolsas de tutoria doprojeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro.

projeto, que limitavam a realização desta ação de extensão que necessitava da estrutura da universidade para atender a comunidade externa, especialmente, alojamento, transporte e alimentação.

Considerando a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), a extensão universitária se desenvolve para aprofundar o papel das instituições de ensino superior como sujeitos de transformação social, a partir de seus princípios:

- i) interação dialógica com a sociedade;
- ii) busca do maior impacto e da maior eficácia social das ações e
- iii) afirmação dos compromissos éticos e sociais da universidade. No entanto, a experiência do projeto mostrou necessidade de mais investimentos para que a extensão tivesse um maior protagonismo.

Essas situações nos provocam alguns questionamentos: qual a contribuição da universidade para atender os princípios da Política Nacional de Extensão? Como pensar no fortalecimento da extensão através de mais investimentos em questões que são primordiais para que ela aconteça? Qual o lugar da extensão no tripé ensino, pesquisa e extensão?

Outro desafio sobre a execução do projeto foi a pedagogia da alternância. É importante dizer que a pedagogia da alternância foi, em si, um desafio por requerer uma compreensão mais ampliada do processo formativo, no qual a formação se deu não somente em locais da educação formal, mas, também e especialmente, por meio das experiências e vivências que os atores sociais construíram ao longo da sua trajetória de vida. Dessa forma, exigiu reunir e dialogar com diversos atores sociais para construir uma formação alinhada com a pedagogia da alternância e em acordo com a realidade dessas juventudes. Os debates de ideias, disputas e discussões que surgiram foram necessários e mostraram que nos processos democráticos de decisão o conflito emergia e, quando isso acontecia, ajudava a elucidar e consolidar as decisões.

Na maioria das vezes as decisões eram tomadas por meio do consenso, com a participação efetiva de todas as pessoas envolvidas: jovens, coordenadores, tutores, estagiários e colaboradores (Equipe executiva 02).

A última questão identificada foi relacionada à diversidade das juventudes, no que diz respeito à convivência entre os(as) jovens ao longo do projeto. Foram 56 jovens de várias regiões do estado do Rio de Janeiro, com culturas, valores e costumes diferentes reunidos para conviver num mesmo espaço (alojamento).

Foi preciso compreender que cada um(a) carregava uma história de vida e, para tanto, os acordos coletivos estabelecidos contribuíram para deixar a convivência harmônica. O processo formativo também se deu nestes espaços e a estratégia foi ter uma equipe interdisciplinar com o entendimento de que a formação é um processo dialógico e foi por meio do diálogo que os conflitos, quando aconteciam eram resolvidos (Equipe executiva 01).

Com relação aos resultados alcançados, a meta de formação do projeto era a capacitação de 60 jovens formadores e estes formariam outros jovens em suas comunidades por meio da metodologia “jovem forma jovem”, totalizando 900 jovens, conforme recomendação da chamada pública (MDA, 2017). Entretanto, identificamos que 56 jovens iniciaram o projeto (matriculados), mas, ao longo da formação aconteceram evasões. Assim, do total de jovens que iniciaram a formação, 40 concluíram o projeto, ou seja, o projeto teve uma evasão de 28% dos(as) jovens. Os motivos apurados foram:

- i) não se adequou a proposta formativa;
- ii) problemas de saúde na família;
- iii) desinteresse; e
- iv) problemas de relacionamento com o coordenador regional.

Ainda de acordo com a coordenação, a estratégia usada para resgatar os(as) desistentes foi por contato telefônico, mensagens de WhatsApp e visitas nas residências para dialogar sobre a possibilidade de retorno ao projeto, mas nenhuma dessas estratégias tiveram sucesso (UFRRJ, 2020). Os 40 jovens formadores que concluíram o projeto conseguiram multiplicar os conhecimentos adquiridos para, aproximadamente, 391 jovens em suas localidades. O projeto não alcançou a meta da chamada pública, mas atingiu um total de 431 jovens de forma direta (UFRRJ, 2020). Além disso, identificamos iniciativas que podem ser caracterizadas como resultados e desdobramentos do projeto:

- i) participação na Feira Junta Local⁴⁰, onde as juventudes vivenciaram uma experiência de comercialização de seus produtos;
- ii) aprovação de seis jovens no vestibular da UFRRJ para os cursos de: Engenharia Agronômica, Ciências Biológicas, Letras e Licenciatura em Educação do Campo;
- iii) aprovação de um jovem no vestibular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, campus Paracambi, no curso de Gestão Ambiental;
- iv) aprovação de uma jovem no curso técnico de Agropecuária na Escola Estadual Agrícola de Cambuci, na região Norte do estado;
- v) indicação por parte do MST-Rio de dois jovens para fazerem o curso técnico em Agroecologia, no interior do estado de São Paulo; e
- vi) indicação por parte do MST de uma jovem do projeto para trabalhar na Frente Parlamentar de Agroecologia-RJ, atuando na assessoria da Deputada Estadual Mônica Francisco.

“Acredita-se que os conhecimentos adquiridos ao longo do projeto e a vivência na universidade durante os TE’s, foram um importante estímulo para cursarem o ensino superior” (UFRRJ, 2020, p. 37).

Embora a chamada pública (MDA, 2017), tivesse a estimativa de um valor de R\$ 600.000,00 para a execução do projeto, durante o período de 15 meses, isso não foi possível acontecer devido ao corte no recurso de aproximadamente R\$ 100.000,00 (UFRRJ, 2020). A execução da formação se deu no período de 12 meses e esse corte pode ter dificultado o monitoramento e acompanhamento das ações, bem como inviabilizou a implantação dos projetos de viabilidade econômica sustentável, frustrando os(as) jovens, que tiveram um esforço para a elaboração e apresentação dos projetos e estes não puderam ser implantados devido à falta de recursos.

Podemos dizer que, em relação à formulação e implementação de políticas públicas para as juventudes rurais, é de suma importância que sejam levados em consideração as demandas, desejos e necessidades das juventudes, mas, também, que as políticas tenham orientações para

⁴⁰ Participação de 11 jovens na Feira Junta Local, em janeiro de 2019, Botafogo, Rio de Janeiro. As juventudes vivenciaram uma experiência concreta de comercialização, logo após o fim do projeto. A participação na feira não teve continuidade, principalmente, devido a distância de onde residiam e por motivos de estudo (UFRRJ, 2020).

que as iniciativas sejam capazes de trabalhar de forma sistêmica, articulando recursos humanos e financeiros a partir de parcerias eficazes, solidárias e comprometidas. Além disso, o respeito à pluralidade e à diversidade das juventudes rurais implica na necessidade de incluir não só o enfoque de gênero e geração, mas também de raça e etnia nas bases norteadoras das políticas públicas.

6. OS IMPACTOS DO PROJETO “FORMAÇÃO AGROECOLÓGICA PARA JOVENS CIDADÃOS DO RIO DE JANEIRO” NA VIDA DAS JUVENTUDES RURAIS

Este capítulo apresenta como as juventudes rurais que participaram do projeto se encontram atualmente e analisa de que forma o projeto “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro” impactou a vida desses jovens. Acreditamos que uma política consegue, ou não, atingir seus objetivos de acordo com o impacto que ela causa na vida das pessoas, nesse caso especificamente, fazemos uma reflexão sobre os impactos do projeto na vida das juventudes rurais e os caminhos percorridos por elas após cinco anos da execução do projeto.

6.1 As Juventudes Rurais Participantes da Pesquisa

A pesquisa contou com a participação 15 jovens, com idade entre 21 e 34 anos. Desse total, 53,3% jovens foram do sexo feminino e 46,7% do sexo masculino. Com relação a sua origem, nossa intenção foi manter a representação das juventudes das regiões/territórios participantes do projeto e, dessa forma, tivemos a participação na pesquisa de 20% dos(as) jovens oriundos da Região Serrana; 33% do Território da Baía da Ilha Grande e da Região da Baixada Fluminense; 13% do Território Norte Fluminense, como pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6. Perfil dos(as) participantes da pesquisa.

Região/Território	Idade	Gênero
Baía da Ilha Grande	26	Masculino
	22	Feminino
	29	Feminino
	28	Feminino
	23	Feminino
	24	Feminino
	24	Feminino
Baixada Fluminense	22	Masculino
	28	Masculino
	34	Masculino
	22	Masculino
Região Serrana	22	Masculino
	22	Feminino
Norte Fluminense	21	Feminino
	21	Masculino

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2023.

Conforme mencionado no Capítulo II (2.3. Os instrumentos metodológicos) desta tese, a escolha dos nomes fictícios se deu por meio de expressões, termos ou palavras que fossem relacionados com as juventudes, agroecologia, meio social, políticas públicas, etc. Apresentamos no Quadro 21 a motivação e a inspiração para a escolha desses nomes e, ainda, os significados revelados pelas juventudes rurais.

Quadro 21. Motivação e inspiração para a escolha dos nomes fictícios.

Nº	Nome Fictício	Motivação e Inspiração
01	Amizade	Não justificou o motivo da escolha do nome.
02	Borboleta	“É sair do casulo, você criar asas. Acho que foi essa metamorfose, com certezafoi, com certeza”.
03	Primavesi	A escolha do nome foi devido à busca em conhecer e aprofundar os conhecimentos sobre os trabalhos da pesquisadora Ana Primavesi, que é uma referência na agroecologia. “Eu li bastante e me marcou muito”.
04	-	Não escolheu nome fictício.
05	Semente	A experiência do projeto foi como uma semente que foi plantada e que gerou frutos.
06	Araucária	Por gostar muito da árvore, por fazer referência tanto ao território onde está residindo atualmente, como à graduação em geografia que está cursando.
07	Biológico	Não justificou o motivo da escolha do nome.
08	Resistência	A expressão foi escolhida por compreender a agroecologia como resistência e, também, faz referência à sua trajetória de vida.
09	Mulher de Areia	Este nome faz referência à contribuição que o projeto deu para o reconhecimento do seu território e de sua identidade de pertencer àquele território. “Não existe outra possibilidade de ficar longe da praia. Preciso disso, o pé no chão, essa conexão mesmo”.
10	Crotalária	Conheceu a planta e o uso da mesma durante o projeto.
11	Natureza	Este nome faz referência à identidade e ao território do(a) jovem e, também, tem relação com suas buscas de formação e atuação profissional.
12	Dandara	O nome faz referência ao território onde o(a) entrevistado(a) reside e, também, porque se identifica e tem como referência a mulher que leva o nome da localidade.
13	-	Não escolheu nome fictício.
14	-	Não escolheu nome fictício.
15	-	Não escolheu nome fictício.

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora, 2023.

Podemos observar que a relação com o território foi bastante significativa em relação à escolha dos nomes reforçando, assim, sua identidade e o pertencimento às localidades.

Sobre a situação em que se encontram hoje em dia, 46,2% das juventudes trabalham e estudam; 23,1% apenas trabalham; 23,1% apenas estudam e 7,7% estão desempregados. Mesmo depois de cinco anos de projeto, os dados aqui apresentados podem retratar uma realidade não só das juventudes das regiões/territórios pesquisados, mas também, uma realidade brasileira na qual, devido às desigualdades sociais, ainda hoje, as juventudes precisam conciliar os estudos com o trabalho para ajudar na renda da família. Para os(as) jovens que estão trabalhando, as ocupações citadas são apresentadas no Quadro 22.

Quadro 22. Ocupação atual dos(as) jovens que estão no mercado de trabalho.

Ocupação	Gênero
Trabalha em empresa	Masculino
Autônoma/Empreendedora do Rancho Ayres	Feminino
Agricultor	Masculino
Auxiliar administrativo do MST	Feminino
Agente de apoio educacional	Feminino

Continua...

Continuação do Quadro 22.

Ocupação	Gênero
Consultor técnico de vendas	Masculino
Venda de produtos agrícolas	Masculino
Proprietária do Rancho Ayres	Feminino
Bolsista de extensão de projeto de agroecologia, na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)	Feminino
Assessor parlamentar	Masculino
Empresária	Feminino

Fonte: Formulário Google forms. Elaborado pela Pesquisadora, 2023.

Podemos perceber que 54,5% dos(as) jovens trabalham com temas voltados para o meio rural e 45,5% buscaram trabalho fora do meio rural. Isso pode indicar a existência de dificuldades em trabalhar com atividade agrícola, fazendo com que esta não consiga garantir o atendimento das demandas e desejos das juventudes rurais, obrigando-os a procurar trabalhos nos centros urbanos. Podemos dizer que a saída das juventudes do campo pode contribuir para a invisibilidade dessa categoria e, ainda, que a questão das identidades das juventudes rurais é um desafio a ser enfrentado. Também encontramos situações de jovens que apesar de não estarem no campo, mantém o vínculo com o meio rural atuando em questões relacionadas a esse universo, conforme podem ser percebidas nas falas das juventudes.

Eu estou me organizando em dois movimentos. Agora estou no MPA, que é o Movimento dos Pequenos Agricultores, aí estou fazendo parte da juventude do MPA e no Levante Popular da Juventude do MST (Jovem 11 – Natureza).

Eu ainda participo das atividades do assentamento, eu trabalho na diretoria do assentamento ainda. E no final de semana eu estou lá quando tem alguma organização também para fazer, no entreposto, alguma organização, eles também me chamam quando tem reunião, sindicato também, eu estou participando dessa forma. Não diretamente do jeito que eu participava antes, mas ainda participo (Jovem 06 – Araucária).

Sobre a escolaridade, a Figura 15 chama a atenção para o fato de a maioria (60%) possuir ensino superior incompleto mostrando, com isso, pesar das dificuldades do campo, é uma juventude rural que tem interesse pelos estudos e por uma formação profissional qualificada.

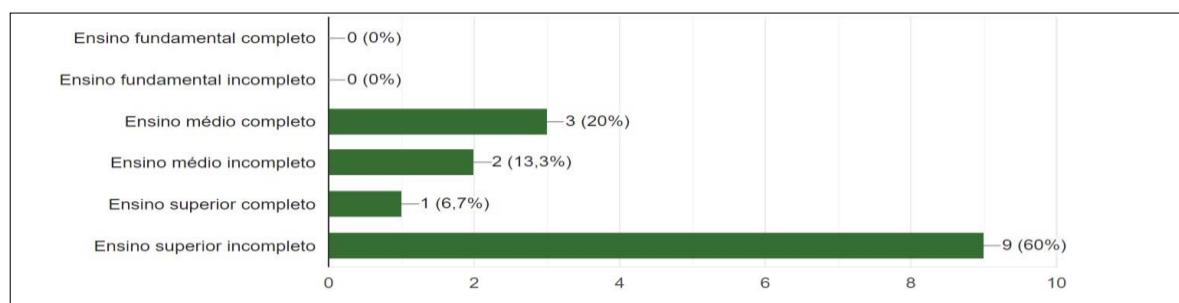


Figura 15. Escolaridade das juventudes participantes da pesquisa. Fonte: Formulário *Google forms*. Elaborado pela Pesquisadora, 2023.

Pudemos verificar nas falas dos(as) jovens o interesse para cursar o ensino superior e as motivações em continuar os estudos, identificando que os cursos de graduação que estavam cursando eram: Agronomia, Ciências Biológicas, Zootecnia, Geografia, Antropologia, Turismo, Gestão Ambiental e, ainda, uma jovem que estava finalizando o curso Técnico em

Administração.

Lá tem pouca disponibilidade de cursos de universidade pública, lá em Teresópolis só tem a UERJ, presencial, que é o polo de turismo. Passei para outras universidades, mas eu já tinha conhecido a Rural por causa do projeto de agroecologia. Depois que eu conheci a agroecologia no projeto, eu sempre quis focar nisso, estudar mais essa relação do homem de uma forma saudável. E aí a rural é a que eu me encontrei. E a rural tem essa pegada de ser também meio fazendona (Jovem 11 – Natureza).

Eu sou formada em Administração e agora eu estou fazendo Turismo. Estou fazendo um curso de turismo que também faz algumas vivências, também tem aulas complementares e as aulas são online. Eu trabalho com turismo então, é importante, eu acho, ter essa formação (Jovem 02 – Borboleta).

Estou fazendo Zootecnia, na UNESP de Jaboticabal. É totalmente agrária e estou curtindo bastante. Em seis meses eu já me tornei o representante discente da zootecnia, estou conseguindo montar o centro acadêmico da zootecnia que é o único que não tem lá e agora estou montando uma chapa para pegar o Diretório Acadêmico (Jovem 03 – Primavesi).

As falas apresentadas acima sinalizam um despertar para os estudos a partir da experiência do projeto demonstrando a relevância de políticas públicas para as juventudes rurais possibilitando ampliar o olhar para a sua realidade e a buscar construir novos caminhos para sua própria história. Podemos dizer que a escolha pelo conhecimento a partir dos estudos é uma estratégia eficiente para superar desafios enfrentados pelas juventudes rurais, conforme apontam estudos de Abramovay et al. (1998), Castro (2003) e Stropasolas (2002).

Com relação às políticas públicas que as juventudes acessaram (Figura 16), destacamos o Programa Bolsa Família, com sete jovens que tiveram acesso ao programa, representando 47% dos(as) pesquisados. É importante destacar que o Bolsa Família é voltado, desde a sua criação, para as famílias de baixa renda. Na ocasião do projeto, 15% das famílias das juventudes rurais possuíam Bolsa Família, evidenciando a importância desse programa, em especial para as famílias do meio rural.

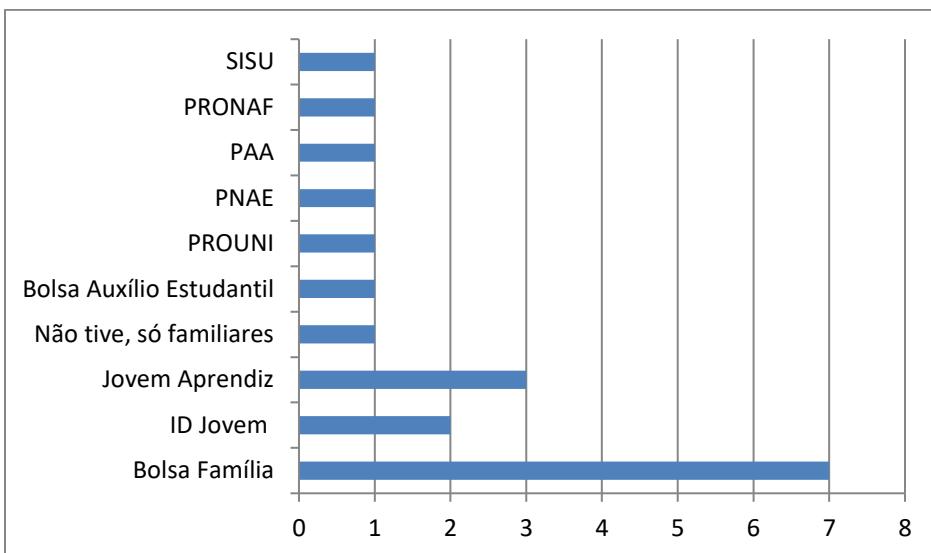


Figura 16. Políticas públicas que as juventudes já acessaram. Fonte: Formulário *Google Forms*. Elaborado pela Pesquisadora, 2023.

Outro dado relevante é o fato de as juventudes acessarem políticas públicas voltadas para a assistência estudantil, como: Jovem Aprendiz, Programa Universidade para Todos (PROUNI), bolsa auxílio estudantil (respondente não mencionou o nome do auxílio), SISU, reforçando o interesse destes jovens pela qualificação e formação profissional.

Minha mãe já acessou Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)” (Jovem 11 – Natureza).

Essa fala chama atenção ao mostrar que somente a família de um jovem entrevistado teve acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Apesar de a temática acerca das políticas públicas ter sido trabalhada no projeto, essa situação pode indicar uma falta de conhecimentos acerca das políticas públicas por parte das juventudes pesquisadas, mas também evidencia uma fragilidade das políticas públicas para a agricultura familiar e para as juventudes rurais, indicando que as mesmas não estão alcançando as bases e atendendo as demandas e necessidades das populações rurais reforçando, com isso, uma deficiência também em termos de abrangência.

Embora as políticas públicas não tenham sido acessadas pelo Jovem 11 – Natureza e, sim, pela sua mãe, elas nos remetem à Molina (2012), para quem as políticas públicas estão intrinsecamente relacionadas com a cultura de uma sociedade, ou seja, encontramos políticas públicas construídas e orientadas considerando a questão de gênero – o lugar e o papel da mulher, essas políticas atribuem significados, valorizam e reconhecem a necessidade de garantir a participação das mulheres.

Com relação ao acesso às políticas e aos serviços públicos nas comunidades, identificamos obstáculos enfrentados não só pelas juventudes rurais, mas, também, por toda a comunidade, conforme Tabela 7.

Tabela 7. Serviços públicos existentes nas comunidades/assentamentos.

Percepção da existência de serviços públicos nas comunidades	Serviços públicos ofertados
62,5%	Posto de Saúde
62,5%	Escola
62,5%	Transporte Público
25%	Coleta de Lixo
25%	Asfalto nas ruas
12,5%	Ambulância
12,5%	Energia Elétrica
12,5%	Creche
12,5%	Farmácia
12,5%	Campo
12,5%	Academia ao ar livre
12,5%	Quadra
12,5%	Saneamento
12,5%	Creche
12,5%	Nenhum serviço

Fonte: Entrevistas com as juventudes rurais participantes da pesquisa. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

Para 62,5% das juventudes entrevistadas, os serviços públicos que são comuns nas comunidades: postos de saúde, escolas e transporte público, não significam que são serviços prestados com qualidade necessária para atender às demandas das juventudes rurais, bem como de toda a comunidade. A Tabela 8 apresenta os obstáculos enfrentados pelas comunidades para acessarem os serviços públicos.

Tabela 8. Obstáculos encontrados para acessar os serviços públicos existentes nas comunidades/assentamentos.

Jovens Entrevistados	Obstáculos enfrentados
50%	Nunca tinham ouvido falar em políticas públicas para as juventudes rurais, bem como para a agricultura familiar.
50%	Comunidades distantes dos serviços públicos ofertados
37,5%	Falta de transporte público nas comunidades e quando tem funciona de forma precária – um ônibus pela manhã e outro à noite, por exemplo.
25%	Posto de saúde com atendimento precário. Atende somente para primeiros socorros. Atendimento médico de 15 em 15 dias. A unidade é meio largada.
25%	Ruas sem pavimentação ou com asfalto ruim.
12,5%	Falta de saneamento, ocasionando alagamentos das ruas em épocas de chuva
12,5%	Pouca oferta de vagas nas escolas próximas às comunidades

Fonte: Entrevistas com as juventudes rurais participantes da pesquisa. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

Chama atenção a falta de conhecimento e informação acerca das políticas públicas. Considerando que 50% das juventudes entrevistadas nunca tinham ouvido falar em políticas públicas. Outra situação é a distância que as comunidades estão dos serviços públicos (Tabela 8). Os outros obstáculos citados afetam diretamente as juventudes rurais e a dinâmica da vida de toda a comunidade.

Sobre a qualidade dos serviços, a Figura 17 mostra que 9% das juventudes entrevistadas consideram os serviços bons, já 28% consideram os serviços péssimos evidenciando, com isso, o pouco comprometimento dos tomadores de decisões em garantir serviços públicos de qualidade para a população do meio rural.

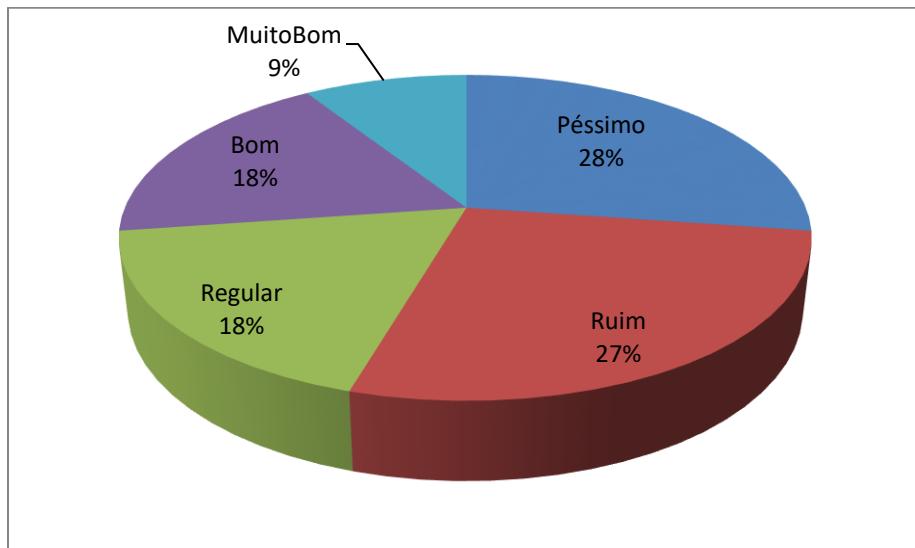


Figura 17. Avaliação da qualidade dos serviços prestados nas comunidades/assentamentos.

Fonte: Entrevistas com as juventudes rurais participantes da pesquisa. Elaborado pela Pesquisadora, 2023.

A falta de acesso às políticas públicas por falta de conhecimentos e informações é um obstáculo que os gestores precisam enfrentar, criando estratégias para que as políticas públicas alcancem a base da população. O transporte público deveria ser uma estratégia para superar obstáculos mas, devido à sua ineficiência, acaba se tornando também um obstáculo. A existência de posto de saúde na comunidade também poderia ser uma importante estratégia de acesso ao serviço de saúde, mas a limitação de serviços ofertados na unidade se torna um obstáculo, onde não só os(as) jovens, mas também, toda a comunidade precisa recorrer a outros municípios para serem atendido(as). A existência de escolas próximas às comunidades, também é uma importante estratégia de acesso à educação, entretanto se torna um obstáculo quando a oferta de vagas é menor que a demanda da comunidade.

Apresentamos aqui relatos das juventudes para os quais os serviços públicos ofertados na comunidade são considerados de qualidade, se comparados aos serviços públicos existentes na cidade, especialmente nas cidades grandes, mas, ainda assim, precisam melhorar e funcionar de forma efetiva:

Temos uma equipe de médicos que é excelente! Nossa escola é uma das melhores do município. A coleta de lixo também é muito boa, eu acho que às vezes eles fazem até um trabalho não é deles, porque às vezes é meio sujo, sabe. As pessoas deixam as coisas meio que bagunçadas, eles vão lá e limpam tudo, deixam tudo limpinho (Jovem 02 – Borboleta).

Não é horrível. Tipo assim, quando eu comparo com a cidade, comparar com a cidade grande, a gente acessa muito mais coisas do que uma pessoa da cidade. Mas eu acho que podia melhorar, com certeza. É meio largado. Tem por ter. O posto vai abrir uma vez na semana, eu olho lá. Médico só de 15 em 15 dias. Assim, é bem mais ou menos. Poderia melhorar (Jovem 09 – Mulher de Areia).

Ao questionar uma jovem sobre se já havia acessado políticas públicas, tivemos a seguinte resposta:

Não porque a gente tem a questão da terra. Não temos uma terra em nosso nome ou não temos um cadastro para produzir. Aí fica difícil acessar as políticas públicas. É tipo assim, fica muito difícil acessar isso ou qualquer outra coisa sem registro ou sem a própria terra... É nossa porque a gente lutou, fora isso, a gente não teria nada. Só o desejo. Só essa memória” (Jovem 09 – Mulher de Areia).

Um tema de suma importância para a reflexão sobre o acesso às políticas públicas é a questão da luta pela terra. De acordo com Medeiros (2019, p. 107):

no cenário político as reivindicações das chamadas populações tradicionais, que demandam não só a terra, mas o reconhecimento da particularidade da sua relação com o território. Ao mesmo tempo apropriam-se dos temas fundiário e ambiental, dando-lhes significados próprios (MEDEIROS, 2019, p. 107).

A luta pela permanência na terra passa a se apresentar, também, pelas identidades sociais, e políticas locais (MEDEIROS, 2019) e, nesse caso, a jovem se referiu a luta de sua comunidade contra uma empresa ligada a empreendimentos turísticos que provocou a expulsão de moradores. Essa fala explicita a tensão entre Estado e sociedade no que se refere ao direito a terra por parte daquela população. A estratégia utilizada tanto pela jovem como pela família e comunidade foi o de ressignificar a luta ao partilhar e compartilhar as experiências com outras pessoas:

A minha avó conta mais sobre a história dela e com orgulho. Deu voz a ela. Eu acho que fez as pessoas aqui de casa ressignificarem esse processo violento. Porque foi um processo violento que às vezes a gente não falava. Mas todo mundo sabe, todo mundo sente, mas todo mundo guarda. Todo mundo sofreu, mas guarda pra si. Todo mundo sabe da dor, mas falar traz outro sentimento. Ressignifica o problema. Não é mais um sofrimento inteiro, uma luta que você externaliza para o mundo, para as pessoas... Meu tio falar mais agora e é importante falar, eu acho que diminui a dor de ficar que tudo aqui entalado (Jovem 09 – Mulher de Areia).

Ressignificar a luta passa pela questão da participação em espaços de debates e de decisões, conforme expresso na Figura 18 por uma diversidade de organizações que os(as) jovens participam: Movimento dos Pequenos Agricultores, Levante Popular da Juventude, Associação dos Trabalhadores rurais da Serra do Piloto e Rubião, Associação Brasileira de Zootecnia, Fórum de Comunidade Tradicionais, Associação dos Moradores e Produtores Rurais de São Gonçalo, Coletivo de Turismo de Base Comunitária de São Gonçalo, Associação de Agricultores e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (13%), evidenciando o interesse e engajamento com temas e questões que afetam diretamente suas vidas, bem como de sua comunidade. Dos 15 jovens participantes da pesquisa, 33% não participavam de qualquer organização.

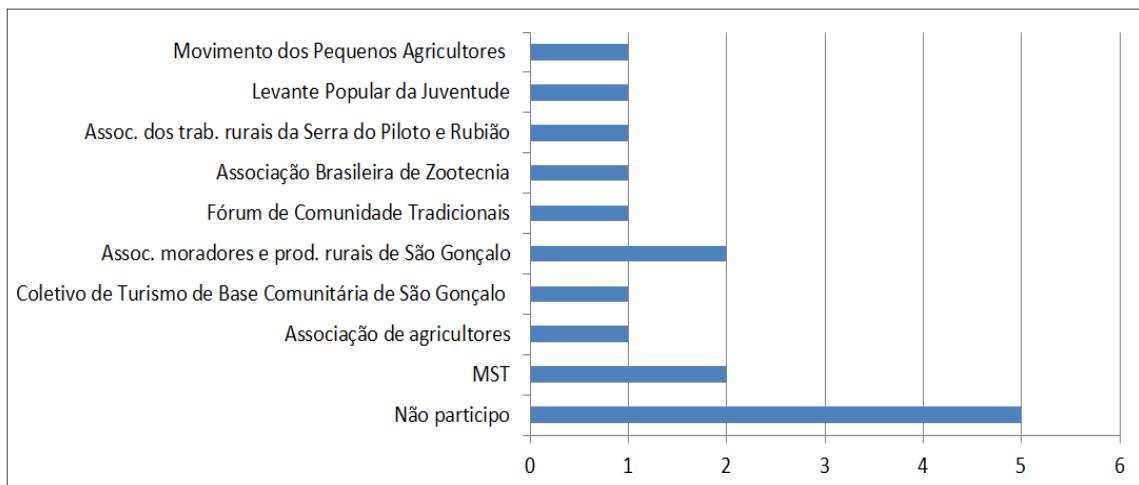


Figura 18. Participa de entidade ou associação. Fonte: Formulário *Googleforms*. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

O tema da participação foi trabalhado ao longo do projeto e, naquela ocasião, 21% das juventudes não participavam de nenhuma organização, 20% participavam de Associação de moradores, 20% do Movimento Sem Terra (MST), 16% de Associação de Agricultores e 23% não opinaram, mostrando que, desde aquela época, um número significativo das juventudes já sinalizava interesse em participar da vida política nos seus territórios e acreditamos que o projeto instrumentalizou as juventudes a buscarem uma participação mais efetiva em suas regiões/territórios.

O tipo e o nível de participação podem ser percebidos de acordo com as funções que as juventudes ocupavam nas entidades ou associações. A Figura 19 traz as percepções de participação de acordo com as falas das juventudes.



Figura 19. Expressões que representam a percepção das juventudes sobre a temática da participação. Fonte: <https://www.wordclouds.com/>. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

As expressões: atuante, espaço decisório, relação de poder, ocupar cargo, liderança

foram as que mais aparecem nas falas e que relacionamos com a temática da participação. Percebemos uma atuação efetiva das juventudes nas comunidades e organizações que faziam parte, e nas quais existiam relações de poder. Eram espaços de tomadas de decisões e estes jovens estavam ocupando cargos e exercendo papel de lideranças, como: primeira secretária da Associação de Moradores de São Gonçalo, Paraty; secretária do MST; presidente da Associação de Moradores de São Gonçalo, Paraty. A participação estava atrelada a partilhar oportunidades, renúncias, conquistas, etc. Podemos dizer que a participação das juventudes nas comunidades e organizações pode ser definida como uma participação cidadã que, de acordo com Arnstein (1969), é o degrau mais elevado na escada da participação cidadã e envolve responsabilidade e maturidade por parte dos envolvidos, onde os mesmos efetivamente participam das tomadas de decisões.

Ao abordarmos como viam as juventudes em suas comunidades, as expressões mais usadas pelos(as) jovens podem ser observadas na Figura 20.



Figura 20. Expressões que representam como percebem as juventudes da sua localidade. Fonte: Formulário do *Google Forms*. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

As palavras: desinteressada e desinformada e dividida ganharam destaque pela frequência. Essas informações revelam um olhar das juventudes rurais sobre elas mesmas e, de forma geral, reconhecem que este grupo social apresentava um desinteresse sobre questões relacionadas às suas comunidades, ou seja, sobre os interesses coletivos. Além disso, algumas dessas palavras podem ajudar a reforçar um estereótipo sobre as juventudes rurais, como: inerte, inativa, perdida, dispersa e desanimada. Apesar de serem reveladas pelos próprios jovens, chamam a atenção para uma representação que não os representava, ao reproduzirem um discurso que não condizia com a realidade das juventudes vividas.

Sobre o interesse das juventudes em permanecer no campo, 86% disseram que as juventudes não tinham interesse. De forma geral, “faltam políticas mais acessíveis para que os jovens consigam permanecer no campo” (Jovem 10 – Crotalária), esta fala ilustra a fragilidade das políticas públicas em não alcançar, de fato, seu público beneficiário. As falas apresentadas a seguir trazem elementos carregados de significados que podem ajudar na compreensão sobre o porquê do interesse das juventudes em deixar o campo:

Acredito que para permanecer no campo o jovem tem que ter oportunidade no campo. Qualidade de trabalho, capacitação, valorização do seu serviço. Assim, você faz com que este jovem entenda a importância daquele espaço para sua própria identidade. Quando o jovem não consegue se sentir parte

daquela cultura, o interesse acaba diminuindo e ele vai para outros lugares tentar se encontrar (Jovem 02 – Borboleta).

Não tem interesse porque a mídia marginaliza o campo e incentiva o jovem a ir para a cidade (Jovem 04).

Vejo certa falta de perspectiva da juventude rural em continuar no campo pela visão de que viver no campo seria, necessariamente, a realidade de trabalhar com produção de alimentos e, também, vejo que a juventude visa sair do campo pela distância que as regiões rurais possuem dos pontos culturais, artísticos, etc. que os centros urbanos possuem (Jovem 11 – Natureza).

Não tem interesse por falta de oportunidade de emprego e muita dificuldade quanto a tudo, hospital, escola, mercado, farmácia... (Jovem 12 – Dandara).

Podemos observar nas falas as carências e as dificuldades de se viver no campo: falta de apoio, desvalorização e imagem estigmatizada das juventudes. Outras estavam diretamente ligadas às políticas condicionantes e estruturantes para o meio rural, como: estradas, escolas, cultura etc. Percebemos que, embora estes jovens tenham participado de uma política pública para as juventudes rurais, as falas indicaram que essa experiência foi insuficiente para que o interesse de ficar no campo se concretizasse, mas, por outro lado, serviu para aguçar a visão crítica sobre sua realidade, seja do campo ou da agroecologia, despertando uma visão crítica sobre a sociedade e o lugar das juventudes nessa sociedade. Também encontramos jovens que acreditavam que existe interesse das juventudes em permanecer no meio rural e que esse interesse estava relacionado a questões ligadas ao desenvolvimento, à qualidade de vida no campo e à oportunidade para realizar projetos de vida, conforme pode ser observado nas falas:

Uma parte tem interesse sim. Porque tem sido um lugar bom para trabalhar e viver, conseguir crescer na vida, apesar das dificuldades (Jovem 07 – Biológico).

Sim, não necessariamente desenvolvendo alguma atividade agrícola, mas trazendo inovação para o campo. Como por exemplo, jovens que foram pra cidade se formaram em educação física e implementaram uma academia na comunidade (Jovem 13).

Sim, mas com a proposta de desenvolvimento das áreas rurais (Jovem 14).

Sobre terem participado de outro projeto voltado para as juventudes, 73,3% nunca tinham participado, 26% já tinham participado de outros projetos, como: Residência Agrária Jovem; Programa Jovem Aprendiz do SENAI; Projeto de agroecologia e cooperativismo da Fiocruz; Pré vestibular social do CEDERJ. Os dados obtidos sinalizam que o alcance das políticas públicas para as juventudes rurais não estava chegando de maneira ampla aos seus beneficiários.

Com relação ao tempo livre e o lazer, é importante destacar que o lazer é resultado da possibilidade de acesso a bens culturais, condição da expressão humana e resultados de lutas trabalhistas, conforme aponta Queiroz (2017, p. 85).

Alguns autores entendem o lazer como possibilidade privilegiada da expressão humana, um produto de uma revolução social ao mesmo tempo técnica e ético-estética, consequência de uma luta pela redução da jornada de trabalho e de uma crescente busca do prazer. Sua vivência está relacionada diretamente às oportunidades de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio político-econômico e influenciados por fatores ambientais.

Podemos dizer que o lazer é passível de políticas públicas, sobretudo políticas ancoradas na multifuncionalidade do tema e que possam garantir, de fato, uma melhoria na qualidade na vida física, emocional, psicológica das pessoas, contribuindo com sociabilidade, excitação agradável, bem-estar, felicidade, entre outras. Já no que tange ao tempo livre, sua compreensão se dá a partir da concepção de Queiroz (2017, p. 85), em que considera que “tempo livre assemelha-se aquele que melhor corresponde à necessidade de especificar a parte do dia em que não estamos ocupados com atividades definidas”.

Observamos que, com relação ao que as juventudes rurais gostavam de fazer nas horas vagas – tempo livre, as atividades que mais se destacaram podem ser observadas na Figura 21, onde as atividades de estudos e ficar/visitar a família tiveram maior destaque. Outras atividades também tiveram destaque, como: assistir filmes e séries, ficar nas redes sociais, ouvir podcast, etc.



Figura 21. Expressões que representam as atividades realizadas pelas juventudes no tempo livre. Fonte: Formulário do *Google Forms*. Fonte: Elaborada Pela Pesquiadora, 2023.

Esses dados evidenciam que, morar no meio rural não significa ficar longe das tecnologias da informação e comunicação (TIC), pelo contrário, as juventudes rurais estão conectadas e vivenciando as experiências que as redes sociais propiciam. De acordo com Novaes (2012, p. 198), as TIC's:

Têm produzido expedientes que favorecem a comunicação e a identificação entre jovens, gerando coletivos virtuais, quebrando isolamentos, ampliando as possibilidades de ações e disseminação de causas sociais e modificando as relações entre elas.

Daí a importância de políticas públicas pautadas nas agendas das juventudes rurais e que efetivamente propiciem a utilização para que os serviços das TICs sejam ofertados com qualidade no meio rural.

Com relação às atividades de cultura, esporte e lazer existentes nas comunidades/assentamentos, as atividades consideradas como lazer que apareceram com maior frequência estão representadas na Figura 22, nela encontramos uma diversidade de atividades.



Figura 22. Expressões que representam as atividades de cultura, esporte e lazer que existem ou que gostariam que tivesse em sua comunidade. Fonte: Formulário do *Google Forms*. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

As possibilidades de cultura, esporte e lazer que tiveram maior destaque foram: festas locais, centro cultural, futebol e praças. As representações de cultura, esporte e lazer nos levam a dizer que, ao refletir sobre políticas públicas para as juventudes rurais, estamos nos referindo a uma categoria que representa indivíduos e populações que participam da vida na sociedade, que disputam questões sociais comuns e afetam toda a sociedade e que não são questões somente do mundo das juventudes, mas de todas e todos – homens, mulheres, crianças, adultos, idosos etc.

6.2 O projeto “Formação Agroecológica para Jovens Cidadãos do Rio de Janeiro” na Perspectiva das Juventudes Rurais

Nossa proposta aqui é desenvolver uma análise sobre como as juventudes perceberam e se envolveram com o projeto. Iniciamos a reflexão partindo do questionamento de como as juventudes rurais ficaram sabendo do projeto e a Figura 23 traz as palavras que tiveram maior frequência nas respostas, nas quais podemos perceber que MST, amigo e irmã se destacaram nas respostas.



Figura 23. Expressões que representam como os participantes tomaram conhecimento do projeto. Fonte: Formulário do Google Forms. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

Podemos dizer que, de acordo com as juventudes, o MST teve uma atuação importante de divulgação e mobilização junto as juventudes rurais para participar do projeto, bem como as relações familiares e de amizade. A aproximação e atuação de movimentos sociais no meio rural pode ser uma importante estratégia para fazer com que as juventudes rurais se envolvam em programas e projetos voltados para essa categoria social. Na ocasião de realização do projeto, o MST mobilizou cerca de 20 jovens que eram próximos ao movimento e, aproximadamente, 67% desses jovens concluíram o projeto, conforme relatório do projeto em questão (UFRRJ, 2020). Outras instituições também tiveram atuação na divulgação do projeto, como: Emater-Rio, prefeituras, associações e UFRRJ.

O que despertou o interesse destes jovens em participar do projeto foi a oportunidade de ter uma experiência diferente, conhecer e estar na UFRRJ e a temática da agroecologia.

Estas foram as palavras citadas com maior frequência ao serem questionados sobre a motivação para participar do projeto, conforme pode ser observado na Figura 24.



Figura 24. Expressões que representam a motivação para participar do projeto. Fonte: Formulário do Google Forms. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

A busca por vivenciar experiência diferente, explicita uma das características das juventudes em ampliar horizontes e, ainda, aproveitar a oportunidade de aprender, ter contato com outros jovens e trocar experiências, são expressões que podem descrever de maneira sucinta como as juventudes tinham expectativas em relação ao projeto.

A Figura 25 apresenta as situações que mais impactaram os(as) jovens durante a execução do projeto. Podemos dizer que o processo formativo propiciou uma diversidade de situações que evidenciaram o alcance das atividades, onde a união da juventude, as aulas na Fazendinha, conhecer realidades diferentes, a diversidade de informações, diversidade de cultura e a agroecologia, foram as palavras e expressões com maior evidência, ou seja, as situações que mais provocaram impactos nas juventudes, mostrando com isso uma a complexidade da formação e como esta foi realizada. Também identificamos outras questões e situações que contribuíram para esse impacto: o resgate da identidade/ancestralidade, despertando um autoconhecimento, momentos de partilha, convivência, as dinâmicas de grupo, empatia para com o outro etc. revelam que as juventudes buscavam muito mais que conhecimentos técnicos e que os interesses e buscas também se deram por meio das trocas e vivências entre o grupo e das relações que foram sendo construídas ao longo do processo.



Figura 25. Expressões que representam situações que impactaram o participante durante execução do projeto. Fonte: Formulário do *Google Forms*. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

Além das palavras e expressões identificadas, também percebemos nas falas das juventudes situações que tiveram impacto ao longo do processo formativo.

As místicas, os momentos que cada um falava sobre sua realidade e ali a gente podia falar o que quisesse, mal ou bem, apontar o que mais incomodava na gente dentro da nossa realidade, sem medo de ser julgado, eu me sentia livre nesses momentos. A segunda foi o contato com realidades diferentes da minha, sair da bolha e ver que existem lugares que as políticas públicas não chegam, me impactou muito. A terceira não foi diretamente dentro do ambiente onde o projeto acontecia, mas foi pelo projeto que tive a oportunidade de participar do ENA (Jovem 13).

Me recordo do dia que escrevi e me identifiquei com a comunidade que eu pertenço, eu lembro do dia que escrevi a palavra caiçara e me senti confiante e segura de dizer que eu sou e pertenço. Me recordo dos momentos de partilha

no tempo comunidade e como eu fiquei perplexa de quanto havia a descobrir sobre a história da minha própria família e tantas lutas enfrentadas (Jovem 09 – Mulher de Areia).

Essas falas nos remetem à reflexão sobre o “sentimento de pertencimento” de Castro (2013, p. 144), em que a construção de uma identidade social que mistura valores pode ser classificada como rurais e urbanos a partir da forma como são tratados no discurso nativo. Essa “nova” identidade teria como pilar o que pode ser lido como “sentimento de pertencimento”.

De acordo com a autora, o processo de construção de pertencimento reordena as referências identitárias. No caso das juventudes rurais, muitas vezes essa identidade carrega uma imagem estigmatizada, onde o rural é associado ao atraso em relação ao urbano. Assim, “as fronteiras entre o “mundo rural” e “o mundo urbano” não são fixas, nem evidentes. São vivenciadas e construídas” (CASTRO et al, 2017, p. 295). Portanto, a construção da identidade das juventudes rurais pode ser possível considerando as relações existentes entre a experiência social dos(as) jovens e a dimensão da vida social. Outras falas também são relevantes para reforçar esse impacto.

A pedagogia utilizada durante a formação, já que nunca havia tido contato com nenhuma outra forma de abordagem sem ser a tradicional. A forma como os movimentos sociais como o MST, se constroem e lutam pela reforma agrária e como essa luta impacta diretamente a realidade da juventude rural. E por fim, o que me impactou, também, foi descobrir o que de fato é a agroecologia e como esta forma de produzir alimento e de se relacionar com o ambiente ao redor é revolucionária, mesmo que o produtor não saiba o que esta palavra significa. Descobri durante o projeto de formação agroecológica, que minha família produzia de acordo com a agroecologia mesmo sem saber o que esta palavra significava (Jovem 11 – Natureza).

Roda de conversas sobre o filme "O veneno Está Mesa", compreendi o sistema do agronegócio e as problemáticas envolvidas. A palestra sobre o documentário "A História das Coisas", entendi as problemáticas do sistema capitalista e a produção de bens de consumo. Na palestra sobre Turismo Rural aprendi vi que poderia ser uma oportunidade para os jovens do Assentamento (Jovem 10 – Crotalária).

Com relação à agroecologia, as juventudes revelaram uma compreensão ampla sobre o tema, entendido principalmente como resistência, palavra que apareceu com maior frequência, conforme Figura 26.



Figura 26. Expressões que representam a percepção sobre agroecologia. Fonte: <https://www.wordclouds.com/>. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

A compreensão sobre a agroecologia estava ainda atrelada às questões de bem-estar físico, como: saúde, comida saudável, vida, alimento saudável. Também fizeram referência a ideia de futuro: prosperidade e esperança e, ainda, indicações associadas a possibilidade de construir um capital social: confiança, representatividade, amor, solidariedade, respeito, diversidade, essa última palavra pode ser entendida como diversidade na produção de alimentos, bem como a diversidade de pessoas envolvidas com a agroecologia. Encontramos, também, uma compreensão relacionada à técnica: ciência, sabedoria, diversidade, prática. Por fim, uma concepção de agroecologia ancorada nas tradições: território, ancestralidade, movimento. Com isso, percebemos que as juventudes rurais, definiram a agroecologia a partir de elementos que norteiam os seus princípios, como: bem-estar, capital social, conhecimentos tradicionais, organização social e conhecimento técnico.

Sobre a percepção que tinham acerca da juventude, a Figura 27 apresenta uma diversidade de palavras citadas. Importante dizer que nenhuma teve um maior destaque, mostrando com isso, a complexidade sobre o entendimento na categoria social em questão.

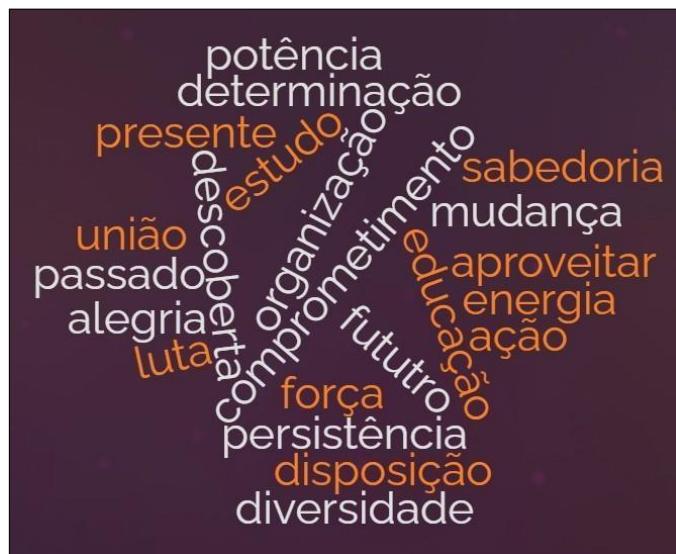


Figura 27. Expressões que representam a percepção sobre juventude. Fonte: <https://www.wordclouds.com/>. Elaborada pela Pesquisadora, 2027.

Podemos argumentar que a compreensão sobre juventude está associada às questões de enfrentamento e coragem: determinação, potência, energia, comprometimento, força, persistência, união, disposição, organização, ação, luta, força, mudança. Também pode estar associada ao conhecimento, seja pela busca ou pelo conhecimento existente: estudo, sabedoria, descoberta, educação. Outra compreensão pode, também, estar relacionada a um processo: presente, passado e, ainda, a sentimentos: alegria. Dessa forma, as juventudes definiram essa categoria social a partir de seus enfrentamentos, conhecimentos, como um processo e pelas emoções, tudo isso ancorado na sua diversidade. Inferimos que essas palavras podem ter sido elaboradas a partir do olhar que as juventudes tinham acerca das suas experiências e vivências, trazendo o seu lugar de fala para essa definição.

Ao serem questionados como foi viver a experiência do projeto, identificamos palavras e expressões ligadas às emoções dos(as) jovens, conforme Figura 28.

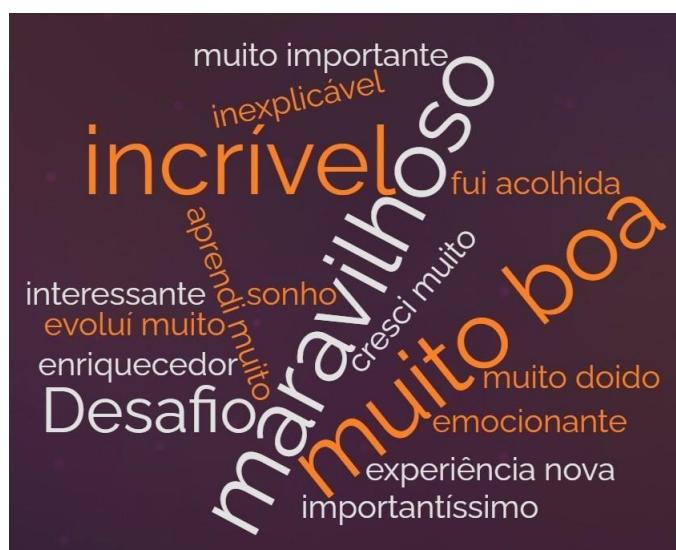


Figura 28. Expressões que representam a experiência do projeto. Fonte: <https://www.wordclouds.com/>. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

As palavras: maravilhoso, incrível, muito boa e desafio tiveram uma frequência maior nas respostas, somadas a elas identificamos: emocionante, inexplicável e sonho dão um juízo de valor e de sentimento associado a experiência. As demais palavras representadas na Figura 23 também podem indicar um amadurecimento dos(as) jovens ao se referirem à vivência do projeto, como: aprendi muito, evoluí muito, enriquecedor, importantíssimo.

Foi a primeira vez que dormi fora de casa, longe da minha mãe. Tem um momento que eu dei uma chorada lá... Mas eu continuei... Aí estava, interagindo... Eu nunca tinha dormido tão tarde, porque eu sempre dormia, tipo, 8 horas... Eu nunca tinha ido numa universidade na vida foi a primeira vez que eu fui (Jovem 09 – Mulher de Areia).

Foi incrível, foi incrível. Eu achei assim, emocionante, estar ali experimentando uma pedagogia totalmente diferente do que a gente está acostumado. Não só da experiência de estar longe de casa, também uma coisa mais autônoma, de experimentar essa outra forma de ver a educação e como a gente está inserido ali (Jovem 11 – Natureza).

Essas falas podem representar a mesma situação vivenciada pelos demais jovens participantes do projeto, pois, para eles(as) foi uma experiência nova, um desafio que estimulou a tomada de decisão de forma mais autônoma. Estar fora do ambiente de casa, por mais que possa parecer doloroso, foi positivo para o amadurecimento pessoal, corroborando com uma representação de juventude mais ativa e que as políticas públicas estejam atentas a isso.

Houve uma preocupação da equipe executiva do projeto em compreender que, como se tratavam de pessoas com pessoas com culturas e histórias diferentes, que vinham de vários lugares, tomou-se o cuidado o cuidado de proporcionar um ambiente acolhedor na universidade, com espaços destinados à saúde, segurança, alimentação, estrutura para crianças etc., significando que o Tempo Escola foi além da sala de aula. Uma situação relevante foi a percepção de acolhimento de uma jovem.

Eu estava com uma criança de três meses, a minha filha tinha acabado de completar três meses... E eu fui muito bem acolhida por todos. Pra minha mãe eu fui um pouco irresponsável por ela estar muito pequena e é um espaço que eu não conhecia tantas pessoas... Ela achou que eu me arrisquei muito, mas depois entendeu que era necessário, que eu fui muito bem acolhida (Jovem 05 – Semente).

Todas as falas sinalizaram para questões de suma importância na execução de uma política pública para as juventudes rurais, ou seja, que para esta execução seja eficiente é importante que levem em consideração uma estrutura física e emocional para atender as demandas das juventudes. Políticas públicas para as juventudes rurais que têm como proposta serem construídas e implementadas a partir das realidades das juventudes necessitam ter um olhar para essas especificidades.

Com relação às atividades que faziam na época das entrevistas, percebemos que existia alguma relação com a agroecologia e com o projeto. As falas das juventudes expressaram essa relação:

Com certeza! Com certeza! Eu vejo que o que eu escolhi pra minha vida acadêmica e profissional tem totalmente influência da agroecologia e do curso de agroecologia... Eu vejo que essa visão de querer se organizar veio a partir do curso também (Jovem 11 – Natureza).

Foi através do curso que eu entrei no projeto da UENF e, também, na parte de

produzir saudável... No projeto da UENF quem pode fazer a visita técnica é um agrônomo, mas por eu ser formada em agroecologia e estar mais perto dos produtores, dou um suporte ali também e a base que eu tenho para dar o suporte para os agricultores é a base que eu tive no curso (Jovem 12 – Dandara).

Eu, falo com muito orgulho, que o que eu faço hoje tem 100% de influência do projeto. O curso me fez ser quem sou hoje, estar com a mente que tenho foi graças à oportunidade que eu tive. Talvez, se naquele momento eu não tivesse, não sei se estaria hoje numa posição de liderança (Jovem 02 – Borboleta).

Acreditamos que políticas públicas específicas para as juventudes rurais podem contribuir para permanência dos(as) jovens no campo e, ainda, podem possibilitar a escolha de caminhos. As falas dos(as) jovens revelaram que o projeto possibilitou essa escolha de caminhos, tanto na vida acadêmica como também na escolha de permanecer em suas regiões/territórios.

6.3 Impactos na Vida das Juventudes Rurais

Os impactos do projeto foram percebidos em vários aspectos da vida das juventudes rurais, mas é importante observar que nem todos(as) os(as) jovens estavam atuando com agroecologia. Podemos dizer que, de forma geral, a atuação das juventudes dialogava de alguma forma com a agroecologia, seja na parte técnica, social ou cidadã.

Ao serem questionados sobre o impacto do projeto em suas vidas, identificamos nas falas, palavras e expressões que revelavam que a formação para a cidadania teve o maior impacto.

Embora a carga horária do projeto tenha destinado 49% para a formação técnica, o maior impacto na vida das juventudes parece estar relacionado à formação para a cidadania, seguida da formação social e por último a formação técnica. Tanto no formulário do Google Forms quanto nas entrevistas identificamos 36 momentos em que as juventudes fizeram relatos referentes à formação para a cidadania; 14 momentos referentes à formação social e 10 momentos relacionados à formação técnica. A Figura 29 apresenta os contextos das vidas das juventudes que tiveram maior impacto com o projeto: interesse em cursar o ensino superior, impacto na minha família, na minha comunidade, seguidos de impacto no modo de pensar, crescimento pessoal, amizades, conhecer outras culturas, etc.



Figura 29. Expressões que representam o impacto do projeto na vida das juventudes rurais.

Fonte: Formulário Google forms e entrevista. Elaborada pela Pesquisadora, 2023.

Tudo isso está ligado mais a um projeto de vida do que uma atuação técnica, evidenciando o impacto da formação para a cidadania, conforme Figura 28.

As falas a seguir dão uma dimensão sobre os impactos que o projeto desencadeou na vida das juventudes, especialmente, em relação à formação para a cidadania.

Eles chegaram, falsificando documentos, coagindo as pessoas, com aquela falsa ilusão de construções de resort, eles diziam a gente vai construir redes de hotel, seu filho vai ter uma oportunidade de um emprego melhor, a pesca tá difícil, quem vai viver da pesca? Então eles criavam uma falsa expectativa nas pessoas. Naquela época, ser caíçara, as pessoas não entendiam a importância da sua própria identidade e muitas famílias não aguentaram a pressão (Jovem 02 – Borboleta).

O projeto de agroecologia foi onde eu encontrei a minha própria voz. Eu descobri que tem gente lutando por coisas que eu acredito também... Eu olhei para o meu bairro e vi que ele tinha outra faceta... Impacto na minha família também, minha avó conta a sua história com orgulho, deu voz a ela (Jovem 09 – Mulher de Areia).

Consideramos que o impacto causado na vida da família família dessa jovem foi um processo de cura, pois existia um sofrimento velado, causado pelo processo violento de expulsão do território. Esse sofrimento estava guardado e a partir do envolvimento com o projeto, a família se permitiu trazer à tona e a falar sobre esse processo de violência e, atualmente, esta experiência se tornou uma bandeira de resistência e de luta de toda comunidade.

Teve bastante impacto positivo na minha forma de pensar e de pensar... A agroecologia vai muito além da produção em si, mas, sim, uma forma de pensar, de agir, de atitudes suas e isso impactou de uma forma muito positiva na minha vida, sobre as minhas atitudes (Jovem 05 – Semente).

Não só na minha vida, impactou a vida da minha família enquanto produtores. Eu levei a agroecologia para a minha comunidade... A questão do turismo lá na sua comunidade melhorou, ampliou a partir do projeto. Minha própria mãe

começou a pesquisar e ela estava engajada junto comigo ali... Minha mãe começou a se engajar nisso da agroecologia também... Eu acho que depois que o curso acabou fui refletindo e percebi que mudou totalmente o rumo da minha vida, da organização comunitária lá do bairro, tudo por causa do curso de agroecologia. A agroecologia ajudou na minha formação como ser político. Aquela formação me ajudou a ser, de fato, um ser político, que faz escolhas, a questão da reforma agrária, dessas pautas, porque a agroecologia engloba várias pautas e eu vejo que depois do curso eu me apossei dessas pautas (Jovem 11 – Natureza).

As falas evidenciaram uma compreensão sobre agroecologia que vai além das questões técnicas de produção de alimentos, uma agroecologia cidadã, que está atenta às questões de perceber, estar e se colocar no mundo.

As famílias e as comunidades que se envolveram de forma direta com as atividades do projeto tiveram impactos significativos, duradouros e foi possível um despertar com a criação de novas dinâmicas de organização social e perspectivas na vida de toda a comunidade. Esses impactos estão presentes ainda hoje, mesmo após cinco anos de execução do projeto. Isso pode ser verificado na comunidade de São Gonçalo, em Paraty e, também, em Teresópolis onde os(as) jovens envolvidos(as) com o projeto em questão estavam trabalhando com turismo rural, turismo de base comunitária (TBC) e turismo de experiência.

Os depoimentos das juventudes reforçam como se deu o engajamento por parte das comunidades, como no caso da experiência da comunidade de Lucios, Bom Sucesso em Teresópolis com o turismo rural de experiência como uma possibilidade de geração de renda e, depois, a experiência da comunidade de São Gonçalo, em Paraty, com a eleição e com votação expressiva de uma jovem participante do projeto para presidência da Associação de Moradores e Produtores de São Gonçalo (Quadro 23) e, ainda na mesma comunidade, as experiências com TBC e com os quiosques (Rancho) na praia. “Pensa só, ela não era envolvida em nada disso de política. Hoje é a Presidente da Associação de Moradores. O mundo girou, o mundo capotou” (Jovem 09 – Mulher de Areia).

Por uma questão de estratégia a gente precisava montar uma associação com mulheres porque elas são mães, filas, avós, elas estão de frente e nós estamos no nosso momento de brilhar... Vamos articulando, conversando com uma e outra, perguntando o que acha, algumas falavam eu quero, mas meu marido não deixa e no final conseguimos reunir 12 mulheres... Teve votação e teve disputa entre duas chapas, uma chapa só de homens e uma de mulheres... A gente tem que dar oportunidade pro novo, a maioria das mulheres que estão participando nunca se envolveram... No final da votação foram 127 votos pra gente e 60 votos pra eles... você via pessoas de idade indo votar, pessoas que estavam desacreditadas da associação, pessoas que me paravam a rua pra falar que estavam indo votar. Pra mim, aquilo era de emocionar... O rapaz que se candidatou a presidente da outra chapa veio, apertou minha mão e falou que se puder ajudar, que ele está aqui pra somar... Independente da gente fazer parte da associação, a gente faz parte da comunidade. A gente brigou, a gente lutou enquanto a gente tem mais forças, um coletivo sólido, a gente conquista muito mais (Jovem 02 – Borboleta).

Eu levei a agroecologia para minha comunidade depois que eu fiz o curso... Eu vejo que quando eu levei isso, muitas coisas foram se desdobrando, a própria questão do turismo rural hoje lá em Teresópolis. Quando eu comecei a fazer o curso de agroecologia as pessoas estavam começando a pensar em fazer turismo rural lá. E aí, hoje em dia, a comunidade toda se engajou nisso por que viram que é rentável e que é uma das rendas que o produtor também

pode ter, até de beneficiar o seu produto e vender na propriedade, sem precisar depender de atravessador, de empresas privadas (Jovem 11 – Natureza).

O curso desencadeou o Rancho, ele é uma manifestação física... A nossa força incentivou outras pessoas da comunidade a botarem também. Agora são 14 quiosques de moradores remanescentes. Depois do Rancho, mais 13 pessoas também colocaram... Uma coisa que veio de mim, que fiz o curso, aí minha família apoiou, chegou junto e foi influenciando outras pessoas (Jovem 09 – Mulher de Areia).

O Rancho é o resultado da implantação do projeto de viabilidade econômica sustentável, denominado “São Gonçalo – Rancho: turismo rural, comunidade tradicional e alimentação saudável” (Quadro 23).

Outros impactos significativos podem ser observados no Quadro 23, como: jovens que estavam cursando ensino superior; indicação de uma jovem para atuar na Frente Parlamentar de Agroecologia; o empreendedorismo das jovens com o Rancho Ayres; participação em movimentos sociais de juventudes, “trabalho, também, pela organização da juventude seja ela do campo, das cidades ou das periferias” (Jovem 11 – Natureza); aprovação em edital de seleção para Mobilidade Acadêmica Internacional; participação e apresentação de trabalhos no Congresso Brasileiro de Agroecologia, “Portas que foram abertas por causa do curso de agroecologia e por causa de outras experiências que tive depois que entrei na Rural” (Jovem 11 – Natureza).

Quadro 23. Síntese dos impactos do projeto na vida das juventudes rurais.

Espaços Ocupados	Presidenta da Associação de Moradores e Produtores de São Gonçalo, Paraty.
	Secretaria do MST-Rio, por ter formação em questões que são bandeiras do movimento.
Educação	Diretoria da Associação de Moradores e Produtores de São Gonçalo, Paraty
	Graduando do curso de Zootecnia, na UNESP, Jaboticabal
	Graduando em Gestão Ambiental, no IFF, campus Paracambi, em fase de finalização do Trabalho de Conclusão de Curso sobre Turismo Rural
	Graduando em Ciências Biológicas, na UFRRJ, Seropédica
	Graduanda em Geografia, na Estácio
	Graduanda em Engenharia Agronômica, na UFRRJ, Seropédica
	Graduanda em Antropologia, na UFBA, Porto Seguro
	Graduanda em Turismo, em instituição particular
Continua...	

Continuação do Quadro 23.

Trabalho	Assessora Parlamentar durante o mandato da Deputada Estadual Monica Francisco, atuando na Frente Parlamentar de Agroecologia. Foi indicada por ter participado do projeto Proprietária do Rancho Ayres Autônoma/Empreendedora do Rancho Ayres Agricultor, utilizando técnicas agroecológicas
Movimento Social	Núcleo Jovem do Fórum de Comunidades Tradicionais Coletivo e Turismo de Base Comunitária de São Gonçalo, Paraty GT Juventudes da ABA Coletivo de Juventude do MPA Levante Popular da Juventude do MST Associação Brasileira de Zootecnia
Participação em projetos	Bolsista de extensão do projeto de agroecologia, na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Aprovado no Edital nº 011/2023, da PROPPG/UFRRJ “Raízes Africanas”. Mobilidade Internacional em Universidades da África para estudantes de graduação, durante primeiro semestre de 2024.
Participação em eventos	Participação e apresentação de trabalhos ⁴¹ no XI CBA, 2019 Participação no 4º Festival Nacional de Juventude Rural, 2023. Participação e apresentação de trabalho ⁴² no XII CBA 2023:

Fonte: Formulário Google forms e Entrevistas. Elaborado pela Pesquisadora, 2023.

Concluímos que o projeto instrumentalizou as juventudes a buscarem caminhos para construção de seus projetos de vida por meio do ensino superior e isso está relacionado à formação para a cidadania, com maior impacto na vida desses jovens. A formação social possibilitou que as juventudes buscassem ocupar espaços decisórios, de liderança e de participação dos movimentos sociais, especificamente, os movimentos que representavam sua categoria social. Já a formação técnica contribuiu para o conhecimento e uso de tecnologias agroecológicas na produção de alimentos. Daí a importância de políticas públicas para as juventudes rurais, dentro da perspectiva da agroecologia e com foco em processos formativos que preconizem os três tipos de formação: técnica, social e para a cidadania.

⁴¹ “A Agroecologia contribuindo com o resgate da identidade caiçara”. “O protagonismo de jovens rurais na busca por sua autonomia a partir do desenvolvimento da agroecologia”. “A experiência de jovens rurais da Baía da Ilha Grande-RJ em processos formativos”.

⁴² “Quintais Agroecológicos da Vila Caiçara de São Gonçalo e São Gonçalinho”.

7. CONCLUSÕES

As questões que nortearam essa tese se direcionaram ao objetivo de analisar as políticas públicas para as juventudes rurais, sua abrangência e impactos provocados na vida das juventudes rurais. Percebemos que as políticas públicas, no recorte temporal de 1995 a 2022, tiveram mudanças significativas em relação à compreensão acerca da categoria social juventude, passando de uma percepção das juventudes homogêneas até a compreensão como sujeitos de direitos.

Nos governos FHC, encontramos uma percepção sobre juventudes nas políticas públicas do governo federal como uma categoria social homogênea, em que as ações eram voltadas para superar e conter as juventudes, trazendo uma abordagem das juventudes como período preparatório e ou problemática; e as juventudes rurais eram invisibilizadas nesse processo.

Nos governos Lula, o debate sobre juventudes avançou, ganhou espaço na agenda política e um reconhecimento social das juventudes dentro da sua diversidade. E as juventudes rurais aparecem não de forma ampla, mas dentro da diversidade dessa categoria. Nesse período também houve a criação da Política Nacional de Juventude: Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude, o que possibilitou a elaboração e implementação de políticas públicas específicas para as juventudes rurais e, ainda, a inclusão das juventudes como uma meta do Plano Plurianual 2008-2011 (Meta 14), onde as juventudes rurais foram contempladas.

Os governos Dilma deram continuidade às políticas do seu antecessor, realizando importantes feitos para as juventudes rurais, com: realização do I Seminário Nacional “Juventude Rural e Políticas Públicas”, 2012; aprovação do Estatuto da Juventude, 2013, onde as juventudes rurais foram contempladas no estatuto em seis dos 11 direitos; aprovação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Entretanto, após o seu impeachment em 2016, iniciou-se, com o governo Temer, o desmantelamento das políticas públicas, especialmente, as políticas sociais, nas quais as juventudes como um todo, bem como as juventudes rurais foram diretamente afetadas. Esse governo impôs então uma lógica conservadora de governar, fragilizando a nossa democracia.

Por fim, o governo Bolsonaro, deu continuidade ao desmantelamento das políticas públicas, com bandeiras neoliberais. Consolidou uma agenda conservadora, com retirada de direitos; promoveu ataques às universidades e centros de pesquisa por meio de cortes de verbas, bem como com o retrocesso nos direitos trabalhistas, com a reforma da previdência; extinguiu ou esvaziou as políticas públicas voltadas para as juventudes, como por exemplo, a extinção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.

Um dos obstáculos encontrados foram as políticas públicas específicas para as juventudes rurais não atingirem todos os seus beneficiários, mas, também, pela carência em questões condicionantes e estruturantes para o desenvolvimento do meio rural, como: reforma agrária popular⁴³, crédito, estradas, educação do campo, transportes, água, saneamento, entre outras. O que poderia ser uma estratégia para superar os obstáculos acaba se tornando outro obstáculo devido à má qualidade dos serviços, fazendo com que não só as juventudes rurais, mas a população de forma geral, recorra a outros municípios.

⁴³ Traz em sua dimensão não apenas a necessidade de terra para quem nela trabalha, categoria central na década de 1980 e 1990, mas a necessidade de produzir alimentos saudáveis a toda população, adquirindo o caráter popular da reforma agrária. A partir de então, a reforma agrária deixa de ser interesse apenas das populações que vivem no campo e se transforma numa necessidade do conjunto da sociedade. Sete pontos sobre a Reforma Agrária popular: terra, natureza, sementes, produção, energia, educação e cultura, direitos sociais (MST, 2021).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso analisado evidenciou uma orientação de política pública que compreendia as juventudes rurais como indivíduos ativos, participativos, possuidores de direitos, tendo como foco a agroecologia. O projeto “Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro” promoveu uma formação condizente com a perspectiva agroecológica, oportunizando um processo formativo no qual, desde o início, as juventudes se mostraram interessadas em aprender, estando disponíveis e dispostas a colaborar com a construção do conhecimento agroecológico. O projeto possibilitou instrumentalizar esses jovens a buscarem sua autonomia e o protagonismo em suas regiões/territórios.

As abordagens da agroecologia foram trabalhadas ao longo de todo o processo formativo, comprovando que a mesma dialoga com as pautas das juventudes e pode desempenhar um papel significativo para a permanência das juventudes no campo. Entendemos que a agroecologia se apresenta como uma via possível e necessária de transformação da sociedade e de enfrentando da crise socioambiental. O projeto de viabilidade econômica sustentável elaborado a partir das experiências de duas jovens da Baía da ilha Grande foi implantado pelas jovens no seu território, após o fim do projeto evidenciando, com isso, o potencial da agroecologia.

Consideramos que a hipótese de que a possibilidade de permanência das juventudes rurais no campo pode ser incentivada pela efetivação de políticas públicas específicas para esse grupo social e que a perspectiva da agroecologia pode ser um dos direcionamentos para a eficácia dessas políticas públicas foi confirmada através das perspectivas após o encerramento do projeto, como os espaços que as juventudes ocuparam, exercendo papel de liderança, com destaque para a jovem que se tornou presidente da Associação de Moradores e Produtores de São Gonçalo, Paraty, além da participação e envolvimento em movimentos sociais de juventudes e de agroecologia, bem como atuação desses jovens no mercado de trabalho.

Concluímos que, a partir da experiência do projeto analisado podemos ampliar o debate para políticas públicas futuras. Importante destacar que as políticas de juventudes rurais precisam estar conectadas com o contexto social onde as juventudes rurais estão inseridas, que estas políticas possam ter um olhar ampliado para as realidades das regiões/territórios, pois os dados revelaram que a infraestrutura nas comunidades foi considerada obstáculo para as juventudes. Atentar, também, para a diversidade das juventudes rurais, bem como para as políticas que já estão em andamento, mas que podem ser intensificadas com propostas mais participativas, emancipatórias e inclusivas, através de uma visão crítica da realidade e com envolvimento das famílias. Além disso, é importante que as políticas estejam alinhadas às demandas dos movimentos sociais de juventudes.

Sobre as políticas públicas para formação, é importante promover processos formativos que propiciem o empoderamento das juventudes, por meio da construção do conhecimento, estimulando as juventudes rurais a ocuparem espaços de lideranças e de decisão acerca dessas políticas públicas. Além de garantir a presença de jovens rurais nos espaços decisórios, é necessário também dar condições para que elas possam acompanhar e apresentar suas pautas, ou seja, garantir que as juventudes rurais tenham condições de representatividade. Para tanto, a troca geracional é importante, mas assegurar a participação efetiva desses jovens é central para que suas demandas, necessidades, anseios e desejos estejam presentes nas pautas dos espaços decisórios e sirvam de base norteadora e orientadora para a construção de políticas públicas específicas para essa categoria social.

A experiência analisada contribuiu para refletir sobre as políticas públicas de forma geral, nas quais percebemos que ocorreram avanços significativos sobre a compreensão das juventudes como sujeitos de direitos, entretanto, mesmo as políticas que tiveram avanços na representação de juventudes ainda não foram suficientes para dar conta de atender todas as

demandas, anseios, desejos e necessidades, mas contribuíram para que as juventudes pudessem buscar uma participação, autonomia e o protagonismo nas suas localidades e a escolha de caminhos. No caso das juventudes rurais, percebemos que as políticas públicas para essa categoria devem estabelecer um diálogo e aproximação com a agroecologia, evidenciando a contribuição da mesma para a manutenção das juventudes no campo.

Concluímos, ainda, que o projeto em questão contribuiu para experiências futuras da universidade no que se refere a projetos de extensão. Essa experiência poderá ser usada como modelo de extensão inovadora dentro da perspectiva da agroecologia, a qual é preconizada por Bordenave (1985); Freire (1985); FORPROEX (2012); Gadotti (2017); Santos (2006); Caporal (2009); Costabeber e Caporal (2003); Irineu (2016); Machado e Machado (2014), entre outros. Apresentamos aqui algumas diretrizes que poderão nortear a elaboração e execução de projetos de extensão dentro da perspectiva agroecológica, com foco no fortalecimento da inclusão social e produtiva e o acesso a mercados, os quais acreditamos que poderão contribuir com as transformações das condições de vida da população brasileira.

a) Gestão e equipe de trabalho:

Ter uma gestão composta por servidores (técnicos administrativos e ou docentes) que tenham conhecimentos e experiências em agroecologia. Organizar a gestão dos projetos em coordenações: i) coordenação administrativa para assumir questões administrativas burocráticas e, ii) coordenação executiva responsável por conduzir e articular as ações do projeto. É importante envolver docentes, técnicos, estudantes e instituições parceiras na gestão do projeto, promovendo uma gestão coletiva, colaborativa e compartilhada e, também, para dar apoio ao planejamento, acompanhamento e registros das atividades ao durante a execução dos projetos. É necessário, ainda, que equipe de trabalho seja formada por profissionais com experiências fundadas tanto na agroecologia, como em pressupostos interdisciplinares, envolvendo diversas áreas do saber. Garantir que a equipe de trabalho considere a importância de incluir os(as) participantes dos projetos nos processos de tomadas de decisões, por meio de uma relação dialógica e horizontal entre todos os atores: beneficiários, coordenação, tutores (caso haja), docentes, pesquisadores, estudantes e demais colaboradores.

b) Parcerias:

Envolver organizações que tem conhecimento prévio e capilaridade nas diversas realidades dos atores sociais que serão beneficiados dos projetos: instituições de pesquisa, movimentos sociais, instituições locais, organizações de ATER, entre outras. As instituições parcerias são importantes para a mobilização do público beneficiário, para disponibilizar espaços e estruturas para a realização das atividades dos projetos. Elas também podem oportunizar o público beneficiário a participar, de acordo com seus interesses, de eventos extras que não estão nos projetos. A parceria com organizações que atuam com a agroecologia é importante e necessária para viabilizar essas experiências evidenciando, com isso, a importância de ter uma equipe com conhecimentos e vivências nessa área.

c) Infraestrutura:

É necessário destinar uma estrutura adequada para a execução de projetos que envolvam a comunidade externa: alojamento, transporte e alimentação. No caso da universidade não dispor de espaços específicos, adaptar os existentes, desde que ofereçam qualidade e segurança para essa finalidade.

d) Público beneficiário:

Garantir, no mínimo, 30% das vagas para categorias sociais historicamente vulneráveis: jovens, mulheres, LGBTQIAP+, negros, quilombolas, povos originários e comunidades tradicionais, etc., valorizando e reconhecendo a necessidade de garantir a participação desses grupos sociais nos projetos de extensão.

e) Temas transversais:

Além da temática central dos projetos, trabalhar questões para a promoção cidadã, com visão crítica e reflexiva sobre a realidade, os modelos de desenvolvimento em disputa na sociedade, enfim, temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político, econômico e pessoal.

f) Metodologia:

Promover iniciativas voltadas para o contexto socioambiental dos participantes dos projetos, percebendo saberes e conhecimentos na transversalidade e na interação de processos sociais, econômicos, produtivos, culturais em ocorrência no nexo local-regional-global. Construir uma proposta metodológica alicerçada na pedagogia da alternância. A pedagogia da alternância é, em si, um desafio por requerer uma compreensão mais ampliada de extensão, na qual as ações dos projetos se darão não somente dentro do saber acadêmico, mas, também e especialmente, por meio das experiências e vivências que os(as) beneficiários(as) construíram ao longo da sua trajetória de vida. Dessa forma, é necessário reunir e dialogar com diversos atores sociais para construir um projeto alinhado com a pedagogia da alternância, dentro da perspectiva agroecológica e em acordo com a realidade do(as) participantes. Projetos voltados para a agroecologia exigem usar metodologias diferenciadas e interativas (Capítulo 5 da tese), como: aula expositiva dialogada com produção de material, roda de conversa instalação pedagógica, oficina, vivência, atividade cultural, acordos coletivos e alteridade, seminário, dinâmica de integração, aula prática, cine debate, atividade autogestionada, material didático para dar apoio às atividades dos projetos, visita de campo, palestra, orientação com a equipe de trabalho, seminário, e, ainda, intercâmbio, caravana, entre outras. A gestão e a equipe de trabalho poderá, ainda, proporcionar atividades além das contidas no cronograma dos projetos, assim, os(as) participantes poderão ter oportunidades de aprofundar, consolidar e ampliar os conhecimentos adquiridos por meio dessas experiências. Em projetos de extensão orientados pela perspectiva agroecológica, é necessário levar em consideração a participação em eventos e espaços que vivenciam a agroecologia, ou seja, conhecer experiências concretas para consolidar os conhecimentos adquiridos. Além disso, é importante promover, também, momentos formativos para a equipe de trabalho, visando refletir sobre conceitos e conteúdos abordados durante os projetos e, alinhar os conhecimentos aos interesses e perfil dos(as) participantes.

g) Carga horária:

A carga horária é um quesito importante a ser considerado em projetos de extensão voltados para a perspectiva agroecológica devida à sua complexidade, portanto, é necessário priorizar uma carga horária que dê conta de atender as temáticas abordadas e, ainda, as demandas, necessidades e realidades dos(as) beneficiários.

Produtos e processos desenvolvidos: os produtos e processos podem ser expressos por meio dos conhecimentos e habilidades adquiridos ao longo dos projetos. Eles podem ser

materializados com a elaboração e implantação de projetos de viabilidade econômica sustentável agrícola ou não agrícola. Esses projetos irão traduzir os temas que despertaram maior interesse. Cada participante através da escolha de um tema que foi abordado e de acordo com o seu interesse. Os projetos de viabilidade econômica sustentável evidenciam, também, a importância de ações de extensão contextualizadas, dialógicas e com uso de metodologias participativas.

9. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (coord.). **Juventude e Juventudes:** o que une e o que separa. UNESCO. Brasília, 2006.
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar:** desafios dos novos padrões sucessórios. UNESCO. Brasília, 1998.
- ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In FREITAS, M. V. (org). **Juventude e adolescência no Brasil:** referências conceituais. Ação Educativa. São Paulo, 2005.
- ALBUQUERQUE, E. O adensamento populacional da Baixada Fluminense a partir dos loteamentos: a construção de uma periferia. **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio.** Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 143-167, jan.-jul. 2020
- ALTIERI, M. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4^a. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____. **Agroecologia:** as bases científicas para uma agricultura sustentável. 3^o. ed. Expressão Popular. AS-PTA. São Paulo, Rio de Janeiro, 2012.
- ARNSTEIN'S, S. R. A Ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Planning Association.** Vol. 35, nº. 4, July 1969, pp. 216-224.
- ATLAS DAS JUVENTUDES **evidências para a transformação das juventudes.** Disponível em, www.atlasdasjuventudes.com.br. Consulta em 02 de fevereiro de 2022.
- BARBOSA, S. C. A.; ABBOUD, A. C. de S. **Caderno de Discussão:** agroecologia e juventudes. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Edições 70. 1º Edição. Lisboa, 2015.
- BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude ruralno Brasil:** atores e fluxos políticos nesse processo social. 2014. 306 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BARCELLOS, S. B.; MANSAN, P. R. A. Balanço, perspectivas e questões para o debate. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (orgs). **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil.** Brasília: Presidência da República, 2017. p.202 - 217.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 1985.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL - uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (org) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro, 2000.
- BIAZOTI, A.; ALMEIDA, N.; TAVARES, P. **Caderno de Metodologias:** inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico. Projeto “Sistematização de experiências, construção e socialização de conhecimentos: o protagonismo dos Núcleos e Rede de Núcleos de Estudos em Agroecologia das universidades públicas brasileiras” CNPq 401840 (2015-2017). Associação Brasileira de Agroecologia, 2017.
- BORDENAVE, J. D. **O que é comunicação rural.** Editora Brasiliense. 3º edição. São Paulo, 1985.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Marco Zero. Rio de Janeiro, 1983, p. 112 –121.

BRASIL Aprovada em 2017, reforma trabalhista alterou regras para flexibilizar o mercado de trabalho. Agência Senado. Publicado em 02/05/2019. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-trabalhista-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho#:~:text=Em%20vigor%20desde%202017%20a,rela%C3%A7%C3%B5es%20entre%20trabalhadores%20e%20empregadores>. Consulta em, 26 de agosto de 2023.

_____. **Brasil agroecológico:** Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 216-2019. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. – Brasília, 2016.

_____. **Chamada Pública para projeto de Formação Agroecológica e cidadã para juventude rural.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar – SAF. Assessoria de Juventude – AJ. Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. Brasília, 2017.

_____. **Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995.** Programa Comunidade Solidária. Casa Civil. 1995.

_____. **Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016.** Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2017.

_____. **Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016.** Presidência da República.

_____. **Decreto nº 8.786, de 14 de junho de 2016.** Presidência da República.

_____. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.** Presidência da República.

_____. **Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020.** Presidência da República.

_____. **Decreto nº 11.619, de 25 de julho de 2023.** Presidência da República. Convoca a 4º Conferência Nacional de Juventude. Brasília, 2023.

_____. **Diagnóstico situacional e diretrizes para políticas públicas para as juventudes rurais brasileiras.** Secretaria de Governo da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude em parceria com a Fundação Universitária José Bonifácio, com a interveniência do Núcleo Interdisciplinar para Desenvolvimento Social – NIDES e do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais – IVIG, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2018.

_____. **Emenda Constitucional nº 90, de 15 de Setembro de 2015.** Constituição Federal. Brasília, 2015.

_____. **Guia de Políticas Públicas.** Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.

_____. **Guia de Políticas Públicas de Juventude.** Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005.** Casa Civil. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002.

_____. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013.** Casa Civil. Estatuto da Juventude. Brasília,

2017.

- _____. **Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016.** Presidência da República.
- _____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Presidência da República.
- _____. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Secretaria Geral da Presidência da República.
- _____. **Lei nº 13.971, de 27 de dezembro, de 2019.** Ministério do Planejamento e Orçamento.
- _____. **Medida Provisória Nº 726, de 12 de maio de 2016.** Presidência da República. Brasília, 2016.
- _____. **Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019.** Presidência da República.
- _____. **Medida Provisória nº 955, de 20 de abril de 2020.** Presidência da República.
- _____. **Plano plurianual 2008-2011:** projeto de lei. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília, 2007.
- _____. **Plano Plurianual 2008-2011.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília, 2007.
- _____. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018.
- _____. **Território da Cidadania.** Ministério de Desenvolvimento Agrário. Disponível em, www.territoriosdacidadania.gov.br. Consulta em 31 de outubro de 2022.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; THEUER, D. Um Estado novo- desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, 2012, p. 811-829.
- BRUMER, A. Os jovens e a reprodução geracional na Agricultura Familiar. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (orgs) **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil.** Brasília: Presidência da República, 2014. p. 217-234.
- BURCHARDT, T.; HICK, R. **Inequality and the capability approach.** London (UK); LSE/CASE, 17 p. (CASE/201), 2017.
- CAETANO, E.; AZEVEDO, E. E. F. N. Políticas Públicas e Juventudes: algumas particularidades do caso brasileiro. El Estado en América Latina: un análisis desde las políticas públicas. **Revista Latinoamericana Polis.** nº 48, 2017.
- CAPORAL, F. R. **Agroecologia:** uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília, 2009.
- CARDOSO, F. H. **Comunidade Solidária:** todos por todos. Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Casa Civil, Programa ComunidadeSolidária. Brasília, 1995.
- _____. **Uma estratégia de desenvolvimento social.** Coleção documentos da Presidência da República. Brasília, 1996.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre Herança e gênero entre agricultores familiares agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas.** Ano 9. Segundo semestre de 2001.
- CASSAB, C. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: um introdução. **Revista Locus: Revista de História.** Juiz de Fora, v. 17, n. 02 p. 145-159, 2011.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair:** uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Contra Capa, Rio de Janeiro, 2013.

CASTRO, E. G.; FERREIRA, A. T.; SERRADOURADA, R. N.; CARVALHO, E. Juventude e agroecologia: a construção de uma agenda política e a experiência do PLANAPO. In: SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F. de; MATTOS; L. M. de; ÁVILA, M. L. de; SPÍNOLA; P. A. C.; SILVA, A. P. M. da. (org). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil:** uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. IPEA. Brasília, 2017.

_____. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud** Vol. 7 nº. 1 en-jun, 2009.

_____. PNRA e juventude rural: 30 anos depois – balanço e apontamentos em um contexto de ruptura institucional. **Retratos de Assentamentos.** V. 19, N. 2, 2016.

CORNWALL. A.; ROMANO, J. O.; SHANKLAND, A. Culturas da política, espaços de poder: contextualizando as experiências brasileiras de governança participativa. In: ROMANO, J. O.; ANDRADE, M. P.; ANTUNES, M. (orgs). **Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania:** a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 257- 291.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H. (Org). **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul.** Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, p. 157-194, 2003.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. (coord.). **Brasil rural em debate – coletânea de artigos.** Brasília (DF), CONDRAF/MDA, 2010.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro 50(6):959-979, nov./dez. 2016.

FERREIRA, T. H. S.; FARIA, M. A.; SILVARES, E. F. M. Adolescência através dos Séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** v. 26, n. 2, p. 227-234, 2010.

FORPROEX, Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação.** 8º ed. São Paulo: Paz e terra, 1985.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra. São Paulo, 1997.

FUKUDA-PARR, S.; LOPES, C.; MALIK, K. (orgs.). **Capacity for development – new solutions to old problems.** N. York, Earthscan/UNDP, 2002.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária:** Para quê? Consulta em, 04 de julho de 2019. Disponível em, https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extensão_Universitária-Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf.

GALINDO, E. **Em pauta:** Juventude rural e políticas públicas. Coleção juventude. Série estudos/ n.1. Presidência da República – Brasília, 2014.

GROSSMAN, E. A construção do conceito de adolescência no Ocidente. **Adolescência e Saúde**. Volume 7, Número 3, julho de 2010.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.59-67.

GUZMÁN, E. S.; WOODGATE G. Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. **Agroecología**. Volume 8, número 2, 2013, p. 27 – 34. <https://doi.org/10.6018/agroecología>. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/212161>. Consulta em 21 de maio de 2023.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 8^aed., 2003, 102 p.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 1. São Paulo, 2014.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo populacional 2022**. Disponível em, <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Consulta em, 08 de outubro de 2023.

IRINEU, N. S. O. **Dimensões da agroecologia na produção e comercialização de agricultores familiares no Distrito Federal e Entorno**. Brasília: Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, 2016, 94 p. Dissertação de Mestrado.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. Editora Alfa-Omega, 2^ºedição, 1975.

LEITE, S. P.; SCHMITT, C. J.; GRISA, C.; SILVA, M. A. P.; ZIMMERMANN, S.; BARBOSA, Y. S. Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. In: GOMIDE, A. A.; SÁ, M. M. de; LEOPOLDI, S. M. A. (org). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. Cortez Editora. São Paulo, 1990.

MACEDO, S. C. **Educação do Campo e jovens rurais:** um estudo sobre demandas educacionais nas Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude. 2019. 162f. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação) Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ, 2019.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia – Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo:Expressão Popular, 2014.

MARINHO, C. M.; FREITAS, H. R.; COELHO, F. M. G. Porque ainda falar e buscar fazer extensão universitária? **Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina,v. 7, n. 1, p. 121-140, 2019.

MELO, R. A. Cidadania e exclusão; dualidade inerente à democracia. **Cad. Est. Soc.Recife**, v. 16, nº 1, p. 79-108, jan/jun, 2000.

MENEZES M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (org). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Presidência da República. Coleção juventude. Série Estudos, n.

1. Brasília, 2014.

MOLINA, M. C. Políticas Públicas. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. 3º Edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 585.

MOORE, J. W. The Capitalocene, Part 1: on the nature and origins of our ecological crisis. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 3, 2017. p. 594-630.

MST, Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra. **O que é Reforma Agrária do MST?** Disponível em <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Consulta em 06 de novembro de 2023.

NOVAES, R. R. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (orgs). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo. Cortez, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert, 2003, p. 121 – 141.

NOVAES, R. Juventude, religião e espaço público. **Religião e Sociedade, Rio de Janeiro**, 32(1): 184-208, 2012.

NOVAES, R. R.; RIBEIRO, E. **Livro das Juventudes Sul-americanas**.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Juventude**. Disponível em <https://unric.org/pt/juventude/>. Consulta em 21 de maio de 2023.

PALMEIRA, M. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. 1989. Consulta em 12 de novembro de 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a06.pdf>

PENTEADO, F. P.; ALMEIDA, I. C. L. As políticas públicas brasileiras pós-1995 para a Formação profissional do jovem. XI Congresso Nacional de Educação. II Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. IV Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente. **Anais...** Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013.

PERES, T. H. A. Comunidade Solidária: a proposta de um outromodelo para as políticas sociais. Civitas - **Revista de Ciências Sociais**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. Vol. 5, n. 1, janeiro-junho, pp. 109-126.

PEREZ, O. C.; LUZ, L. C. X. Retrocessos na política para as juventudes na esfera federal e no município de Teresina. **Revista Humanidades e Inovação**. Volume 6, nº 17. 2019. Acesso em, 08 de novembro de 2019. Disponível em, <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1747>

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIZZI, R. G.; DULCI, L. B.; OLIVEIRA, L. T. L.; LIMA, L.C. Juventude rural na agenda governamental: construção de um plano nacional. 7 SIMPÓSIO REFORMA AGRÁRIA. **Anais...** Disponível em: <https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao2/juventude-rural-agenda-governamental.pdf> Consulta em 02 de fevereiro de 2023.

ROCHA, H. S. Formação de agenda de políticas públicas de juventude no governo federal de 2002 a 2005. **Revista Juventude e Políticas Públicas**. Dezembro, 2014.

ROMANO, J. O., ANTUNES, M. (orgs). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2003, p.9-20.

SAMPAIO JR., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédiae farsa. **Serviço Social & Sociedade**, nº. 112, 2012, pp. 672-688.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo:** para uma nova culturapolítica. São Paulo: Cortez, 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras,2010.

SILVA, T. A. A. As políticas públicas de juventude no Brasil pós-golpe de 2016: o cenário de ataque aos direitos sociais. ISSN 1517-5901 (online). Política e Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, nº 54. Janeiro/Junho, de 2021, p. 150-167.

SOARES, A. P. C. **Roteiro para roda de conversa sobre PNAES.** Consulta em 10 de outubro de 2023. Disponível em <https://educapes.capes.gov.br>.

SOUZA, C. O estado da arte da pesquisa sobre políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETACHE, M. E. (org). **Políticas Públicas no Brasil.** Editora FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2007, p. 65 – 76.

_____. **Políticas Públicas:** Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas. Acesso em 23 de outubro de 2023. Disponível em <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação.** Nº 24. Set/Out/Nov/Dez, 2003.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens:** o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro, Santa Catarina. 2002. 279 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UniversidadeFederal de Santa Cataria, Florianópolis, 2002. Acesso em 12 de julho de 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82617>.

UFRRJ. **Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária.** Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação. Consulta em, 21 setembro de 2021. https://sigaa.ufrrj.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=7553.

_____. **Projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro.** Reitoria. 2017.

_____. **Relatório financeiro e de atividades do Projeto Formação agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro,** Reitoria. 2020.

_____. **Resolução nº 1/PROEXT de 18 de setembro de 2020.** Estabelece normas para elaboração, submissão e avaliação de proposta de “Projetos de Extensão” na UFRRJ. Pró Reitoria de Extensão. 2020.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18º. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de Caso:** planejamento e método. 5º Edição. Porto Alegre: Bookman, 2014.

WEBER, M. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 1991.

10. APÊNDICES

10.1. Apêndice I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Políticas públicas para as juventudes: a busca pela emancipação, autonomia e empoderamento das juventudes rurais do Território Norte e da Baía da Ilha Grande no Estado do Rio de Janeiro”, conduzida por Shirlene Consuelo Alves Barbosa, aluna do PPGCTIA/UFRRJ, sob orientação da professora Dra. Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto, do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria, do ICSA/UFRRJ. Este estudo tem por objetivo analisar as políticas públicas para as juventudes rurais, sua abrangência e quais impactos provocaram na vida dos atores juvenis dos referidos territórios e os impactos dos desmontes das políticas públicas na vida desses jovens.

Você foi selecionado(a) por ter participado do Projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Não há riscos previstos para a integridade física, mental ou moral dos entrevistados. A participação dos respondentes não será remunerada e nem implicará em gastos para os participantes.

O estudo contribuirá com o debate acadêmico e com expectativas dos participantes, no que diz respeito a concepções sobre juventudes rurais, participação, autonomia, políticas públicas, agroecologia, agricultura familiar e desenvolvimento territorial sustentável.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em entrevistas gravadas ou em conversas em grupos focais. As conversas com grupos focais e as entrevistas gravadas serão on-line, onde se registrará apenas o áudio. O horário e local será definido por você. Neste caso, se perguntará brevemente sobre sua trajetória, o que o motivou a participar do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro, percepções que possui sobre juventude, agroecologia, etc.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

Tornarei público nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de participantes ou instituições. Respeitando assim a identidade de cada participante.

Como pesquisadora responsável, me comprometo a cumprir com cada item deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e de efetivar indenização de qualquer dano decorrente da pesquisa.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa.

Contatos do pesquisador responsável: Shirlene Consuelo Alves Barbosa, aluna do programa de pós graduação - PPGCTIA/UFRRJ, shirlene.tutora@gmail.com, tel. (33) 9.8802-3011

Endereço e Contato do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UniFOA⁴⁴: Campus Universitário Olezio Galotti, na Avenida Paulo Erlei Alves Abrantes, nº 1325, bairro Três Poços, Volta

⁴⁴ Endereço conforme Art. 34 do Regimento do Comitê de Ética (2021). Telefone e e-mail disponíveis em <https://www.unifoabr.edu.br/pesquisa/cep/>. Em tempo, após cumprimento das pendências, estamos aguardando o parecer final.

Redonda - RJ. Telefone: (24) 3340-8400 (Ramal 8571). E-mail: cep@foa.org.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que comprehendi tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Nome do participante _____

Assinatura do participante: _____

10.2. Apêndice II – Formulário do *Google Forms*

Pesquisa: Políticas públicas para as juventudes rurais: impactos na vida das juventudes do Rio de Janeiro

Você está sendo convidado a participar da pesquisa, conduzida por Shirlene C. Alves Barbosa, aluna do PPGCTIA/UFRRJ, sob orientação da professora Dra. Mônica Aparecida Del Rio Benevenuto, do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria, do ICSA/UFRRJ. O estudo tem por objetivo analisar as políticas públicas para as juventudes rurais, sua abrangência e quais impactos provocaram na vida dos atores juvenis.

Este formulário está sendo enviado somente para os(as) participantes do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro e você está sendo convidado por ter participado do projeto. Sua participação não é obrigatória. O estudo contribuirá com o debate acadêmico e com expectativas dos participantes, no que diz respeito a concepções sobre juventudes rurais, participação, autonomia, políticas públicas, agroecologia.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. Tornarei público nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de participantes ou instituições. Respeitando assim, a identidade de cada participante. Como pesquisadora responsável, me comprometo a cumprir com cada item deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e de efetivar indenização de qualquer dano decorrente da pesquisa.

Contatos da pesquisadora responsável: Shirlene Consuelo Alves Barbosa, aluna do Programa de Pós Graduação (PPGCTIA/UFRRJ). E-mail: shirlene.barbosa@ifmg.edu.br. Celular: (33) 9.8802-3011.

() Aceito participar.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (respostas obrigatórias)

1. Nome que gostaria de ser identificado:

2. Local onde reside:

3. Idade:

4. Sexo:

EDUCAÇÃO (respostas obrigatórias)

5. Atualmente você:

- Apenas estuda
- Trabalha e estuda
- Apenas trabalha
- Está desempregado
- Outro:

6. Caso esteja trabalhando, informe qual é o seu trabalho ou ocupação principal:

7. Escolaridade:

- Ensino fundamental completo
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino superior completo
- Ensino superior incompleto

POLÍTICAS PÚBLICAS (respostas obrigatórias)

8. Já teve acesso a alguma política pública?

- Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
- Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF
- PRONAF jovem
- Bolsa Família
- Jovem Aprendiz
- Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM

- Identidade Jovem - ID Jovem
- Ponto de cultura
- Nossa Primeira Terra Saberes da Terra
- Programa Universidade Para Todos – PROUNI
- Fundo de Financiamento Estudantil - FIES
- Outro:

IDENTIDADE, PARTICIPAÇÃO E JUVENTUDES (respostas obrigatórias)

9. Você participa de alguma entidade ou associação?

- Associação de moradores
- Conselho Municipal
- Associação de agricultores
- Sindicato de trabalhadores ou patronal
- Partido ou associação política
- Movimento Social
- Organização Não Governamental – ONG
- Não participo
- Outro:

10. Caso participe, informe o nome da entidade ou associação:

11. Como você percebe a juventude em sua comunidade ou região?

12. Você acha que existe interesse dos(as) jovens em permanecer no campo? Por que?

13. Além do projeto Formação Agroecológica para jovens cidadãos do Rio de Janeiro, você já participou de outro projeto e ou programa voltado para as juventudes?

SIM NÃO

14. Em caso de sim, qual?

CULTURA, ESPORTE E LAZER (respostas obrigatórias)

15. O que tem feito no tempo livre?

16. Quais as atividades de cultura, esporte e lazer existem ou que você gostaria que tivesse em sua comunidade?

PROJETO FORMAÇÃO AGROECOLÓGICA PARA JOVENS CIDADÃOS DO RIO DE JANEIRO (respostas obrigatórias)

17. Como ficou sabendo do projeto e o que te levou a se inscrever?
18. Cite pelo menos três situações que mais te impactaram durante o projeto:
19. Após ter participado do projeto, houve alguma mudança no modo de produção e ou no seu trabalho, ou seja, conseguiu usar os conhecimentos sobre agroecologia?
20. Na sua vida, quais os impactos e desdobramentos que o projeto causou?

10.3 Apêndice 3 – Entrevista com as Juventudes Rurais

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS JUVENTUDES RURAIS

DADOS PESSOAIS

1. Nome:
2. Como você se declara: () Preto () Pardo () Branco () Indígena
3. O que você faz, atualmente?

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

4. Com quem você mora? Cite os membros da família:

RENDIMENTO FAMILIAR

5. Qual(is) a(s) fonte(s) de renda de sua família?

- | | | |
|--|--|---|
| (<input type="checkbox"/>) Agricultura | (<input type="checkbox"/>) Salário | (<input type="checkbox"/>) Benefício do governo |
| (<input type="checkbox"/>) Pensão | (<input type="checkbox"/>) Aposentadoria | (<input type="checkbox"/>) Outra |

PROPRIEDADE AGRÍCOLA

6. Qual a sua relação com o meio rural?
7. Quem trabalha na propriedade rural?
8. Tem alguma produção?
() animal () agrícola () Outra
9. Como é feito o manejo?

POLÍTICAS PÚBLICAS

10. Qual o tipo de serviço público existente em sua comunidade?

- | | | |
|--|---|---|
| (<input type="checkbox"/>) Escola | (<input type="checkbox"/>) Segurança pública | (<input type="checkbox"/>) Limpeza coletiva |
| (<input type="checkbox"/>) Creche | (<input type="checkbox"/>) Transporte coletivo | (<input type="checkbox"/>) Áreas de lazer |
| (<input type="checkbox"/>) Banco | (<input type="checkbox"/>) Fornecimento de água | (<input type="checkbox"/>) Correia |
| (<input type="checkbox"/>) Fornecimento de energia | (<input type="checkbox"/>) Unidade básica de saúde/hospital | (<input type="checkbox"/>) Outro |

11. Como você avalia este serviço público?

12. Já acessou outra política pública, além da que marcou no formulário?

- | | | | |
|---|---------------------------------------|---|---|
| (<input type="checkbox"/>) PNAE | (<input type="checkbox"/>) PAA | (<input type="checkbox"/>) PRONAF | (<input type="checkbox"/>) PRONAF Jovem |
| (<input type="checkbox"/>) Jovem Aprendiz | (<input type="checkbox"/>) PROJOVEM | (<input type="checkbox"/>) ID Jovem | (<input type="checkbox"/>) Ponto de Cultura |
| (<input type="checkbox"/>) FIES | (<input type="checkbox"/>) PROUNI | (<input type="checkbox"/>) Saberes da Terra | (<input type="checkbox"/>) Nossa Primeira Terra |
| (<input type="checkbox"/>) Bolsa Família | (<input type="checkbox"/>) Outra: | | |

SOBRE O PROJETO

13. Quais foram os temas trabalhados no projeto que mais te chamaram atenção?

14. Indique três palavras que para você representa a Agroecologia:

15. Indique três palavras que para você representa a juventude:

16. O que você faz atualmente tem relação com a agroecologia e ou com o projeto? Comente:

17. Como foi viver a experiência do projeto?

18. Quais os impactos e desdobramentos do projeto na sua vida?

11. ANEXOS

11.1. Anexo I - Parecer da Comissão de Ética

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
VOLTA REDONDA /
FUNDAÇÃO OSWALDO
ARANHA - UNIFOA



PARECER CONSUSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Titulo da Pesquisa: Políticas públicas para as juventudes: a busca pela emancipação, autonomia e empoderamento das juventudes rurais do Território Norte e da Baía da Ilha Grande no Estado do Rio de Janeiro

Pesquisador: SHIRLENE C. ALVES BARBOSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 77472022.6.0000.5237

Instituição Proponente: CTUR - Colégio Técnico da UFRRJ

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.939.948

Apresentação do Projeto:

O objetivo da pesquisa é analisar as políticas públicas para as juventudes rurais, sua abrangência e quais impactos provocaram na vida dos atores juvenis do meio rural do Território Norte e Território da Baía da Ilha Grande, no Estado do Rio de Janeiro, bem como os impactos dos desmontes das políticas públicas na vida desses jovens.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar as políticas públicas para as juventudes rurais, sua abrangência e quais impactos provocaram na vida dos atores juvenis do meio rural do Território Norte e Território da Baía da Ilha Grande, do Estado do Rio de Janeiro, bem como os impactos dos desmontes das políticas públicas na vida desses jovens.

Objetivo Secundário:

- a) Identificar e analisar as políticas públicas para as juventudes rurais no recorte temporal de 1995 à 2021;
- b) Verificar quais os tipos de políticas públicas para as juventudes rurais que, de fato, existem nos territórios estudados e que incentivam a permanência dos(as) jovens nesses territórios;
- c) Analisar os possíveis obstáculos encontrados pelas juventudes rurais para acessarem as

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325

Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560

UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA

Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
VOLTA REDONDA /
FUNDAÇÃO OSWALDO
ARANHA - UNIFOA**



Continuação do Parecer: 6.939.948

políticas públicas e as estratégias utilizadas por elas para superarem os obstáculos;

d) Identificar e analisar como a agroecologia pode ser potencializadora de políticas públicas para as juventudes rurais a partir das experiências locais e se as políticas públicas estimulam a formar jovens com habilidades para lideranças das organizações sociais e econômicas da agricultura familiar, visando o protagonismo juvenil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: O risco que se corre com a pesquisa é a não participação das juventudes na pesquisa.

Benefícios: A pesquisa pode ser justificada por entender que é necessário e emergente refletir sobre as políticas públicas para as juventudes rurais porque, ainda hoje, permanece no imaginário daqueles que ocupam cargos de poder, a representação de atraso e arcaísmo associados ao rural e às pessoas que vivem e/ou trabalham neste espaço. Tal percepção dificulta, ainda mais, o envolvimento das juventudes rurais nos processos

decisórios, tornando-os, mais uma vez, dependentes do pessoal técnico, vistos, em muitas situações, como detentores do conhecimento. Neste sentido, a pesquisa pretende aprofundar nessas questões com o entendimento que relações sociais são complexas, onde supostamente, tais relações existentes possam ser revistas e ou reconstruídas a partir de um envolvimento deste segmento social pressupõe efetivar a sua participação

na formulação e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do meio rural. Para tanto, são necessárias políticas para as juventudes rurais constituídas e legitimadas nas esferas públicas capazes de reforçar a necessidade da valorização desses sujeitos. Refletir sobre o Território da Baía da Ilha Grande e o Território Norte Fluminense será de suma importância para compreender como está se dando o processo de transformação social pela qual a sociedade está passando nos últimos anos. A pesquisa se justifica, também, pela ausência no PPGCTIA/UFRRJ em desenvolver trabalhos com essa temática. Isso pode ser percebido em pesquisa realizada em abril de 2021, no banco de teses que estão disponíveis no site do programa . Foi possível identificar que nenhuma pesquisa desenvolvida tem como temática central as juventudes rurais e ou as políticas públicas para esse grupo social. Analisamos os títulos das teses defendidas durante o período de 2012 à 2019. Das 71 teses disponíveis no site, não identificamos nenhum trabalho com a palavra jovem /jovens /juventude / juventudes no título. Apenas duas teses, defendidas em 2014, apresentam no título temas que remetem a essa categoria social: a) educação do campo e b) pedagogia da alternância. A

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325

Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560

UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA

Telefone: (24)3340-8400

Fax: (24)3340-8404

E-mail: cep@foa.org.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
VOLTA REDONDA /
FUNDAÇÃO OSWALDO
ARANHA - UNIFOA**



Continuação do Parecer: 6.939.948

primeira tese tem como foco principal a pedagogia da alternância como articuladora de agentes para a formação do técnico em agropecuária, já a segunda o foco é a educação do campo com foco na construção dos projetos profissionais dos jovens. A expressão „jovens“, aparece somente no resumo de um dos trabalhos. Portanto, a relevância da pesquisa está na emergência em desenvolver uma pesquisa que dialoga com as áreas e temáticas propostas pelo PPGCTIA, sobretudo, na área de concentração de Políticas Públicas Comparadas se faz necessária. Além disso, nossa pesquisa poderá ser um importante instrumento para rever e repensar as políticas públicas para essa categoria social. A pesquisa ganha uma maior relevância devido ao contexto da política nacional que estamos vivendo desde 2016, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Evidenciamos, também, a pandemia da COVID-19, que possibilitou os eventos online realizados e com participação de especialistas em juventudes, políticas públicas, agroecologia entre outras, onde pudemos observar que as juventudes se tornaram uma categoria fragilizada e que algumas conquistas políticas da categoria, como: a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), vem perdendo força e função. Além disso, com a pandemia, as juventudes ficaram mais sensíveis ao desemprego, precariedade no trabalho, ao acesso à educação, à cultura, etc. Essas situações atingem as juventudes como um todo ‐ rural e urbana, legitimando, com isso, nossa pesquisa. Com isso, o cenário atual evidencia a emergência, necessidade e importância das juventudes, especificamente, as juventudes rurais serem compreendidas como um importante personagem na elaboração e implementação de políticas públicas para o meio rural sustentável e solidário.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa relevante para o universo políticas públicas voltadas para a juventude.

A Pesquisadora enviou uma carta de esclarecimento informando se tratar de uma pesquisa longitudinal, onde os entrevistados na atualidade são maiores de idade, mas quando participaram do projeto em questão eram menores de idade. Ou seja, ficou esclarecida essa questão.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos estão corretos.

Recomendações:

Não há recomendações.

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325

Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560

UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA

Telefone: (24)3340-8400 **Fax:** (24)3340-8404 **E-mail:** cep@foa.org.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
VOLTA REDONDA /
FUNDAÇÃO OSWALDO
ARANHA - UNIFOA**



Continuação do Parecer: 6.939.948

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJECTO_1896191.pdf	17/06/2024 09:41:54		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMATESE.pdf	17/06/2024 09:40:34	SHIRLENE C. ALVES BARBOSA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJECTO_1896191.pdf	08/03/2024 15:04:04		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoLivreEsclarecido.pdf	08/03/2024 15:02:02	SHIRLENE C. ALVES BARBOSA	Aceito
Outros	Esclarecimentos.pdf	08/03/2024 14:59:38	SHIRLENE C. ALVES BARBOSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisa.pdf	25/10/2023 09:32:48	SHIRLENE C. ALVES BARBOSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisa.pdf	19/10/2023 14:39:17	SHIRLENE C. ALVES BARBOSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	RoteiroPesquisa.pdf	29/09/2023 14:36:43	SHIRLENE C. ALVES BARBOSA	Aceito
Declaração de concordância	TermoAnuencia.pdf	04/09/2023 09:41:28	SHIRLENE C. ALVES BARBOSA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	04/09/2023 09:24:53	SHIRLENE C. ALVES BARBOSA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	09/02/2022 16:38:07	SHIRLENE C. ALVES BARBOSA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	09/02/2022 16:38:07	SHIRLENE C. ALVES BARBOSA	Recusado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325

Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços **CEP:** 27.240-560

UF: RJ **Município:** VOLTA REDONDA

Telefone: (24)3340-8400

Fax: (24)3340-8404

E-mail: cep@foa.org.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
VOLTA REDONDA /
FUNDAÇÃO OSWALDO
ARANHA - UNIFOA



Continuação do Parecer: 6.939.948

VOLTA REDONDA, 09 de Julho de 2024

Assinado por:

Walter Luiz Moraes Sampaio da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Dauro Peixoto Aragão, nº 1325
Bairro: Prédio 03, Sala 05 - Bairro Três Poços CEP: 27.240-560
UF: RJ Município: VOLTA REDONDA
Telefone: (24)3340-8400 Fax: (24)3340-8404 E-mail: cep@foa.org.br